



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 083.2.55.O

DATA: 15/04/16

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 13h57min

TÉRMINO: 18h59min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 83ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Esperidião Amin, Alex Canziani, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 13 HORAS E 57 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 459 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. IZALCI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra o comparecimento de 436 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra, pela Liderança do PSDB, o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas de bancada, Líder Imbassahy, Deputado Caio, Deputada Geovania, Deputada Mara, Deputado Lobbe, todos que estão presentes e nos acompanham, nós ouvimos, ao longo da manhã e da tarde desta sexta-feira, os argumentos tanto daqueles que defendem o processo democrático, o Brasil, como daqueles que defendem o Governo incompetente e corrupto que aí está.

É verdade o que dizem alguns governistas. A Presidente Dilma será cassada e sofrerá *impeachment* não por sua impopularidade nem pelos crimes cometidos no petrolão, o maior esquema de corrupção da história deste País, montado, articulado pela Presidente Dilma e pelo ex-Presidente Lula. Esses são fatos extremamente relevantes e graves para o País, mas o processo de *impeachment* que está sendo julgado aqui é o de *impeachment* por crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma.

Crime de responsabilidade, Srs. Deputados, é uma premissa da democracia. A primeira Constituição deste País, de 1891, num texto muito mais enxuto e simples do que o que nós temos hoje, já previa que era crime de responsabilidade, com punição de afastamento do Presidente, o desrespeito e o não cumprimento do Orçamento votado pelo Congresso Nacional. Nas monarquias absolutistas e nas ditaduras fascistas e nazistas não há espaço para o Parlamento discutir e aprovar o



orçamento. Isso é uma característica das ditaduras. A característica da democracia é a de que o Presidente eleito tem limites, limites legais e limites constitucionais.

O Orçamento é uma peça exclusiva do Parlamento. Cabe ao Parlamento dizer qual o orçamento do Presidente, como ele deve gastá-lo e quanto pode ser gasto. É aí que nasce o que hoje nós já conhecemos como pedaladas, o crime de responsabilidade configurado, que levará amanhã esta Casa a votar o prosseguimento do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

No ano de 2011 começa a prática de desrespeito ao Orçamento público e à Constituição Federal. De 2011 até 2014, 54 bilhões de reais foram utilizados sem previsão orçamentária. No ano de 2015, mesmo já avisada, mesmo já sabendo do julgamento de suas contas no ano anterior, a Presidente Dilma insistiu na prática das pedaladas e utilizou mais de 17 bilhões de reais, também dessa vez sem previsão orçamentária.

Todo esse dinheiro, diferentemente do que tem sido dito, não foi destinado somente a programas sociais. Dos 70 bilhões das pedaladas fiscais, 30 bilhões foram usados pelo BNDES para que o dinheiro fosse enviado a Cuba, para que o dinheiro fosse enviado à Venezuela, para que o dinheiro fosse emprestado a empresários como Bumlai, que hoje está preso não por se amigo de Lula, mas por ser parceiro dele nas negociatas que ocorreram ao longo dessa última década no Governo Federal.

As pedaladas foram utilizadas — não mintam ao povo brasileiro neste debate que ocorrerá até o domingo — também para financiar Cuba, Venezuela, Bumlai e muitos outros que beneficiaram diretamente o Governo que aí está.

Vamos trazer os fatos.



Esses 70 bilhões das pedaladas fiscais, de 2011 a 2015, fizeram — até o momento atual fazem — muita falta. Quando a D. Maria procura atendimento médico no hospital, não encontrou médico, não encontrou enfermeiro, não encontrou medicamentos. Não há dignidade para a D. Maria, porque o dinheiro que devia ter ido para o hospital público está perdido nesse rombo orçamentário criado propositadamente pelo Governo que aí está. É essa a seriedade do assunto de que estamos aqui tratando.

Dizem que não houve crime. Como não houve crime? Como a utilização de 70 bilhões de recursos públicos, sem a autorização do Congresso, pode ser considerada um ato normal? Como desconsiderar o fato de que, em todas as edições, não só a atual, da Constituição brasileira e de qualquer País democrático, nenhum Presidente, dentro do processo democrático, está autorizado a utilizar recursos públicos sem previsão orçamentária? Como dizer que isso não é crime? Ora, é um crime da maior gravidade, porque esses 70 bilhões que fazem falta às escolas, aos hospitais, à segurança pública não são da Presidente; esse dinheiro é do povo brasileiro.

É preciso haver respeito às normas! O fato de termos sido eleitos, nós, Parlamentares, e também a Presidente da República, não dá a nenhum dos 513 Deputados, muito menos à Presidente da República, o direito de desrespeitar a legislação! Ser eleito não é salvo-conduto para desrespeitar a lei, para cometer atos de corrupção, para não respeitar o Orçamento.

Todos nós, absolutamente todos nós estamos sujeitos a julgamento permanente pelo equilíbrio de forças entre os Poderes que constituem a democracia: Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo, que devem se fiscalizar



mutuamente — e é isso o que acontece neste momento importante para a consolidação democrática do Brasil.

Hoje nós conhecemos o sofrimento do povo brasileiro. O jovem que, no ano passado, sonhou com a promessa de que haveria um FIES, de que haveria a oportunidade de estudar financiado pelo Governo Federal e sentiu-se traído pelo não cumprimento da promessa tem que compreender que essa promessa não foi cumprida em razão das ditas pedaladas, da falta de responsabilidade fiscal, do rombo orçamentário. Foram essas as causas que fizeram o Brasil estar hoje na maior crise da sua história.

Eu escutei atentamente — escutarei todos — os discursos, não só os da Oposição, mas também os do Governo. Quando um dos Líderes do Governo disse, na sessão anterior, que preferiria perder uma eleição no voto a ganhar perdendo a moral e virando um fantasma ambulante, eu não sei a quem ele se referia, mas aparentava estar se referindo à própria Presidente Dilma, que ganhou a eleição em 2014 com um verdadeiro golpe moral: mentiu à população em uma campanha financiada pelo petrolão, pelo desvio de recursos da PETROBRAS. Depois de eleita, cometeu, uma após a outra, irregularidades no Orçamento, o que configurou o crime de responsabilidade a ser julgado muito em breve.

Não tenho dúvidas de que esta Casa, domingo, irá refletir a vontade não das oposições, mas a vontade do povo brasileiro.

Deixo esta mensagem para o País: este pedido de *impeachment* não é do PSDB, não é da Oposição, não é da Câmara dos Deputados; ele é do povo brasileiro, que acordou e foi às ruas lutar por seus direitos, dizer que não aceita mais a corrupção como regra e a má gestão como forma de governar.

Votaremos “sim” ao *impeachment*!



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Beto Mansur, é sempre uma honra, uma alegria ocupar esta tribuna sob sua presidência.

Faço, com muito respeito, uma saudação aos nobres colegas Deputado Rogério Rosso e Deputado Jovair Arantes, que até este momento vêm contribuindo para a condução do processo que agora chega ao plenário.

Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem, o PDT tem posição fechada contrária ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. O PDT diverge do relatório apresentado pelo eminente Relator e não acata suas razões, por entender, essencialmente, que a imputação não caracteriza crime de responsabilidade e por entender, também, que estamos diante de um fato que agride os princípios democráticos e, por via de consequência, o Estado Democrático de Direito.

Nós temos, contudo, a responsabilidade histórica de recordar o ano de 1954 nesta hora.

Diante do Palácio do Catete, na véspera do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, uma multidão pregava a sua destituição. Getúlio, figura que causou muitas repercussões na vida nacional, com mudanças no voto, na participação das mulheres, no desenvolvimento nacional, na garantia dos direitos dos trabalhadores. lamentavelmente se suicidou, entregou sua vida, conforme disse na carta testamento, para entrar para a história.



No dia seguinte, multidões nas ruas exigiam a preservação da vida democrática, republicana e respondiam aos grupos e às iniciativas que pretendiam a sua interrupção. Vivemos um período longo e triste da vida política institucional nacional.

Depois veio o debate, no Congresso Nacional, para a posse de João Goulart como Vice-Presidente da República. Muitos dos fatos que estão aqui neste debate estiveram lá naquela hora e culminaram com golpe de 1964, culminaram com a perda da liberdade, com o cerceamento da democracia, com exílios e prisões. Muito mais do que isso, culminaram com a perda de gerações, algo incalculável que nós só resgatamos quando fomos para as ruas pedir as Diretas Já, as eleições democráticas, e recuperamos essa quadra da democracia brasileira.

Por isso, nossa manifestação é no sentido de alertar sobre a abertura de um precedente, uma exceção que vai colocar em risco todos os governos posteriores, que vai questionar, sem dúvida nenhuma, os Governos dos Estados Federados, dos Municípios, que terão, com esse fundamento, que é respeitável, que tem o seu embasamento — embora nós tenhamos os embasamentos e os fundamentos de divergência —, motivação para a desconstituição, para a ruptura, para a exceção.

Nós entendemos que, na construção do dia seguinte, que virá a ser obrigatória, vamos precisar ter uma pauta comum e trabalhar para um Governo de salvação nacional. Preferiríamos fazer essa construção, dentro do processo e da visão de transitoriedade, com o atual Governo, mesmo havendo todas essas críticas, mesmo sabendo que a corrupção alcança o privado e o público e precisa ser superada.



Essa é a posição do PDT, que confia que vamos valorizar a democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, entendemos que a sociedade já está saturada praticamente de tudo o que escuta vindo destes microfones. São muitas as palavras repetitivas, tanto de um lado como do outro. Entendemos também, contudo, que, na condição de Deputados, nós estamos tendo uma oportunidade de nos dirigir à Nação brasileira, a maior vítima do sistema que aí está.

Lamento ter de dizer também que a própria Presidente Dilma é vítima do sistema que está por trás dela. Ela está na condição de Presidente, mas é marionete manipulada por quem está por trás: aqueles que estão sucateando o País.

O Brasil não suporta mais isso. É claro que não existem soluções imediatistas. Ninguém tem a solução de imediato. Precisamos juntar as ideias, as forças em defesa do Brasil. Aconteça o que acontecer, seja qual for o resultado da votação, todos devem pensar no melhor para o Brasil.

Aqueles que me conhecem sabem que eu tenho, desde o início, minha posição formada e decidida. Não a negocie, não a mudei, não a negocie e não a mudo. Eu continuo com a mesma posição: sou a favor do *impeachment*, apesar do respeito que tenho pelos eleitores que votaram em mim e que me pedem que eu seja contra o *impeachment*. Ocorre que, dos 233.762 eleitores que me colocaram nesta Casa, o número dos que me pedem para ser contra é insignificante. Não estou dizendo que as pessoas são insignificantes, mas o volume de pedidos.



Respeito a todos democraticamente, mas quero dizer que aquela maioria que em mim confiou terá o meu “sim”, em favor do Brasil, em favor da sociedade, em favor da nossa Pátria.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Está sobre a mesa a relação dos Parlamentares indicados pelo Partido da Social Democracia Brasileira para discussão em turno único do parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desculpe-me, mas há também uma relação de Líderes sobre a mesa. V.Exa. já está entrando na discussão dos partidos? Como isso vai funcionar?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Estou fazendo uma divisão. Da relação de Líderes, chamei quatro nomes para falar. Agora vou dar ao PSDB a oportunidade de fazer sua explanação — serão cinco Parlamentares, durante 1 hora. Logo após, voltarei a chamar os Líderes.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu não tenho problema com isso, Presidente, mas quero deixar claro que as Lideranças inscritas têm precedência. Só queria entender como vai funcionar o processo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quantos Líderes falarão depois do PSDB?

O SR. GLAUBER BRAGA - O PSDB falará agora e, logo depois, a Mesa volta a chamar os Líderes inscritos junto à Mesa, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sim, a Mesa está procurando fazer uma alternância. Se V.Exa. quiser, poderá falar agora.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu agradeço, Sr. Presidente. Vejo que os próprios Líderes do PSDB estão consentindo com que a palavra seja utilizada por nós, porque, depois, haverá 1 hora ininterrupta para o PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados, Deputadas, quando era ainda muito moleque, criança, eu era um torcedor apaixonado do Flamengo. O meu pai dizia assim: *“Meu filho, seu avô era Fluminense, mas, como um filho rebelde, eu me tornei flamenguista. Hoje, meu filho, eu torço pelo bom futebol”*. Moleque que ainda era, não entendia aquilo. Eu queria ganhar o jogo. Podia ser com gol de mão, podia ser de qualquer maneira. Eu era um torcedor apaixonado.

Hoje cabe a este Parlamento fazer uma avaliação racional, e, do ponto de vista racional, faço a primeira pergunta: existe crime de responsabilidade a partir das pedaladas fiscais recepcionadas na denúncia?

Não. Digo isso porque, se crime houvesse, o Vice-Presidente da República também estaria sendo denunciado, seria recepcionada a denúncia e aprovada a abertura de um processo de *impeachment* contra o Vice-Presidente da República, e também contra 16 Governadores de Estado no Brasil.

Além do mais, o Tribunal de Contas União mudou a sua interpretação, como já foi aqui repetido muitas vezes, somente no ano de 2015.

Ora, se não houve crime de responsabilidade — e os senhores e as senhoras sabem que não houve —, temos que dizer para quem não está dentro deste Parlamento, para quem está nos assistindo neste momento, o que ocorre aqui dentro e que muitos podem não acompanhar.

O que estamos vivenciando aqui é um acordão. Falo sobre um acordão que reúne aqueles que querem levar para a cúpula de todos os Poderes da República o



PMDB Nacional: Presidência do Senado, Presidência da Câmara e Presidência da República. Há, inclusive, um projeto que já apresentaram ao Brasil chamado *Uma Ponte para o Futuro*.

Não sou eu quem o diz — isto foi publicado por um jornal de circulação nacional: “O PSDB sepulta tese de novas eleições e blinda Michel Temer”. O Líder do Democratas não conseguiu fazer indicações para a Comissão do Impeachment do Vice-Presidente da República porque os Deputados do Democratas não aceitaram essa indicação. Blindam o Vice-Presidente da República. O que está aqui em discussão é um projeto de poder. Com o documento *Uma Ponte para o Futuro* — na verdade, a aceleração para o passado —, querem implementar seu projeto, independentemente do voto popular.

É exatamente por isso que nós, do PSOL votamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

Para falar pelo PSDB, V.Exas. terão 1 hora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Líder Antonio Imbassahy, que muito me honrou ao me conceder a palavra, eu quero dizer a V.Exa. e aos nobres pares que um dia histórico se avizinha para este Parlamento, porque estou convencido de que a decência haverá de se sobrepor a um Governo moralmente desonesto.

Sei que o Relator cingiu o seu trabalho e o seu parecer à questão das pedaladas e dos decretos, que, em breve, abordarei. Mas me permito fazer uma breve digressão sobre o histórico desse Governo e, por que não dizer, sobre o histórico do *impeachment* nesta Casa.

Lembro-me, Deputada Mara Gabrilli, que, em dezembro de 2014, já aventávamos a hipótese do *impeachment*, quando, na delação premiada do Sr. Paulo Roberto, Diretor da PETROBRAS, e do Sr. Youssef, doleiro que distribuiu o dinheiro da corrupção, ambos aventaram que tanto o Governo do PT quanto o Partido dos Trabalhadores tinham plena ciência da corrupção na PETROBRAS.

Já em fevereiro de 2015, como Líder de nossa bancada, vim a esta tribuna denunciar o esquema de corrupção da PETROBRAS. Naquele momento, as delações premiadas a que me referi já estavam homologadas pelo Supremo Tribunal Federal e, portanto, aquilo que o Diretor Paulo Roberto e o doleiro Youssef diziam restou confirmado.

E por que pedíamos o *impeachment* à época? Porque a improbidade administrativa constitui-se em uma das hipóteses de *impeachment*. E onde estaria a



improbidade da Presidente Dilma? Nestes 10 anos que antecederam 2014, a Presidente Dilma foi Ministra de Minas e Energia, Presidente do Conselho da PETROBRAS e Presidente da República. A sua omissão foi, de fato, um fato a demonstrar a improbidade administrativa caracterizada naquela época.

Lembro-me de que, com o avançar das operações na Lava-Jato, novas delações vieram, novas prisões vieram. E aí detectou-se — refiro-me à própria Polícia Federal e ao Ministério Público — que o PT, que havia praticado o mensalão, agora havia criado um novo modelo, o chamado petrolão.

O que era o petrolão, amigo e Deputado Jutahy? O petrolão era um esquema de corrupção dentro da PETROBRAS instituído pelo PT, no qual um percentual de propina era destinado aos partidos aliados, e, como sempre, o PT, com sua boca grande, tinha o maior volume: 3% dos contratos de corrupção, dentro da PETROBRAS, iam para o Partido dos Trabalhadores.

Lembro-me — e lembro-me bem — de que fiz afirmação à época de que a Presidente Dilma tinha ciência de tudo e de que recebera dinheiro de propina em 2010 e em 2014.

Perguntavam-me alguns: cadê a prova? Eu lhes dou. Havia três Diretores da PETROBRAS indicados pelo PT, e todos afirmaram textualmente: “O PT sabia”. *“A Presidente Dilma, o Presidente Lula não tinham como não ter ciência de tudo o que acontecia, porque eram seus subordinados.”*

Não bastassem os três Diretores da PETROBRAS, cinco empreiteiros, diretores de empreiteiras importantes no País, foram à Justiça, ao Juiz Sérgio Moro e delataram.



Não se trata de qualquer delação, mas de delações que foram acolhidas e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal. Elas diziam o quê? Que deram dinheiro de propina para a Presidente Dilma em 2010 e em 2014.

Não basta? Não é suficiente? Vou mais além e falo sobre a campanha da Presidente Dilma de 2014. O publicitário da campanha está preso; seu tesoureiro está preso; seu mentor político está quase preso; seu criador está quase preso.

Lembro-me muito bem, Deputado Izalci, de que, quando fui a uma CPI, a CPI da PETROBRAS, em abril do ano passado, após ouvir o dissimulado tesoureiro do PT, o Sr. Vaccari, ao final da minha fala, disse a ele: *“V.Sa. tem tudo para ser preso, e o PT, para ser extinto.”*

Vozes do PT se levantaram contra mim, dizendo que era um absurdo a minha fala. Uma semana depois, Deputado Paulo Abi-Ackel, o Vaccari estava preso, e o PT ainda não estava extinto. Digo “ainda” porque, 6 meses depois, entrei com uma ação pedindo a extinção do PT, por haver evidências de que ele recebera dinheiro de propina do exterior, e o partido que recebe dinheiro de propina do exterior tem o seu registro cassado.

É loucura a afirmação? Saibam V.Exas. — lerei de primeira mão — o que disse o atual Ministro da Justiça da Presidente Dilma, Eugênio Aragão, por quem tenho muito respeito. Lerei o que disse ele no ano passado, na condição de Procurador-Geral Eleitoral, quando pedi que o PT fosse extinto e que fosse investigado por ter recebido dinheiro de propina. Disse ele, o atual Ministro da Justiça, como Procurador-Geral Eleitoral: *“É, sim, necessária a realização de atos de investigação com vistas a apurar eventual recebimento de recursos de procedência estrangeira”*.



Vejam, senhores, a mais alta autoridade eleitoral disse que havia elementos de sobra para investigar e propor a eventual extinção do Partido dos Trabalhadores.

Na época, Deputado Imbassahy, lembro-me de que o PT não tinha como negar a corrupção, não tinha como negá-la diante de tudo o que se apresentava como contexto probatório. Eles se limitavam a dizer: *“Crimes praticados em 2014 não podem gerar impeachment em 2015”*, como se fosse um mantra a evidenciar que, para eles, reeleição era sinônimo de impunidade.

Mas, para desespero do PT e — por que não dizer? — para alegria da população brasileira, vem o Tribunal de Contas da União, a mais alta Corte de fiscalização deste País, e diz: *“A Presidente Dilma praticou fraude fiscal, denominada por alguns como ‘pedaladas’, e determinou que fossem feitos gastos sem a autorização desta Casa”*. O Tribunal de Contas, em 2014, disse: *“Houve crime de responsabilidade”*. Mais uma vez, o PT corre e diz: *“2014 não pode aproveitar para 2015”*. Ledo engano! Em 2015, houve nova análise técnica, que chegou à conclusão de que as pedaladas continuaram em 2015, e os decretos foram novamente emitidos em 2015 sem a autorização desta Casa.

Precisa da decisão do TCU de 2015? Não. E o próprio Advogado-Geral da União sabe disso, porque ele é um jurista, estuda, lê, assim como eu. Ele sabe que o crime de responsabilidade fiscal não é de jurisdição nem do TCU, nem do Supremo Tribunal Federal. É de jurisdição desta Casa. A lei deslocou o Supremo Federal para dentro desta Casa, colocou o Presidente do Supremo como Presidente do Senado e determinou que quem decide se houve ou não crime de responsabilidade é o Congresso Nacional. Tanto é verdade que alguns chegam a dizer: *“vejam, o Congresso não chegou nem a votar as contas. Como é que houve*



crime de responsabilidade?”, como se pudesse haver crime condicionado à aprovação de contas pelo Congresso, que não aprova contas de 15 anos atrás. Que crime é esse que não pode ser caracterizado, porque não houve aprovação do Congresso? Falácia!

O que são as pedaladas, que, muitas vezes, as pessoas não compreendem? Imagine que eu, Presidente da República, tenho bancos para servir aos brasileiros, e não a mim, mas eu chego para um desses bancos, como a Caixa Econômica Federal, e digo: *“Olha, 2014 é ano de eleição. Pague as minhas contas, Caixa Econômica Federal”*. E ela pagou por 14 meses seguidos. O brasileiro pergunta como o Governo estava. *“Eu? Estou de pé, firme, superavitário”*. Mentira! O Brasil já estava de joelhos.

Foi através das pedaladas que ela induziu a erro milhares de eleitores que nela votaram, induzidos a erro. Isso são as pedaladas, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

E o decreto? Perguntou aqui o Advogado-Geral da União para esta Casa: *“Onde houve dolo?”*

Sr. Ministro Advogado-Geral da União, se a lei diz que a Presidente da República não pode determinar gasto sem autorização desta Casa, e ela o fez, como pergunta onde está o dolo? Está em fazer algo que a lei não lhe permite fazer. Isso é dolo. É evidentemente dolo, e ele sabe disso.

Sr. Presidente, o Advogado-Geral da União, mais uma vez, amesquinhando seu papel, vem a esta Casa dizer que esse relatório é imprestável.

Ministro José Eduardo Cardozo, na noite de ontem, o Supremo Tribunal Federal disse que imprestável é a defesa de V.Exa., que perdeu por 8 a 2 na mais



alta Corte deste País! Imprestável é a sua defesa! Nada convenceu, a ninguém convenceu, porque foi imprestável a sua defesa! (*Palmas.*)

Eu sou da época, Ministro José Eduardo Cardozo, em que a AGU defendia cotas raciais, em que a AGU defendia a Lei Maria da Penha, mas V.Exa. amesquinha o papel da AGU e vem aqui defender a Dilma das pedaladas e o Lula, para dizer que ele pode assumir um Ministério, para fugir das garras da Justiça do Paraná. V.Exa. amesquinhou o papel da Advocacia-Geral da União!

Mas eu entendo, V.Exa. está aí para defender a Dilma e o seu cargo. Eu estou aqui para defender a decência e o nosso País.

Para finalizar, como se não bastasse todo esse rol de crimes, de corrupção, de ilegalidades, agora vemos o ex-Presidente da República instalado num hotel, à cata de votos, buscando comprá-los. E o Líder do Governo tem a coragem de dizer: *“Isso é um presidencialismo de coalizão”*.

Deputado José Guimarães, isso é safadeza! Não tem nada de presidencialismo de coalizão. Não é porque o cargo público é em comissão que não tem critério. O critério é o interesse público. Cadê o interesse público? Nomearam o Presidente Lula, processado criminalmente, para virar Ministro e ter prerrogativa de foro. V.Exa. amesquinhou a Advocacia-Geral da União!

Sr. Presidente, veja a situação: a Presidente Dilma vai ao País e ao mundo e diz: *“Golpe! Isso é golpe”*.

Presidente Dilma, a primeira instância a aferir se é golpe ou não foi uma Comissão formada com indicação de Líderes, por determinação do Supremo — inclusive, Líderes ligados a V.Exa., Presidente Dilma —, e lá V.Exa. foi derrotada. Uma Comissão formada pelos seus, Presidente Dilma, é golpista?



Mas não bastou isso. Vamos à OAB. O seu advogado, esse Ministro José Eduardo Cardozo, foi à OAB sustentar a tese do golpe. Dos 27 advogados, Presidente Dilma, 1 ficou ao lado dele, e 26 afastaram a sua tese.

A OAB é golpista, Presidente Dilma? Mas não basta. Foram, repito, à mais alta Corte do País, ao Supremo Tribunal Federal, que disse: *“Não há golpe. O rito está correto, a ampla defesa foi respeitada, e o relatório circunscreveu-se àquilo que deveria: pedaladas e decretos sem autorização desta Casa”*.

Portanto, reitero aqui o que disse: Onde está o golpe?

Sra. Presidente, quais as consequências da pedalada? V.Exa. chegou a dizer, numa entrevista, que só fez o bem com as pedaladas, só ajudou quem mais precisava. Sra. Presidente, eu vou lhe dizer quais são as consequências. O País está economicamente num caos: há 10 milhões de desempregados; milhares de estudantes sem o FIES; o SUS está combalido, porque o dinheiro da saúde foi para o bolso dos bandidos que rodeiam o seu Governo. Presidente Dilma, quais as consequências? V.Exa. se locupletou das esperanças dos brasileiros, se locupletou dos sonhos dos jovens.

Por essa razão, com muito orgulho, eu voto pelo seu afastamento e pelo seu *impeachment* no próximo domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois dessa brilhante oração do nosso sempre Líder Carlos Sampaio, eu quero agradecer a indicação do Líder do nosso partido, Antonio Imbassahy, para eu representar o PSDB nesta hora.



Iniciamos hoje o último passo para a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República. Feliz de um país como o Brasil, que é bem-aventurado e tem a solução de suas crises prevista nas regras de nossa Constituição, que todos nós juramos respeitar.

Pessoalmente, tive o privilégio de ser presidido, na Constituinte de 1988, pelo principal responsável pela Constituição Cidadã, Ulysses Guimarães, o grande timoneiro da democracia. Foi ele o líder da Constituição democrática, que, em seu art. 85, define os crimes de responsabilidade e embasa juridicamente o *impeachment* da Presidente da República.

Lembro ainda que, em 1992, esse mesmo artigo lastreou o processo de *impeachment* do ex-Presidente Collor, quando o PT apoiava o *impeachment* como elemento fundamental para a democracia.

Vale lembrar que o PT já apresentou mais de 50 pedidos de *impeachment*, inclusive logo depois da eleição do Fernando Henrique, em 1998. Fernando Henrique Cardoso tomou posse em 1º de janeiro de 1999 e, no dia 18 de maio de 1999, eu, pessoalmente, votei contra o pedido de *impeachment* do PT, quando esse pedido teve apenas 100 votos. Nós rejeitamos.

Quero dizer com a maior sinceridade: foi algo tão fora de propósito, que eu procurei nas minhas lembranças encontrar essa data, porque o *impeachment* estava completamente desvinculado do sentimento popular e completamente fora de um propósito jurídico real. Era apenas luta política.

Nesse processo que agora analisamos, esses crimes estão muito bem fundamentados na peça apresentada pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Pereira Bicudo e Janaina Conceição Paschoal.



A admissibilidade desse processo na Comissão Especial contou com meu voto favorável ao parecer do Deputado Jovair Arantes. Vencemos com 38 votos a favor e 27 votos contrários, seguindo estritamente os mandamentos constitucionais referendados pelo Supremo Tribunal Federal.

Volto a 1992. No dia da cassação de Fernando Collor, o então Líder do PSDB, José Serra, nesta mesma tribuna, fez uma citação que merece ser relembrada hoje. Infelizmente, o PT e a Presidente Dilma também não aprenderam com o ensinamento do grande Presidente americano Abraham Lincoln: *“Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo”*.

O sonho que o PT vendeu nas eleições transformou-se no mais escandaloso estelionato eleitoral.

A tragédia hoje inclui várias crises: a crise moral e ética sem precedentes, com a grave repercussão na política e no ambiente social; a crise econômica, a maior de todos os tempos, que penaliza os mais pobres, aqueles que o PT prometeu defender. Essa crise levou à volta da inflação, que desespera as famílias, associada à maior queda do PIB por habitante da nossa história, com devastadores índices: menos 9%, na soma de 2015 e 2016.

A economia desabou, e, com ela, a renda das famílias e o emprego. Entre o ano passado e este, 3,5 milhões de pessoas foram mandadas embora do seu trabalho. Muitos desses desempregados são jovens e pais de família, sem esperança de solução com o atual Governo. A palavra que está presente na vida das famílias é medo: medo do desemprego; medo de fechar o seu negócio; medo do futuro, porque não sabe o que vai acontecer. Quando chega a conta de luz, quando



chega a conta de água, quando chega a conta do plano de saúde, quando chega a conta para pagar a escola dos filhos, quando vai à feira ou ao supermercado, o desespero bate, e o medo está presente em cada família brasileira. Muitos desses desempregados são jovens e pais de família, sem esperança de solução com o atual Governo.

O desmonte da PETROBRAS, outra consequência do Governo atual, tornou essa estatal a maior empresa endividada do mundo. O prejuízo na ordem de 50 bilhões de dólares com a compra de Pasadena, a construção das refinarias Abreu e Lima, COMPERJ, Premium I e II e de todos os desvios de recursos da empresa, conforme a Operação Lava-Jato, fez com que despencasse o valor de mercado da nossa maior empresa, que caiu de 228 bilhões de dólares, em 2010, para apenas 33 bilhões, em 2016.

A PETROBRAS sofre com um somatório de corrupção, incompetência e atraso ideológico. Até o *slogan* do Governo da Presidente Dilma é uma farsa. Em vez de *Pátria Educadora*, o *slogan* deveria ser: *Pátria sem escolas; Pátria sem bolsas de estudo e Pátria sem creches*.

É emblemático o caos na saúde pública. Vivemos grandes problemas com o zika vírus, e o Governo, sem pudor, está leiloando o Ministério da Saúde. Onde ficou o interesse da dramática situação das 5 mil crianças nascidas com microcefalia? Não posso deixar de lembrar aqui a presença da nossa Mara Gabrilli, que questionou a Presidente neste plenário, mostrando as consequências que sofrerá o Brasil ao longo de muitos anos.

A crise política está presente na transformação da atividade política em mercantil, para a manutenção no poder, o que resultou nos escândalos do mensalão



e do petrolão, que levaram à prisão de vários presidentes e tesoureiros do PT e diversos dirigentes da PETROBRAS.

A singularidade da era petista não é ter tido corrupção, mas a corrupção ter virado método de Governo. Ganhou o Governo achar que é dono do patrimônio público. E quem paga pela corrupção? Certamente são os pobres, como bem definiu o Papa Francisco, sendo estes os mártires da corrupção.

O PSDB está preparado para uma nova fase da República. Vamos apoiar todas as propostas estruturantes que venham beneficiar o povo brasileiro no reequilíbrio da economia, na geração de empregos e no bem-estar social.

Este momento histórico que todos estamos vivendo representa nossos anseios de justiça e esperança. Mas há muito por fazer. O dia de hoje lembra o grande líder e para mim o maior estadista do século XX, Winston Churchill: *“Não é o fim. Não é sequer o começo do fim. Mas é, talvez, o fim do começo”*. Ou seja, a remoção de um Governo inepto não bastará para o nosso povo. Precisamos em seguida juntar forças em torno de um verdadeiro processo de reconstrução nacional, na economia, na ética, na justiça social.

Vamos unir todos e todas que se disponham a cooperar em benefício do Brasil e de seu povo. Teremos que nos empenhar a fundo, para que o futuro do Brasil não seja vítima de um presente de irresponsabilidades. Vamos plantar o futuro em vez de nos agarrar aos escombros do passado.

Tenho convicção de que o Plenário desta Casa, entre os dois caminhos — um que já sabemos que deu errado e outro que pode representar o sonho de reconstrução do Brasil —, ouvirá a manifestação de milhões de brasileiros que foram às ruas, exigindo um País decente.



Decidiremos por esse caminho com mais de 342 votos neste plenário, no domingo, dia 17. *Impeachment* já! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Junior, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Esperidião Amin, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Beto Mansur, 1º Secretário.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Líder do PSDB, Deputado Antonio Imbassahy, oradores do PSDB que me antecederam, ilustre Deputado Carlos Sampaio, Deputado Jutahy Magalhães Junior, Deputado Daniel Coelho, poucas vezes na história da República uma crise de inoperância do Poder Executivo causou tantos males ao País.

Os erros cometidos no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff se acumularam de tal forma que a posse já anunciava com clareza o desastre que seria o seu segundo Governo.

Há 15 meses o Brasil contempla uma espiral de insucessos na administração pública, na política e em sua imagem internacional. Viramos objeto de piada em todo o mundo. Esperamos todos nós pacientemente aqui no Congresso Nacional, durante esses 15 meses, por medidas que permitissem ao menos a governabilidade.

É natural que ocorra hoje, em todos os setores ativos da vida nacional, a exaustão, o sentimento, enfim, de que não há mais reservas de tolerância com esse Governo, que se exauriu por sua própria conta na obstinada reincidência em seus erros.



A paralisação do País se deve única e exclusivamente à incompetência do Governo e à indisposição da Presidente Dilma para o diálogo. Inobstante o recorde na arrecadação de impostos, o que vimos, nos últimos anos, é que faltam remédios, faltam médicos e faltam vagas em hospitais. Dependentes de drogas estão tomando conta das ruas das cidades. Os Estados estão falidos. Municípios de todo o Brasil mal conseguem honrar suas folhas de pagamento. A violência vem aumentando em índices alarmantes, mantendo-nos, homens de bem, prisioneiros de bandidos que andam soltos pelas ruas das cidades.

Não há aqui quem possa dizer que a responsabilidade pela segurança pública seja de Estados. Compete à União Federal contribuir para a ordem pública ao menos auxiliando as Secretarias de Segurança Pública na manutenção de recursos, vagas em penitenciárias e prevenção ao crime.

Há crianças morrendo com balas perdidas em muitos pontos do Brasil. Há, meu caro Líder Antonio Imbassahy, absurdo déficit de moradias. Milícias estão-se formando nas grandes cidades brasileiras, algo jamais visto na nossa história. Há filas enormes de desempregados.

Informação recente dá conta de que são demitidas no Brasil 287 pessoas por hora. Há invasões de propriedades particulares. Nossas rodovias estão abandonadas. A prostituição infantil está aumentando. E a violência nas escolas atingiu índices alarmantes.

Quando, com o crescimento das dificuldades, valeu-se a Presidente da República de um mínimo de bom senso e atribuiu ao Vice-Presidente Michel Temer a incumbência da articulação política visando criar condições para reformas estruturais absolutamente necessárias naquele momento, o que vimos? Logo ao se



iniciar esse esforço, Dilma retirou- lhe a outorga ou permitiu que seu círculo íntimo lhe esvaziasse a autoridade para o cumprimento da missão. Mais uma demonstração de autodestruição de seu Governo.

Mesmo diante da crescente oposição popular ao seu Governo, Dilma continuou indiferente às aspirações e ideias que pulsam no povo e no Congresso, tomados, todos, pelas mais graves preocupações com os destinos do País.

Ficaram no passado, infelizmente — e reitero esta palavra: “infelizmente” — as oportunidades para a busca de consenso, tão extremadas se encontram hoje as posições.

É evidente que chegamos a essa situação, meu caro Líder Bruno Araújo, pelo hábito imperial, autossuficiente e distante, longínquo da Presidente da República, avessa que é, por temperamento, ao dever de ouvir e dialogar.

Não posso furtar-me ao exame do ato da Presidente Dilma de tentar nomear o ex-Presidente Lula para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Não há pedido mais explícito de socorro do que esse ato que submete a Presidente da República à tutela de seu antecessor, uníversalmente reconhecido como seu inventor e guia. A tentativa dissolveu o caráter unipessoal da Presidente para atribuir ao exercício da Presidência da República, nas atuais circunstâncias, uma comunhão de parceiros, provavelmente uma sociedade de mútuo socorro. O Supremo Tribunal Federal impediu o ex-Presidente Lula de assumir a Casa Civil. E, sem autoridade, Dilma, já sem Lula, fez com que a cadeira de Presidente da República ficasse vazia. A cadeira de Presidente da República, Sras. e Srs. Parlamentares, está vazia!

Economistas e historiadores comparam a situação atual do Brasil com o naufrágio econômico da década de 1930, mas esse capítulo lamentável da história



da economia mundial deveu-se, para o Brasil, a circunstâncias decorrentes de condições econômicas mundiais, em especial o *crash* da bolsa de Nova Iorque.

O que ocorre hoje no País é a soma de erros recorrentes, de orientação econômica governamental desastrosa, de enganos de avaliação, de conduta persistente no caminho do insucesso e, o que é mais lamentável, da crônica corrupção instalada em todos os escalões da máquina do Governo, aparelhada pelos petistas que, para ingressar no Governo, têm antes que se filiar ao Partido dos Trabalhadores.

O Governo não foi combatido, meu ilustre Líder Antonio Imbassahy, por causas exógenas. O Governo destruiu-se por dentro, foi dissolvendo-se por si mesmo à custa da distribuição farta de favores fiscais e financeiros, da gastança ilimitada, do desprezo pela competência e pelo baixo profissionalismo. Todos esses fatores determinam a constatação inequívoca de que houve o descumprimento de leis, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se tudo isso já não bastasse, Dilma determinou custear grandes obras em países estrangeiros, quando era desesperador o anseio por obras em nosso próprio território e financiou, com dinheiro do Tesouro, a juros de pai para filho, a expansão de grandes empresas com obras em países alinhados politicamente com o seu Governo ou, o que é mais grave, por serem convenientes em razão do ambiente propício para negócios suspeitos.

Praticou ainda Dilma ginástica contábil com o propósito de iludir o Tribunal de Contas da União, além de valer-se dos notórios empréstimos simulados no Banco do Brasil e na Caixa Federal para resgatar os débitos em atraso dos programas sociais.



Já vou encerrando para dizer que, sendo assim, a Presidente da República cometeu diversos crimes e por eles haverá de responder. Os crimes são aqueles previstos no art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, de nossa Carta Magna, a Constituição Federal, e também no art. 10, itens 4 e 6, e, no art. 11, item 2, da Lei nº 1.079, de 1950, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Meus caros colegas Parlamentares, meus caros colegas do PSDB, uma imensa maioria do povo brasileiro espera do Congresso Nacional a luz que restaure suas esperanças no futuro imediato.

Há, Deputado Bilac Pinto, carreiras interrompidas, estudos adiados, crescente pobreza doméstica, desestímulo industrial, falta de emprego, descrença popular! Não se pode mais esperar que Dilma tenha condições de conquistar o vigor, a clarividência, a autoridade moral, a consciência política, a sabedoria, em suma, reinventar-se como Governo, tal como a Nação necessita. Não há mais caminhos com o Governo Dilma para reencontrarmos o caminho do desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, acrescento ainda a esses fatos que acabo de narrar o estímulo à agressividade, ao conflito entre os Poderes e entre as pessoas, à violência, promovendo comício nas instalações do Palácio Planalto. Isso, meu caro Líder Antonio Imbassahy, haverá de ser uma página negra na nossa história, tal porque Dilma, assim fazendo, cometeu falta de decoro para o cargo que exerce hoje.

Nosso interesse ao falar em *impeachment*, desde o início, foi proteger o Estado brasileiro. O discurso de golpe é de uma hipocrisia angustiante e arrepiante!

Eu quero encerrar as minhas palavras dizendo a todo o Brasil que nós fomos pacientes. Cumprimos com o nosso dever de obedecer fielmente à Constituição



Federal. O discurso do Advogado-Geral da União é vazio e pobre, a começar pelo fato de que não competia a ele defender, havendo conflito entre Executivo e Legislativo, a Presidenta da República.

Todos sabem que o Advogado-Geral da União defende o Estado brasileiro, a União. E a União é formada por Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Ao subir a esta tribuna sem as devidas autoridade e competência legal para defender a figura da Presidente da República, Dilma Rousseff, ele perdeu completamente o resto da autoridade que ainda possuía, em face da incapacidade de combater toda essa série de desacertos do Governo com argumentos jurídicos, principalmente os crimes cometidos pela Presidente da República.

Por essa razão, no próximo domingo, Sras. e Srs. Parlamentares, com o Brasil no coração, com a certeza de que o Brasil merece dias melhores e um Governo mais honesto e decente, vamos dizer “sim” ao *impeachment*, com grande maioria, para o futuro das nossas crianças, dos nossos filhos e principalmente da população mais carente do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Nação brasileira, neste momento o Brasil está prestes a se reencontrar com a sua história. Está em jogo a volta do País ao caminho do desenvolvimento social e econômico. Está em jogo a recuperação de nossa imagem perante o mundo. Está em jogo a oportunidade de trilhar o árduo caminho para nos recuperarmos dos erros cometidos pela Presidente Dilma. Está em jogo a respeitabilidade e a força de nossas instituições.



Ontem, pela segunda vez no intervalo de 3 meses, a Suprema Corte brasileira reafirmou e legitimou os atos praticados até aqui na Câmara dos Deputados na apreciação do processo de *impeachment* da Presidente da República.

Chegou o momento de devolvermos a esperança ao povo, perdida depois de tantos equívocos, de tantas ações de má-fé de um Governo que privilegiou o fortalecimento de um partido em detrimento do País.

A situação que hoje vivemos é muito grave. Dilma mentiu, fez de tudo para vencer as eleições. Usou recursos de maneira irresponsável e ilegal, pensando apenas no momento da eleição e comprometendo o futuro do País.

Subimos nesta tribuna dezenas de vezes para criticar e apontar as consequências trágicas do Governo Dilma Rousseff. Nós, do PSDB, atuamos nas mais variadas frentes contra o desmando dessa gestão, e chegamos até aqui porque temos uma bancada combativa, de espírito público, que acreditou e acredita nas lutas que assume pelo Brasil.

Milhões de brasileiros se sentem enganados por uma Presidente que prometeu o sonho e entregou o caos. Estamos na maior recessão desde a década de 1930 do século passado. Somos o País que mais desemprega em todo o mundo. São 10 milhões de brasileiros que procuram onde trabalhar para sustentar suas famílias, 3 milhões a mais do que há 1 ano. A inflação ameaça as conquistas da estabilidade econômica. Todos os programas sociais estão em risco por falta de recursos. Educação, saúde e segurança sofrem com cortes no Orçamento. Não há índice ou número do Governo que seja positivo.

Há menos de 2 anos o Governo brasileiro se esbaldava no triunfalismo, anunciava pleno emprego, altos índices de desenvolvimento econômico, aumento



dos programas sociais. Vendia ilusões. Não satisfeitos, o PT e a Presidente Dilma não poupavam energias para intimidar quem pensava de forma diferente. Os críticos foram taxados de pessimistas, de inimigos do Brasil, de serem contra os pobres, de sempre apostar no “quanto pior melhor”.

Mas, na verdade, nem mesmo os mais céticos tinham ideia da dimensão do que ocorria nos submundos do Governo. A situação do Brasil era muito pior do que se desconfiava. Com as manobras orçamentárias, o Governo escondeu rombos bilionários e buscou adiar ajustes urgentes a serem feitos na economia. Mantiveram a farsa até a chegada das eleições.

Líder Antonio Imbassahy, é mentiroso o argumento do Governo de que as manobras foram necessárias para pagar benefícios sociais. O Bolsa Família, por exemplo, não chegou a representar 2% das dívidas ilegais do Governo com os bancos públicos. Quase metade desse crime orçamentário foi utilizado para bancar empréstimos do BNDES realizados sem transparência e a juros baixíssimos. Mais de 21 bilhões de reais. Sem meias-palavras: fraudaram as contas públicas, falsificaram os balanços, destruíram a confiança dos agentes econômicos e dos investidores. E, o principal, enganaram os eleitores.

As eleições ficaram maculadas pelo abuso econômico e pela mentira. Perderam a legitimidade. A adulteração nas contas públicas não é um erro de contador, não é um crime menor, é crime de responsabilidade. Foi uma transgressão gravíssima, que está entre as principais causas de todas as dificuldades políticas, sociais e econômicas que atravessamos hoje. Dilma herdou de si mesma um País caótico, endividado e absolutamente desacreditado.



A legislação brasileira pune esse tipo de atitude criminosa, que atenta contra a lei orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal, prevendo a Constituição o afastamento de qualquer Presidente enquadrado nesses crimes de responsabilidade.

Portanto, em defesa da democracia, estamos aqui cumprindo um de nossos principais deveres: o de fiscalizar o Chefe de Estado e o Governo para que cumpra a Constituição que jurou respeitar perante este Plenário. Se não agirmos dessa forma, senhoras e senhores, outros governantes incorrerão nessas ações irresponsáveis e ilegais. Poderão novamente cometer crimes para enganar e prejudicar a população em nome de se manter no poder a qualquer custo.

Com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff o recado será claríssimo: esse tipo de delito não se repetirá na história do Brasil. Serão as instituições mostrando que há limites, que há regras a serem cumpridas, que a democracia precisa ser respeitada. E quem as transgredir não ficará impune, mesmo que seja o Presidente da República.

Espontaneamente, as ruas já pediram um basta ao desgoverno. As manifestações contra o PT e o Governo Dilma Rousseff ficarão registradas como as maiores da história brasileira. E nós participamos desses movimentos juntamente com os milhões de brasileiros que foram às ruas dizer “basta!”

Os índices da desaprovação de Dilma, caro Deputado Carlos Sampaio, são democráticos. A Presidente é rejeitada em todas as regiões do Brasil, em todas as classes sociais, nas pequenas, médias e grandes cidades, nas áreas urbanas e rurais.



Os 54 milhões de votos recebidos por Dilma Rousseff não a autorizam a fazer o que bem entender. Aliás, Sras. e Srs. Deputados, se o critério de legitimidade for o da quantidade de votos, como brada o Partido dos Trabalhadores, mais uma vez a Constituição Federal foi sábia, pois a Presidente estará submetida a julgamento por um Congresso Nacional de 108 milhões de votos, exatamente o dobro da votação da Presidente Dilma.

A população não aguenta mais tantos casos de corrupção revelados diariamente.

Mais do que a rejeição ao Governo, os índices contra Dilma e o PT guardam uma sabedoria: a maioria absoluta sabe que com a Presidente à frente do Governo não há chances de melhora. Chegou o momento de curar as feridas deixadas por Dilma.

Quando aumentam as chances de Dilma Rousseff sair do Governo melhoram as previsões de juros, inflação e retomada da geração de empregos.

Muitas das medidas de que o País precisa urgentemente, como reforma do Estado, equilíbrio das contas e racionalização dos gastos, enfrentam a resistência, para não dizer a ojeriza do Partido dos Trabalhadores.

Com Dilma no poder a aflição com o desemprego e a angústia com a alta de preços só irá aumentar. Com a saída da Presidente, as preocupações continuarão, mas a população poderá sonhar com o futuro.

Disso tudo já se forma um consenso: apenas com a saída de Dilma o Brasil poderá iniciar o longo caminho da recuperação. As dificuldades são imensas, mas o fim desse Governo é passo obrigatório para o recomeço.



Além de todos os benefícios que a população brasileira terá com a saída de Dilma, reiteramos: estamos aqui cumprindo a lei.

Queremos o *impeachment* porque nos preocupamos com o dia seguinte do Brasil. Queremos um país melhor para todos. Queremos a união nacional. Queremos que os brasileiros tenham tranquilidade e confiança no futuro.

O momento é de coragem. O momento é de se estar do lado certo.

É hora de votar “sim”!

Sras. e Srs. Deputados, a hora é do *impeachment*! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todas as cores deste País, estamos diante do juízo final de um governo e de um partido que tantos retrocessos e sofrimentos causaram ao povo brasileiro.

E por que chegamos a este dia, Líder Imbassahy? Por que chegamos a um dia como o de hoje? As razões poderiam ser muitas: a incompetência, a inoperância, a corrupção, as falsas promessas, as mentiras e os muitos crimes. Mas a Presidente Dilma Rousseff, além de tudo isso, cometeu crime de responsabilidade.

É importante reafirmar que houve crime e que não há golpe. Um pai de família, um cidadão comum, se cometer um homicídio, é preso. Ninguém pergunta as consequências, se ele deixou uma família em casa, um filho deficiente, uma mãe doente ou uma esposa acamada. Ele é preso pelo crime; as consequências, a família paga.

Há diferença entre isso e o caso da Presidente da República. Ela cometeu crime e diz que é golpe porque as consequências poderão ser ruins. Para quem?



Para quem ela prega? Para o pobre? Para o operário? Para o jovem estudante? Para o idoso aposentado? Ora, essas foram exatamente as camadas, os segmentos utilizados como escada para o PT galgar o seu sucesso. O PT age como se fosse o proprietário da fala pelas minorias, desse discurso político, e da única política que daria certo para esses segmentos.

Mas esses mesmos segmentos tiveram cortadas as suas cabeças quando o PT afundou o País e teve que mandar a esta Câmara, a esta Casa, a este Congresso projetos para tirar direitos dos trabalhadores, para afetar o aposentado, para cortar o FIES e tirar o sonho e a esperança de jovens que, lá em 2014, na campanha eleitoral, dobraram o seu financiamento. Mas, em 2015, imediatamente após a eleição, cortou-se o sonho de brasileiros pobres que sonhavam com a universidade financiada com dinheiro público.

A Presidente Dilma não é apenas sórdida. Ela está pagando aqui uma pena não apenas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também pelos crimes contra os valores da família, que defendemos dentro de casa. Ela mentiu para o seu povo. Ela enganou o seu povo. O que ela fez com a sociedade brasileira não há como ser mensurado — talvez com anos de cadeia. Quantos morreram? Quantos morreram acreditando em suas promessas? A morte não é apenas o óbito da vida física, é também a morte de sonhos, a morte de esperanças, a morte de tudo aquilo que se quer transgredir para o próprio futuro.

A Presidente Dilma, com aquele desejo de poder, fez o vale-tudo: tudo pode, custe o que custar. Perdeu sua compaixão e não teve um pingão de espírito público e sentimento pelo cidadão brasileiro. A Presidente Dilma afrontou a lei — afrontou



mesmo! É claro que afrontou a lei, todas as leis. Ela gastou mais do que recebeu e mentiu na sua contabilidade.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são apenas intermediários de contratos, não podem bancar a festança do PT e da própria Presidente Dilma. Se fosse assim seria fácil: eu não pagaria o meu cartão de crédito e simplesmente diria: “*Segura meu débito por 15 meses*”. O dinheiro desses bancos é público!

O grande problema de tudo isso é que a Presidente Dilma não entendeu o que está claro na Constituição: a punição para Presidente da República que comete crime de responsabilidade é o seu *impeachment*. *Impeachment* não é golpe.

O golpe é a mentira. Golpe é usar a boa-fé de um brasileiro, de uma senhora aposentada de 75 anos, que recebe apenas um salário e que no dia das eleições pega o seu título de eleitor, cheia de esperança, como se fosse um passaporte para uma nova vida, devido à promessa feita pela Presidente da República, caminha 2 ou 3 quilômetros, guardando-se da chuva, para chegar ao local de votação. Vota com aquela esperança. Aperta o número da Presidente sonhando com um país melhor, sonhando com aquela creche que foi prometida aos seus netos, sonhando em ter uma vida melhor como aposentada. Dali a alguns dias, simplesmente, nada ocorre. Ao contrário, a energia fica mais cara, o combustível fica mais caro, a inflação sobe, os juros sobem. Isso mata o sonho dessa velhinha aposentada, que sonhava com uma vida melhor.

O *impeachment* da Presidente Dilma não é apenas por uma questão ou duas, é pelo conjunto da obra! É a sordidez de um partido, Deputado Bruno Araújo, que passou uma história plantando esperança e pregando revolução. Conquistou o coração de jovens; conquistou o coração de pobres; conquistou o coração de



operários. Mas quando chegou ao poder esse pobre não ficou mais rico. Quem ficou rico foi o próprio partido. Quem ficou rico foram alguns militantes. Quem ficou rico foram aqueles que enganaram esses operários, que mentiram para o povo — e continuam mentindo, pela ganância de ficar no poder.

O sentimento da Presidente Dilma teria que mudar a partir de agora para ela pelo menos entender pelo que os brasileiros estão clamando. Não são apenas as vaias no avião, nos restaurantes, os gritos das ruas ou o pedido de todos pelo *impeachment*. Ela realmente deveria se reinventar como ser humano, não como Presidente, não como petista, não como alguém que comanda um partido que se tornou uma quadrilha dentro da República brasileira. Ao se reinventar como ser humano, como mulher, como mãe, como filha, como brasileira, poderia dizer com dignidade: *“Eu tenho a caneta. Eu amo o meu País, eu amo o meu povo. Eu vou renunciar, porque eu falhei com meu País.”*

Mas a palavra “humildade” não faz parte do vocabulário dessa Presidente. A palavra “humildade” não faz parte do vocabulário desse partido, que acha que o Brasil é deles: têm o Palácio do Planalto como um QG; e o seu quintal como se fosse a República brasileira.

Como assim? O Brasil não é do partido vermelho ou azul. Esse muro na frente do Palácio do Planalto é um retrato daquilo em que o PT transformou o Brasil: um Brasil de dois lados; um Brasil de três lados — o branco contra o negro, o religioso contra o ateu, o índio contra o produtor. Não é isso que queremos. Esta Pátria é de todos. Nós somos filhos da mesma Pátria. O PT não pode continuar fazendo isso. Nós não vamos deixar o PT nos transformar no que ele transformou o Brasil, porque esta Pátria vai ter uma resposta no domingo.



Líder Deputado Antonio Imbassahy, essa resposta no domingo marcará não apenas o fim de uma era, mas também o fim da divisão de um povo. Pelo que o PT pregou até agora, dividindo a sociedade, dividindo classes, dividindo cores, dividindo religiões, dividindo tudo, o *impeachment* será, sim, um ponto para reunir, reunificar o nosso povo e fazer deste um só Brasil.

O Brasil não pode ser dois, não pode ser dividido entre quem os defende e quem é contra eles. O Brasil é um só, com opiniões diferentes, com cores diferentes, com setores diferentes, cada um dentro da sua estrutura. O agricultor mais rico não pode ser pior do que o agricultor mais pobre, e vice-versa. O Brasil não pode continuar sofrendo desse mal de divisão.

Eu não quero mais ouvir o outro lado do plenário dizer: “*Vocês não amam o País*”. Nós amamos, sim, o País. E tenho certeza de que V.Exas. também o amam. Mas a diferença não está em amar ou não amar; está no egoísmo, está em tentar manter-se no poder a qualquer custo.

Essa história acabará neste domingo, Deputado Jutahy Junior, porque o *impeachment* não foi algo inventado em 2015, não foi pedido apenas por fatos de 2014; foi pedido por um conjunto de atos praticados desde o começo.

Vou fazer um resumo neste último minuto que me resta. Alguém se lembra do Programa Fome Zero? Desapareceu, porque era uma peça publicitária. Alguém se lembra do PAC? Já desapareceu, porque era uma peça publicitária, como outros programas que foram utilizados em peças publicitárias e foram parar no fundo do baú, como o marqueteiro que foi parar atrás das grades e tantos petistas que usaram dinheiro público para manter-se no poder.



Agora, não! Agora é a vez do Brasil dos brasileiros. O *impeachment* não é contra a Presidente Dilma. O *impeachment* não é a favor de quem vai substituí-la. O *impeachment* é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros.

Neste domingo a luta não será contra o PT, não será contra Dilma, mas a favor do Brasil e de cada brasileiro que quer um País melhor, a favor do seu povo, dos seus filhos, dos pobres, dos médios, dos ricos.

Sejamos um Brasil só, um Brasil de todos, uma única Pátria! (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero em primeiro lugar lembrar um momento histórico: eu tenho a responsabilidade de pela segunda vez estar diante de um Presidente que cometeu crime de responsabilidade.

Eu quero dizer que chegamos a este ponto não por impulso próprio dos partidos de Oposição, não por impulso dos Deputados, não por motivação dos Senadores; chegamos aonde estamos porque em 2013 o povo brasileiro resolveu parar de esperar, resolveu tomar iniciativa, foi às ruas, e o Governo não entendeu nada.

A Sra. Presidente, após os movimentos que foram paralisados pela anarquia patrocinada pelo próprio Governo financiando os *black blocs*, prometeu uma série de mudanças para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu me lembro, pois era Secretário de Transportes de Salvador, de que ela prometeu um plano de mobilidade, porque, de modo equivocado, entendeu que o movimento de 2013 tinha como origem única o preço das passagens de ônibus.

Eles continuam enganando. Dilma, o PT e seu mestre são mestres em enganação, são mestres em contratar marqueteiros e pagá-los com dinheiro sujo. Foi assim na eleição de Lula, foi assim no mensalão, foi assim na eleição de Dilma, foi assim na sua reeleição.

Eu quero, portanto, prestar homenagem ao povo brasileiro que foi para as ruas.



Quero também prestar homenagem aos movimentos que se organizaram em torno disso: Movimento Brasil Livre; Vem pra Rua; Nas Ruas; Ordem dos Médicos do Brasil, particularmente a Seção Bahia; Avança Brasil-Maçons.BR; Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Não fossem eles, certamente não estaríamos chegando hoje à previsão de todos os jornais brasileiros dando como certa, no domingo, a aprovação do relatório pelo afastamento da Presidente Dilma por crime de responsabilidade.

Não foi por outro motivo que o Governo, sabendo, tendo certeza da derrota, resolveu recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Esta é a frase que colhi ontem no Supremo Tribunal Federal: “*Se o Governo não tem apoio para obter 172 votos, não é mais Governo*”. Se o problema do Governo é a falta de votos, ao ir ao Supremo bateu à porta errada. O Supremo, por duas vezes, chancelou o trabalho que vem sendo feito pela Câmara dos Deputados.

Neste momento, representando o Democratas, que fechou questão para votar “sim”, pelo *impeachment*, por unanimidade dos membros na Executiva Nacional, por unanimidade dos membros no Senado e por unanimidade dos membros na Câmara, nós somos 100% por um novo Brasil, pela reenergização do Brasil, pela revitalização do Brasil, pelo fim do desemprego, pelo fim da inflação e pelo fim da corrupção.

Para completar, não me venham com essa história de que a Presidente Dilma é uma Presidente honrada. Quem é honrado não monta uma falcatrua do tamanho da que ela montou em Belo Monte para roubar o povo brasileiro.

“Sim”! Viva o Brasil! Vivam os brasileiros! Vivam o Congresso Nacional e a democracia brasileira!



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Augusto Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Advogado-Geral da União converteu aquela instituição numa usina de chicanas, na tentativa de preservar a sua chefe no seu cargo. Algum dia há que ter fim essa tentativa de desqualificar a Advocacia-Geral da União, que deveria defender a República e os seus Poderes, que são independentes. Mas vimos aqui S.Exa., o Ministro José Eduardo Cardozo, defender o Executivo e afrontar este Poder, quando qualificou o relatório do nobre Deputado Jovair Arantes como um relatório de conteúdo golpista.

Sr. Presidente, também há a cantilena de confundir a opinião pública, aqueles que defendem o *impeachment*, que está previsto na Constituição.

Nós estivemos aqui na Assembleia Nacional Constituinte e também aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 85 da Constituição Federal tipifica como crime de responsabilidade atos do Presidente da República que atentem contra a Lei Orçamentária, além de outros. A nosso juízo, ela foi sobejamente afrontada pela Presidente quando ordenou gastos sem cobertura orçamentária, forçando instituições — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES — a custearem, a lastrearem atividades, ações de Governo que estariam proibidas pela lei da instituição financeira e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente.



Por isso, a tentativa de confundir a opinião pública como se golpistas fôssemos, a tentativa de levar para os idos de 64 o clima em que vivemos hoje de amadurecimento das instituições democráticas, de pleno funcionamento da imprensa, de pleno funcionamento das instituições da República é absolutamente equivocado. Essa é uma mera tentativa de confundir a opinião pública, de tentar criar um clima de pânico, de medo, de modo a intimidar as pessoas de bem a comparecerem nas manifestações pacíficas e ordeiras que estão acontecendo no País inteiro.

A população clama pela interrupção desse Governo desastrado, irresponsável, que levou o País à desmoralização nos foros internacionais e que só tem provocado a desestruturação da nossa economia.

Agora o desemprego atinge as pessoas mais simples, que sofrem privações, em razão do agravamento da crise provocada pela irresponsabilidade desse Governo, Sr. Presidente.

Por isso, desde o primeiro momento nós do Solidariedade nos colocamos na linha de frente da luta pelo *impeachment*, que é legal, está previsto na Constituição da República. E vale dizer que o PT, por diversas vezes, foi o primeiro partido a tentar interromper o mandato dos ex-Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste pela *TV Câmara* neste instante, chegamos a um momento decisivo da nossa história: depois de anos de sofrimento, depois de anos de um cativo que parecia não ter fim, a Nação brasileira finalmente começa a respirar ares de esperança.

Existe um versículo da Bíblia — livro do qual não me envergonho, até porque o Regimento Interno da Casa permite que fique aberto sobre a mesa e dá aos Deputados liberdade de usá-lo — que diz: *“Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme”*. (Provérbios 29:02) E gemido, neste momento traduzido em dor, é o que acontece com a Nação brasileira.

A Nação brasileira geme pela falta de um governante que tenha punho, que tenha força para administrá-la. Sabemos que a cadeira da Presidência República está abandonada. Ali não existe mais uma pessoa que possa governar esta Nação. E, como um carro sem condutor, estamos numa estrada que possivelmente nos levará a um limbo se algo não for feito urgentemente.

O que nós podemos fazer neste momento? Deputados Federais, eleitos pelo voto popular, podemos dar vez e voz às vozes das ruas. E as ruas pediram o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, *impeachment* este que não é golpe, *impeachment* este que é constitucional. É tão constitucional que o Supremo Tribunal Federal, através da ADPF 378, deu para nós o rito, rito este que está sendo seguido aqui.



Eu sei que do outro lado existem pessoas desesperadas. Isso é do jogo político. Mas esses desesperados, que estão no abraço dos afogados neste momento, não podem impedir o que está acontecendo. A Nação está comovida, está empolgada, está politizada. Depois de anos, a Nação brasileira conseguiu ficar politizada. Politizados estão aqueles que não conseguem pagar as suas contas neste momento porque lhes foi dada a falsa esperança de uma economia, que foi afundada.

Então, neste momento, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste, o coração deste Deputado quase não cabe dentro do seu peito, porque são 13 anos vendo nosso País arrefecer, cair no descrédito não apenas da mídia internacional, mas também da sua própria população. É uma Nação que tem o *marketing* mais violento e mentiroso da história: Brasil, Pátria Educadora, que não educa, que deseduca, que faz com que nossas crianças se percam dentro dos seus pensamentos, dentro da sua própria cultura. As famílias estão desesperadas. Este Governo, que tocou no cerne da Nação brasileira, que é o seu moral judaico e cristão, não pode mais permanecer onde está.

O PSC — Partido Social Cristão, do qual tenho orgulho de fazer parte, tem uma bancada coesa, unida neste momento em prol do *impeachment*, sem dúvida acerca daquilo que vai acontecer no dia 17: todos nós votaremos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, ao impedimento desse desgoverno que aí está. E o novo Governo terá o nosso apoio para uma sobrevida, para dar ao País a virtude e a vontade do seu próprio crescimento. Se o que está escrito na nossa bandeira é “*Ordem e Progresso*”, a ordem será restabelecida, e o Congresso será, mais uma vez, atuante, para que o progresso seja reconquistado.



A Nação brasileira clama pelo *impeachment*. Por isso este Parlamento o votará. No dia 17, votaremos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, votaremos “sim” à voz das ruas, votaremos “sim” para que nossos filhos voltem a sonhar com uma educação de qualidade, sonho perdido nas escolas por causa do FIES, que trouxe, a princípio, esperança, e agora, frustração. O nosso País precisa de liberdade.

“Sim” ao *impeachment*! Fora, Dilma! Fora, PT! Somos pelo Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, esses últimos dias têm sido históricos para a política brasileira. Todos nós temos certeza de que a história, em toda a sua plenitude, está se desenrolando sob os nossos olhos, tendo cada um dos presentes como participante dos fatos.

Sr. Presidente, Deputado Felipe Bornier, Deputada Mariana Carvalho, recai sobre mim o peso de 176 mil brasileiros potiguares que confiaram o seu voto a mim neste mandato que estou exercendo. É por eles, caros colegas Parlamentares, pela minha consciência, pelos jovens sem esperança, pelos trabalhadores desempregados, pela economia que está em frangalhos, pelo reiterado descaso com os episódios de corrupção no País, pela vergonha internacional a que o Brasil está exposto — tudo isso por causa deste Governo, que transformou o País no que é hoje — que eu voto “sim” ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Eu digo “não” ao Governo, que colecionou incompetências e atitudes imperdoáveis em relação à Constituição, que havia jurado honrar — não sou omisso nem pactuo com ilicitudes.

É preciso reconstruir a Nação, é preciso salvar o futuro da nova geração. O que se pede hoje é um novo tempo que retrate os anseios da sociedade. Queremos poder viver essa experiência, e o brasileiro já deu provas, por meio da sua manifestação, de que é preciso uma nova postura que inaugure um fazer político mais consciente dos problemas econômicos que enfrentamos e mais condizente



com as expectativas da sociedade quanto à sua transparência e licitude. Se os tempos cobram mudanças, meus amigos do PSB, vamos fazê-las.

Não somos escravos de um modelo sectário esgotado por conduta reprovável no aspecto moral. Somos e devemos ser instrumentos da liberdade e da retomada do crescimento. *Impeachment* não é golpe!

O art. 85 da nossa Constituição é bem claro quando diz que atos do Presidente da República que atentem contra a Magna Carta e a probidade na administração são crimes de responsabilidade. Portanto, meus amigos, *impeachment* é resgate social, é resgate ético, é resgate econômico.

Vivemos momentos de mudanças, mudanças exigidas pela sociedade, mudanças necessárias para avançarmos até a consolidação de nossas instituições. Já avançamos muito. Toda essa conturbação que atravessamos nos trará um novo país, com pessoas mais ativas politicamente, com cidadãos mais participativos e capazes de tornar o Brasil mais forte.

Pela juventude do meu Estado, pelo povo potiguar, pela justiça, pela recuperação da economia, eu voto “sim” à abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, pela Liderança do PMDB.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje é um dia especial para a história da política brasileira. Despontam no horizonte raios de liberdade. Começa a amanhecer o dia em que a democracia, sem adeptos pagos e adestrados, poderá se manifestar livremente.

O atual Governo, porque não é de sua natureza, esqueceu-se da liturgia do cargo, da responsabilidade de presidir o País da sala de decisão mais importante para a sociedade brasileira. Lá, em alguns momentos, parece a antessala de animação de um prostíbulo. Lá há bandeiras de bandidos adestrados que aplaudam o Governo. Lá virou lugar de comícios — o Palácio do Planalto virou lugar de comícios! Aliás, com a escassez das palmas, têm que pagar mãos para receber alguns aplausos; por livre e espontânea vontade, ninguém aplaude.

Tenho ouvido, aqui e nas Comissões, ao longo do tempo, a escola do cinismo. Alguns discursam aqui como se fossem donos absolutos do destino dos pobres, dos negros, dos pequenos produtores rurais, da população das periferias, dos aposentados. No entanto, o Brasil que eles governam há 14 anos sepulta 30 mil meninos e meninas por ano, mortos pela droga, pelo tráfico, pelo crime. E eles, os criminosos, como abutres — aliás, uma especialidade deles —, choram em volta do caixão, como fizeram em torno do caixão do Celso Daniel.

Aqui eles são os piedosos, os proprietários da solução para todos os males. No entanto, o Governo Federal não põe um centavo na segurança pública — absolutamente nada. Aliás, não foi a Presidente, esse anjo que está aí, que



autorizou a compra de Pasadena? Aconteceu um negocinho, roubaram alguns milhões, mas ela não sabia de nada — ninguém sabia de nada.

Ela prometeu, na campanha, dinheiro para a segurança pública, uma política de Estado em apoio aos Estados. Digam-me quantos centavos foram repassados. Era mentira. Isso fez parte do estelionato eleitoral.

Tinham que sacar, sem fundo, da Caixa Econômica Federal, como se o banco fosse deles. Tinham que sacar do Banco do Brasil para dizer à opinião pública que estava tudo bem. O País estava bem, a economia ia bem, a luz ia baixar, tudo ia melhorar... Até um dia depois da eleição. Depois da eleição, houve o que se viu. Eles são os mesmos.

Agora eu quero falar especificamente, embora haja situações semelhantes em outras cidades, ao povo da minha Grande Porto Alegre. Tu lutas há mais de uma década por um trem urbano que te leve das vilas de Gravataí, das vilas de Viamão, enfim, das vilas mais longínquas, da última rua de Alvorada — os lugares que sobraram para morares — ao centro de Porto Alegre. Tu querias o trem, mas não o tiveste — é claro que não.

Porto Alegre não conseguiu o trem, mas a Venezuela foi brindada com 4 bilhões e 128 milhões de reais do BNDES para fazer um trem urbano — dinheiro teu, meu irmão da Grande Porto Alegre, tu que vês as bandeiras vermelhas do PT como se ele fosse o dono dos pobres. Tu ficaste no abandono porque o larápio internacional colocou a Odebrecht no avião e foi negociar com a Venezuela, para tomar propina em nome do interesse nacional. Para o teu trem não houve dinheiro, para o da Venezuela, sim.



Tu tens dificuldades para exportar o milho e a soja porque tens um dos portos mais atrasados do mundo em termos de política portuária. Basta comparar o Porto de Santos ao de Roterdã ou ao de Amsterdã para ver a diferença tecnológica entre eles. Nós não tínhamos recursos? Tínhamos, sim. É claro que tínhamos: o atual Governo investiu 2 bilhões e 72 milhões de reais no porto de Cuba, o Porto de Mariel.

Esse era o dinheiro necessário para a segurança pública, para que não tivesses que enterrar teu filho. O dinheiro que não foi para ti está no bolso de um safado larápio que negociou com o dinheiro do banco, dinheiro financiado, subsidiado pelo Orçamento, e botou a propina no bolso.

Esse larápio faz discurso para pobre e governa para rico. Passa a mão na cabeça do pobre e viaja de jatinho. Neste momento em que eu falo aqui, o larápio-mor expressa a voz da República num canto qualquer de um hotel hermeticamente fechado — para conversar com a “autoridade”, que fala pela República brasileira, tem-se que sofrer revista, deixar o telefone fora, porque o que ele discute com as pessoas não é público, é digno de cochichos de presídio. Falo daquele que é a autoridade máxima, que expressa a voz da República num canto qualquer de hotel de Brasília.

Ora, tudo isso não é motivo para tirar esse Governo? É claro que sim! E há mais, bem mais! Além do metrô de Caracas, existem a Hidrelétrica de São Francisco e a Hidrelétrica de Manduriacu, ambas no Equador. Lá se foi 1 bilhão e 300 milhões de reais, dinheiro subsidiado pela população brasileira.

Nós pagamos o dobro do preço por energia, no ano passado, porque não havia energia no Brasil. Enquanto isso, seu Lula e dona Dilma e sua quadrilha



financiavam, com o dinheiro do povo brasileiro, obras de hidrelétricas em outros países.

É esse Governo que quer se manter no Palácio? É essa a legitimidade das urnas? A urna só elege larápio quando não sabe que ele o é. Quando sabe, não elege.

Eles queriam muito a PETROBRAS pública — lembrem-se disso? Em 5 anos de Governo dessa Presidente brilhante — que, pelo menos, devia fazer um cursinho de Português, porque a língua que ela fala o mundo não entende —, desse Governo que adora a coisa pública e leva para casa quase tudo, a PETROBRAS, que valia 230 bilhões de reais, passou a valer só 30 bilhões de reais.

Os fundos de pensão têm um rombo, administrado pelo PT, de 46 bilhões de reais. São recursos do meu amigo aposentado, que ficará sem salário ou, como no caso dos funcionários dos Correios, terá que contribuir suplementarmente para que seu fundo não quebre. Roubaram o seu fundo. Essa quadrilha de ratazanas comeu o seu fundo como se fosse um pedaço de queijo.

Mas nós não temos razão em querer que no domingo se acabe essa desgraça. É claro que não! Boa é esta democracia: a democracia do discurso para pobre e governo para rico.

Neste momento em que eu falo aqui, há estradas no País inteiro interrompidas por manifestantes portando bandeiras do MST. É uma quadrilha de larápios adestrados, com mala cheia de dinheiro público.

Há denúncias de que milhares de mortos receberam terrenos da reforma agrária. Eu tenho provas de reforma agrária que tomou terras onde havia mato. Aliás, os loteamentos da reforma agrária na Amazônia são os que mais desmataram



o País. Vai lá o INCRA e acerta com o IBAMA: ele retira toda a mata e vende toda a madeira. Quem aplica as multas? O IBAMA e o INCRA. É um jogo de cartas marcadas.

Meus amigos: fora, Dilma! Fora PT!

Meu País quer respirar liberdade! Meu País quer democracia de verdade! Não quer o cinismo e o achaque! (*Palmas.*)



O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com base em qual artigo, Deputado?

O SR. CAIO NARCIO - Com base no art. 272 do Regimento Interno, à página 163, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Pois não, Deputado.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Leio o artigo, Sr. Presidente:

“Art. 272. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal da Câmara e seus anexos, durante o expediente, e assistir das galerias às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.

Parágrafo único. Os espectadores ou visitantes que se comportarem de forma inconveniente, a juízo do Presidente da Câmara ou de Comissão, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem em recinto da Casa, serão compelidos a sair, imediatamente, dos edifícios da Câmara.”

Passo à questão de ordem, Sr. Presidente. Estamos vivendo o momento mais importante da história recente do Brasil, quiçá de toda a história do País. É muito importante que a população tenha o direito de participar deste momento. Se, eventualmente, for causado algum constrangimento por alguma pessoa, ela poderá



ser retirada daqui. O importante é que a Casa do Povo receba o povo. Da maneira como se está procedendo aqui, parece que nós estamos fechados para a população.

É muito importante que seja esclarecida essa questão. Eu gostaria muito que estivéssemos aqui discutindo o futuro do Brasil, hoje, com os brasileiros nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Muito bem.

A Presidência recolhe a questão de ordem de V.Exa., mas já adianto que, por motivo de segurança, nós optamos por limitar, durante o processo de votação do processo de *impeachment*, a presença no plenário a Parlamentares e, em número reduzido, assessores de cada Liderança, jornalistas e fotógrafos. As galerias serão ocupadas pela imprensa. Os parceiros e familiares dos Parlamentares poderão assistir à sessão nos telões do Auditório Nereu Ramos e em outros locais.

Essa é a opção que nós fizemos, exatamente para que possamos dar segurança não só aos Parlamentares, mas a todos que convivem conosco.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Beto Mansur.

Cumprimento todos os colegas Deputados e Deputadas, bem como o povo brasileiro, que acompanha atento esta sessão e aquelas que se sucederão até domingo

Eu não vou debater com o Deputado que usou a tribuna anteriormente — não me refiro ao Deputado que formulou a questão de ordem —, pelo grau de intolerância, de ódio e de ataque generalizado a um grupo político; pelo grau de preconceito que a fala desse Parlamentar que me antecedeu procura levar ao Brasil. É o que eu chamo de cultura do ódio e da intolerância daqueles que querem fazer desses sentimentos a ferramenta de conquista do poder.

O povo brasileiro não é um povo de ódio e de intolerância. Desculpe-me o Deputado que me antecedeu, mas o povo brasileiro quer soluções para os problemas do País. O grande debate que nós realizamos hoje não é um debate entre Governo e Oposição; não é um debate pró-Dilma ou contra Dilma; não é um debate do partido A, B ou C contra o PT; é um debate sobre a democracia brasileira.

A democracia brasileira está sendo cada vez mais atacada, desde o momento em que a Oposição decidiu desrespeitar o resultado eleitoral de outubro de 2014. A Oposição multiplicou teses, mas a tese central que move todas essas ações que agora chegam ao seu ponto culminante, Deputado Chico Alencar, é a tese de derrubar um Governo democraticamente eleito e colocar no poder um grupo que não



teve votos para chegar ao poder. A tese central é a tese do golpe a qualquer preço. É a tese do vale-tudo no meu projeto de poder.

Eles foram às urnas. Em 2002, Serra tentou ser Presidente e perdeu; em 2006, Alckmin tentou ser Presidente e perdeu; em 2010, de novo, Serra tentou ser Presidente e perdeu; em 2014, Aécio, representando os golpistas de hoje, tentou ser Presidente e perdeu. Se o Brasil está o caos que eles dizem estar, por que é que não ganham eleições? Por que sua única forma de chegar ao poder é por meio de golpe?

E o pior, Deputado Pedro Uczai, guerreiro de Santa Catarina, é que esse golpe nasceu de forma imoral: nasceu com a assinatura de um dos políticos mais corruptos que o Brasil já conheceu. O PSDB, o PPS, os Democratas, a Oposição, mancomunada com Eduardo Cunha, silencia, bate palmas para Eduardo Cunha. É o jogo do vale-tudo pelo poder!

Felizmente, nesta Casa, há muitos Deputados comprometidos com a democracia, muitos Deputados da Oposição que vão votar contra esse golpe. Há Deputados que defendem a democracia no PMDB, no PP, no PSD, no PRB, no PSOL, na Rede e em tantos outros.

Não é questão de partidos; a questão é de dignidade e respeito ao voto do cidadão brasileiro. Vamos dar nome a esse golpe: o que querem o Deputado Eduardo Cunha e Sr. Michel Temer, os dois capitães do golpe, é acabar com as eleições diretas. Esta é a questão central: não têm votos para ganhar a eleição e querem chegar, através de eleição indireta, de forma indigna, ao poder, que só pode ser delegado pelo voto do cidadão brasileiro. Esse é o artigo central da Constituição.



A Presidenta Dilma pode errar e acertar — o nosso Governo comete erros e acertos —, mas V.Exas. estão há meses tentando comprovar um único crime contra ela, e não o comprovam.

Apresentem-me uma prova! *Impeachment* sem crime de responsabilidade, sem dolo, sem culpa é golpe, Sras. e Srs. Deputados.

Eu peço àqueles que ainda estão em dúvida que, na dúvida, preservem a democracia; na dúvida, preparem projetos, apresentem candidatos, mas não queiram rasgar a Constituição brasileira para, por um atalho, colocar no poder alguém que, se fosse disputar a eleição, provavelmente teria 1% dos votos dos brasileiros.

Colocar o Deputado Eduardo Cunha na Vice-Presidência da República para melhorar o combate à corrupção? Óbvio que não! O Deputado Eduardo Cunha como Vice-Presidente só pode obstruir o combate à corrupção.

Eu vejo Deputados que têm ética, história. Esses Deputados não podem montar um governo que terá como Vice-Presidente um dos homens mais corruptos desta República.

O ataque vem de diversos lados. O ataque é o da cassação política de uma mulher honesta e honrada. Querem cassar seu programa porque, para o elitismo de alguns, faz mal ver 3 milhões de brasileiros entrar na casa própria por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida; para o elitismo de alguns, faz mal ver 8 milhões de jovens na universidade, quando, há 12 anos, havia apenas 2 milhões.

São essas as mudanças que queremos preservar. Nós queremos corrigir rumos e queremos respeito à democracia. Vamos lutar. Temos convicção de que esse golpe será derrotado no próximo domingo. E vamos continuar mudando o Brasil para melhorar a vida das pessoas. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vou conceder a palavra aos Deputados do Partido Progressista. S.Exas. terão 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como V.Exa. salientou, falo pelo meu partido, o Partido Progressista, e deverei ser sucedido por outros companheiros.

Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero homenagear o Líder do meu partido e, acima de tudo, celebrar a unidade que nós estamos conquistando. Essa unidade é fruto de luta e de divergências que a crise está abafando, e se sobressai neste momento, às vésperas de uma reunião em que se pretenderá estabelecer uma diretriz partidária para o nosso voto.

Em segundo lugar, não posso deixar de homenagear Santa Catarina, o Estado que governei, que me deu berço e que rogo a Deus que possa me oferecer a sepultura.

Represento um povo exemplarmente trabalhador. A presença do ex-Prefeito de Blumenau, o Deputado João Paulo Kleinübing, me faz lembrar da enchente de 1983, quando, diante de uma loja fechada — porque a água estava à porta — o jornalista Walter Souza perguntou a uma senhora: “*O que a senhora está fazendo aqui?*” “*Vim pagar a minha prestação.*” E ele, quase que repreendendo a mulher: “*Mas a senhora não está vendo que está tudo inundado?*” “*Mas o dia é hoje!*”

É em nome desse sentimento de dever que eu quero anunciar o encaminhamento que o Partido Progressista, a partir de esforços feitos por nós catarinenses e por vários outros diretórios pelo Brasil afora, conseguiu estabelecer



como unidade partidária. Repito o que já foi manifestado: o nosso partido vai encaminhar o voto “sim” ao *impeachment*.

Não vamos fazer isso com prazer. Não vamos nos regozijar com isso. É um momento muito grave. Mas, depois de ter escutado aqui palavras como “farsa”, como “golpe”, eu não posso deixar de homenagear uma frase que é uma advertência para todos nós, lançada por Shakespeare para Marco Antônio dizer diante do cadáver de Júlio César, depois de ter discursado: “*Desgraça — ou, se quiserem, mal com “I” —, estás de pé, procuras agora o teu caminho*”.

Nem naquela época nem hoje a desgraça tem GPS. A desgraça vai levando de roldão tudo o que existe. E hoje no Brasil, nós estamos diante da voragem da desgraça da corrupção: uma corrupção como sistema de governo, que começou no mensalão e prosperou, agigantou-se, transformou-se em campeã mundial, num acinte ao povo trabalhador.

O processo do petrolão é o campeão mundial da corrupção. Isso aconteceu como sistema de governo. Não aconteceu de baixo para cima, aconteceu de cima para baixo. “*Ah, mas isso não está nos autos!*” Isso aqui não é um processo judicial, isso aqui é um processo que vai requerer uma resposta a políticos — um processo político e uma resposta política.

Nós poderíamos perguntar: “*E, depois, o que virá?*” O que virá vai depender da nossa sensatez, da capacidade de agirmos com humildade, com o mínimo de patriotismo, de espírito público e transparência. Devemos atacar as causas da desgraça, desde o sistema político até os aspectos econômicos e as suas consequências sociais, atacar o desemprego e a perda das conquistas que os



últimos governos propiciaram, inclusive o atual e os governos do PT — vamos ser justos!

Isso está se esfarelado na voragem dessa desgraça que está caminhando pelo Brasil afora, fechando empresas, podando empregos, eliminando oportunidades e, acima de tudo, reduzindo a nada a nossa autoestima como povo brasileiro, tirando-nos o prazer da vida. E os desafios que nós gostaríamos de enfrentar estão saindo da nossa frente.

A resposta política não pode ser aquela que diz que os outros já fizeram o mesmo. Esta é uma lição muito antiga, atribuída a Lênin e já mencionada aqui pelo Deputado Evandro Gussi: *“Acuse os adversários do que você faz, chame-os do que você é! Nivele por baixo a política, e você irá sobreviver!”* Isso não é resposta. A resposta que está diante de nós, sem sofismas, é a resposta que temos de dar a uma questão cruel: *impeachment* ou não *impeachment*.

Nós não vamos tergiversar nessa hora. E, lembrando a resposta daquela senhora de Blumenau, o dia é domingo. Nós estaremos aqui para dizer, dentre as alternativas que nós temos, “sim” ou “não”. Se alguém quiser, poderá fugir também. Mas nós diremos “sim”, porque essa é a resposta política, constitucional, que pode dar — porque ninguém pode garantir — uma chance ao Brasil. E essa chance pode ser bem aproveitada ou pode não ser bem aproveitada. Mas o pior é não dar essa chance ao País. O pior é se esconder e, pior ainda, achar um bom argumento para evitar a resposta que o povo quer. Essa resposta pode ser justa ou injusta, mas que seja a resposta política que nos toca oferecer com o nosso voto e gravar no painel da história, para sermos julgados livre e limpamente.



Finalmente, eu gostaria de frisar — não o faço em nome do meu partido nem do meu Estado — que tenho acompanhado com tristeza esses momentos e não posso deixar de prestar uma homenagem à Presidente da República. Eu, que sou de um Estado feminino, Santa Catarina, respeito muito a pessoa da Presidente Dilma Rousseff. Li, com atenção, a entrevista dada pela Presidente anteontem aos jornalistas e meditei muito sobre uma referência que ela fez a Vittorio Gassman, ao dizer que nós deveríamos ter duas vidas, uma para ensaiar e outra para viver. E ela mesma disse: *“Na política não dá para ensaiar. Na política nós temos que viver”*. Não falo isso com ironia, não! Falo isso com solidariedade pessoal e humana.

Mas quero dizer que isso não me pesa na consciência. Pesaria a minha consciência se eu não acreditasse numa resposta política, prevista na Constituição. Eu já vivi essa circunstância em 1992 — e vivi duplamente, porque eu era Senador e a minha esposa era Deputada Federal —, quando houve a cassação do mandato do Presidente Fernando Collor.

Por tudo isso, de consciência limpa, livre e leve, sem omissão, quero agradecer ao meu partido por fazer do “sim” uma afirmação política que dá a chance de viver ao nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Líder do Partido Progressista, Aguinaldo Ribeiro, esta oportunidade que nos oferece, de



podermos, aqui da tribuna desta Casa de Leis, emitir o nosso “sim” em favor do Brasil e em favor do nosso Estado, o Espírito Santo.

Estamos vivenciando, inegavelmente, o momento mais grave dessa recente história política do Brasil, ainda que tenhamos atravessado outro processo de *impeachment* há pouco mais de 2 décadas, em uma democracia tão jovem como a nossa.

Há alguns meses, e mais urgentemente, quando passamos a sentir os efeitos econômicos da crise brasileira dentro da nossa casa, na hora de pagar as compras no supermercado, na hora de pagar as contas de luz, água e telefone, toda a Nação passou a refletir sobre essa crise.

Passamos a pesar os prós e os contras, se valia a pena ou não prosseguir com o modelo atual de governança, de condução do Brasil.

E não se trata, absolutamente, de uma tentativa de dividir o País, como muitos querem propagar. Não se trata de uma luta de classes nem de rixa entre siglas partidárias ou mesmo ideologias.

Trata-se de atingirmos a maturidade para entender que, se um representante do povo não está à altura do cargo a ele concedido por votação direta, não merece, então, permanecer no núcleo de decisões de um país de dimensões continentais como o Brasil, decisões que afetam o dia a dia da população e que podem fazer de nós uma referência mundial — positiva ou negativamente.

Não há o irreversível nesse caso. Não há o “imexível”, como profetizou o ex-Ministro Magri, mal comparando, numa outra “era”, em também se cassou um presidente eleito democraticamente — aliás, o primeiro —, por corrupção.



O que estamos exercendo neste momento, em nome dos brasileiros que também nos elegeram democraticamente, é a democracia, em si, plena, fazendo valer a função primeira do Legislativo brasileiro: fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional, a nossa Corte de Contas, com sua excelência em fiscalização e orientação pública, já alertava o Governo Federal de que poderia haver problemas para serem aprovadas as finanças da União. E ajustes não foram realizados.

Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto, que, de lá, eles nem sequer enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram, muito menos os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xeque.

Percebam, Sras. e Srs. Deputados, que os problemas aqui relatados por mim nem fazem menção ao período pré-eleitoral, no qual, aparentemente, segundo as investigações, também houve um forte esquema de corrupção.

Foi um período em que também aos brasileiros foi cerceado o direito de conhecerem a verdadeira situação das contas públicas, falidas, na tentativa de atrasar a “chegada” da crise econômica aos cidadãos, a fim de não atrapalhar o projeto eleitoral e de poder de um grupo de pessoas que, evidentemente, não busca o bem comum.

Pelo País afora, não são poucos os relatos de desemprego e de dificuldades financeiras. Há uma centena de matérias diariamente, na imprensa nacional e nos veículos de comunicação regionais ou locais, sobre a quebradeira por que passam os mais diversos setores da economia brasileira.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meu Estado, o Espírito Santo, as empresas de transporte de cargas já contabilizam mais de 3 mil carretas estacionadas nos pátios, inertes frente à paralisia em que a movimentação de cargas se encontra, frente à elevação de custos e da alta taxa de juros.

O Espírito Santo depende da macroeconomia para se manter pujante, para fazer a roda girar. Somos os maiores produtores de café conilon, o segundo maior produtor de café do Brasil. Somos grandes exportadores de rochas ornamentais. E essa vocação ao comércio, ao setor de serviços, nos faz dependentes da boa condução da economia.

Temos um polo de fruticultura no norte do Estado. Estamos entre os maiores produtores de petróleo e gás do País. Temos sete portos com as janelas abertas para o mundo, o maior porto de minério de ferro do mundo. Somos um grande e importante centro de logística, pois, ao redor do Espírito Santo, incorporam-se dois terços do PIB brasileiro, com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Eu não posso, neste momento, virar as costas para a população do meu País e do meu Estado.

No Espírito Santo, eu sou o único representante do Partido Progressista. E o PP vai fechar questão em relação ao *impeachment* da Presidente Dilma: todos votaremos “sim”, pelo Brasil e pelo Espírito Santo.

E eu fui um dos primeiros a incentivar a postura partidária de deixar a base aliada do Governo e entregar os cargos do partido, antes ainda de se iniciar um verdadeiro balcão de negócios com os cargos e Ministérios disponíveis, a fim de se conseguir, a qualquer preço, atrair votos para a manutenção do *status quo*.



Mas o PP tem, como diretriz em seu estatuto, o aperfeiçoamento gradativo do sistema eleitoral, quer de representação parlamentar, quer de governo, a fim de assegurar plena responsabilidade política dos eleitos perante os eleitores e dos governantes perante os governados.

E ainda, o PP tem a promoção de uma política de desenvolvimento econômico autosustentável, que tenha preocupação primordial com a geração de empregos, a busca da equidade econômica e a realização da justiça social, por meio de adequados mecanismos de desconcentração da renda e da riqueza, tanto pessoal quanto regional.

Definitivamente, isso não é o que vivemos atualmente.

E não podemos fechar os olhos neste momento. O Brasil inteiro já sabe que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária. Números não mentem. Não há o que se discutir.

Eu quero chamar atenção, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, para o fenômeno da virtude relativa que o atual Governo tenta difundir no País. Eles dizem: *“Houve o rombo, mas houve também a conquista social... Existe a corrupção, mas outros também a praticaram...”*

Tentam passar a ideia de que os meios justificam os fins. Meias verdades viraram moda... Não saber do que se passa diante do nariz virou prática de governo... Desonestidades são justificadas como se fossem naturais e necessárias...

Assim como não existe meia verdade, não existe relatividade na questão ética. A virtude é um valor absoluto. A virtude é inegociável, intransferível!

A democracia precisa da virtude para existir de fato.

A democracia tem necessidade de justiça para ser legitimada.



A democracia não é uma conquista de um Estado, mas uma vitória de todos os seus cidadãos. A democracia é o destino da humanidade.

Todos nós aprendemos que o exemplo tem que vir de cima. Uma nação cujo governo mente e desrespeita a sua constituição não está ensinando coisa boa para os nossos jovens e para as nossas crianças. Um governo que abusa do poder econômico em nome do povo não tem legitimidade ética para nos representar.

Na sua época, Rui Barbosa já dizia:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver crescer os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir da honra e a ter vergonha de ser honesto.”

Isto é o que mais se vê hoje no País de hoje: muita gente sentindo vergonha de ser honesta diante de tanto exemplo de desonestidade vindo de cima.

Acho que o *impeachment* está acontecendo no momento certo. É preciso iniciar, com a maior urgência, a revolução ética que a sociedade está pedindo nas ruas.

É importante que todos os representantes políticos tenham maturidade para se unirem em torno de um projeto de união nacional, pela restauração dos valores humanos e o restabelecimento da democracia.

É momento de refletirmos o nosso País, não em nome desta ou daquela bandeira, mas em busca de um futuro melhor para os brasileiros, de uma vida em sociedade mais justa e igualitária.



É por essa razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que responderei “sim” ao *impeachment*, para fazer frente às crises econômica, política e social e, sobretudo, às crises ética e moral por que passa a política brasileira.

Meu “sim” é pela democracia. Meu “sim” é pelo respeito à Constituição Federal. Meu “sim” é pelos brasileiros. Meu “sim” é pelos capixabas. Meu “sim” é pelas famílias brasileiras, pela minha família, pelos meus filhos e meus netos. Meu “sim”, finalmente, é pelo Brasil, pelo afastamento da Presidente da República nesse processo.

Contem comigo, com o “sim” do Partido Progressista, com o “sim” deste Deputado.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em nome do Partido Progressista, que majoritariamente vai votar “sim” no próximo domingo, quero cumprimentar as Sras. e o Srs. Deputados, especialmente o Relator, que alguém criticava aqui. Mas na segunda-feira passada a votação mostrou no placar o resultado de 38 a 27 e ontem — não houve votação na Câmara dos Deputados — o Supremo Tribunal Federal votou de 10 a 0 para o relatório de S.Exa. Portanto, está de parabéns o Deputado Jovair Arantes pelo que trabalho.

Estou falando aqui não só em nome dos progressistas. Outros votam em mim. Foram 162.462 gaúchos e gaúchas na última eleição.

Eu vi alguns colegas falarem em ódio, que alguém aqui está destilando ódio. Deputado Sachetti, não queira imaginar no meu Estado o que sofri com aquela



história do tudo que não presta. Diziam que eu não iria me eleger, trabalharam contra a minha eleição.

Então, em nome de algumas pessoas, como Lamar Donatto, D. Benta, sua mãe, Gilda, Regina, que trabalha com eles, essas pessoas que buscaram voto para mim, D. Lia, Seu Olavo, de Arroio Grande... São produtores de quase 90 anos, mas foram às ruas e fizeram com que eu fosse o Deputado mais votado do Rio Grande do Sul, contra o ódio que destilaram contra mim. Estou aqui como o Deputado mais votado do meu Estado.

Quero dizer que este relatório não é de pedaladas fiscais. Muito mais do que isso está em jogo neste momento. É por isso que nós temos que ver. As pedaladas, que foram aqui ressaltadas, os mais de 60 bilhões, são extremamente importantes. Mas um dos piores momentos da história é o projeto de poder montado pelo Presidente Lula, por José Dirceu — quando ainda estava na ativa, porque hoje está preso — e também por Dilma e toda sua equipe para chegar a este grande projeto de poder que o Partido dos Trabalhadores montou, cooptando partidos políticos, Deputado Julio Lopes, como o nosso PP, o PMDB, o PDT, o PTB, sei lá quantos partidos da base aliada. Então, não são só das pedaladas que estamos falando aqui, mas muito mais do que isso.

Quantos Governadores e Prefeitos já foram punidos e até mesmo cassados porque desobedeceram à legislação por crimes muito menores proporcionalmente? Se a lei serve para eles, também deve ser aplicada para a Presidente da República.

Não está em discussão neste processo de *impeachment*, mas o estelionato eleitoral também é a causa das pedaladas fiscais. E isso não deve ser esquecido.



Vou citar alguns fatos, a começar pela PETROBRAS. De quem é a responsabilidade? É uma pena que o outro lado esteja um pouco vazio. O pessoal nem está aqui. Mas o Brasil está nos assistindo através da *TV Câmara*, da *Globo News*, da *Band News*, dos meios de comunicação. Eu pergunto: como começaram as pedaladas fiscais? Desviavam o dinheiro da PETROBRAS para pôr onde? No Tesouro Nacional, para cobrir os rombos da PETROBRAS. Deputado Sachetti, abaixaram o preço da gasolina, do óleo *diesel*. Com isso fizeram o quê? Eles tinham que tirar dinheiro de algum lugar para tampar os rombos da PETROBRAS. Parte disso é a quebradeira que está. E a outra parte o Tesouro colocava.

Enquanto isso, cem usinas de etanol acabaram quebrando no Brasil inteiro nas regiões produtoras de cana. Milhares de trabalhadores foram às ruas porque ficaram desempregados, pela irresponsabilidade desse processo.

Abaixaram o preço da energia eleitoreiramente, reduziram o preço para dizer que a conta de luz estava mais barata. Só às geradoras de energia e distribuidoras repassaram em torno de 62 bilhões, parte a fundo perdido e parte em financiamento, para que a energia só subisse depois das eleições de 2014.

A fraude eleitoral conta com verdadeiros requintes de terrorismo, quando pessoas ligadas ao Governo e até mesmo Deputados e Senadores governistas proclamavam que se a Presidente Dilma não fosse eleita benefícios sociais seriam extintos — PROUNI, Bolsa Família —, como estão mentindo agora neste plenário. Estão dizendo ao Brasil que se o outro lado ganhar, se Temer assumir, a partir de alguns meses, vão se tirar o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o PROUNI, os direitos sociais. Sobre aquilo que já mentiam no tempo de Fernando Henrique, vão continuar mentindo aqui.



Mentiram e fizeram terrorismo durante a campanha e continuam a fazer dentro deste plenário, em nome de um projeto de poder. Lula, inebriado pelo poder, inconsequentemente burlava a real situação econômica do País para encobrir os fantasiosos megaempreendimentos criados para desviar dinheiro público. É a isso que temos que estar atentos. A sociedade brasileira tem que ver.

Com relação às refinarias, quem era o Presidente da República quando montaram o golpe de Pasadena? Lula. Quem era a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS? Dilma Rousseff. Quem era o Presidente da PETROBRAS? Sérgio Gabrielli. Só por Pasadena os belgas pagaram 42,5 milhões de dólares. E isso custa à PETROBRAS a bagatela de 1 bilhão e 180 milhões de dólares. E ficavam garganteando: *“Agora nós compramos uma refinaria dos gringos lá nos Estados Unidos”*. Aqui está o golpe: roubaram mais de 1 bilhão de dólares do povo brasileiro!

Vejam o caso de Abreu e Lima. Ouvi aqui o Deputado Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco. Quando Lula e Hugo Chávez anunciaram a obra, ela custava em torno de 2,5 bilhões de dólares. Sabem quanto já gastaram? Mais de 20 bilhões, e a obra vai passar de 25 bilhões de dólares. Deputado João Castelo, ex-Governador do Maranhão, imagine alguém errar no custo de uma obra em 1.000%! Foi o que eles fizeram. Quanto rolo há nesses 1.000%, no caso de Pasadena?

Entre tantos negócios suspeitos que envolvem a PETROBRAS, o Tribunal de Contas da União, por denúncia que formulei nesta Casa, investiga o que já é conhecido como “mini-Pasadena”.

Fizeram uma usina, uma refinaria na Índia. Sabem quanto vai custar essa refinaria, correspondente ao dobro da Refinaria Abreu e Lima? De 7 a 8 bilhões de



dólares. Aqui no Brasil uma refinaria menor custa 25 bilhões de dólares. E aquela refinaria vai produzir o dobro. A Presidente Dilma é responsável por isso, mas ela não sabe o que foi feito.

Deputado Alberto Fraga, a Índia cresceu no ano passado quase 8% e vai crescer de novo quase 8% em 2016. E o Brasil? No ano passado decresceu 3,8% e neste ano o crescimento vai ser negativo de novo. Na Índia não existe falcatura, não existe roubo, não existe superfaturamento. Eu estou falando de apenas uma obra.

Em relação aos biocombustíveis, Deputado Sachetti, a PETROBRAS Biocombustíveis, então presidida por Miguel Rossetto, hoje Ministro do Trabalho, comprou 50% das usinas da Indústria e Comércio de Biodiesel Sul — BSBIOS. A Usina de Marialva foi adquirida integralmente pela BSBIOS por 37 milhões de reais, em agosto de 2009.

Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos assistem, 2 meses depois, essa mesma refinaria foi vendida: a BSBIOS de Passo Fundo vendeu a metade para a PETROBRAS Biocombustível por 55 milhões de reais. Ela já valia 110 milhões de reais em 2 meses. Já havia aumentado 300%.

Em Passo Fundo, a PETROBRAS Biocombustível comprou a metade dessa mesma refinaria, 2 anos depois, por 200 milhões de reais. Ela deveria valer 400 milhões de reais. Eu pedi uma avaliação, e ela foi feita, Deputado Mandetta, em 155 milhões de reais, para a construção de uma nova usina com o mesmo potencial produtivo de armazenamento que a unidade de Passo Fundo. A PETROBRAS pagou 200 milhões de reais pela metade.

Rolo existe em qualquer lugar, em qualquer espaço. É extremamente importante que a sociedade brasileira pense nisso — citei três casos.



Segundo relatório do TCU, a associação da PBIO com empresa de capital inexpressivo e alto endividamento foi feita em desacordo com os relatórios, pareceres e avaliações feitos pelas partes envolvidas e colocou a estatal em risco.

Deputado João Castelo, no seu Estado, o Maranhão, para ganharem as eleições, disseram: *“Agora nós vamos fazer uma refinaria onde está o povo pobre do Maranhão”*. Gastaram 2 bilhões de reais e fecharam a refinaria, a Premium I. Não fizeram nada! Deram esperança e depois tiraram de milhares de maranhenses, trabalhadores e empresários que investiram lá.

No Ceará fizeram a mesma coisa e gastaram 800 milhões de reais na tal Refinaria Premium II.

Imaginem a situação em todos estes lugares: Ceará; Maranhão; Pernambuco; COMPERJ, no Rio de Janeiro; BSBIOS em Marialva, no Paraná; BSBIOS em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Eu poderia ainda citar centenas de outras obras e contratos superfaturados. Por esse projeto de poder, acima de tudo pela corrupção, a PETROBRAS já demitiu mais de 170 mil trabalhadores.

Essa é a gente que está governando o Brasil. Dilma é sim responsável por isso. Lula, que hoje está rifando cargos e diz que quer ser Ministro de novo, é o principal responsável, o principal culpado por enterrar este País. Eu não entendo como há alguns colegas Deputados que se dizem sérios e honestos e vêm aqui criticar a corrupção... Aqui está a corrupção! E o que o povo está fazendo?

Por isso, é extremamente importante que no próximo domingo nós possamos votar “sim” e que o povo possa cobrar desses Parlamentares esse voto, para que



nós possamos retirar esse grupo, uma verdadeira quadrilha que, como foi dito aqui, existia no tempo do mensalão, e continua.

Agora, nas delações premiadas, todo dia somos surpreendidos com uma nova denúncia e de como eram montados os esquemas de corrupção. São detalhes fornecidos pelos empreiteiros de como esse esquema era conduzido, de como eram feitas as licitações e de como se dava o repasse do dinheiro para os corruptos. Seguramente não são apenas 3%. São fraudes que envolvem bilhões de reais.

Por esses tipos de negócios que quebraram a PETROBRAS, uma das dez maiores empresas do mundo, que hoje está praticamente falida. O balanço de 2014 foi de 22 bilhões de reais de prejuízo e, em 2015, chegou 35 bilhões de reais negativos.

Vejam os fundos de pensão! Deram um prejuízo de 49 bilhões de reais em 2015. Por quê? Porque Lula mandava investir neles. Ele dizia à PREVI, à FUNCEF, à PETROS, ao próprio POSTALIS: *“Invistam em Belo Monte. Invistam nos aeroportos”*. Houve má gestão e desvios.

São investimentos que não estão dando resultado, e está aí o prejuízo acumulado. Os quase 500 mil segurados, funcionários da Caixa Econômica Federal, da PETROBRAS, do Banco do Brasil, dos Correios e também os aposentados irão pagar o rombo. Quantos bilhões de prejuízo deram no POSTALIS? Que o entregador de cartas em qualquer lugar do Brasil saiba que vão tirar mais de 20% cada mês do seu salário, devido a esse rombo.

Vejam o que ocorreu no BNDES desde o Governo Lula até o Governo Dilma. Colocaram no Tesouro Nacional 581 bilhões de reais do BNDES. Desses 581



bilhões, 1 bilhão de reais foi para Eike Batista. Eu me lembro de que a Dilma disse:

“Ah, se o Brasil tivesse tantos Eikes Batista!”

Deputado Júlio, lá do seu Estado deve haver de 8 a 10 bilhões de reais em prejuízo, e a sociedade brasileira é que vai pagar. Quem fez isso? A Presidente é a responsável. Se não é, prevaricou. Portanto, nós também temos que ver essa situação.

Há ainda os desvios nos estádios de futebol, nas hidroelétricas, nas rodovias, nas ferrovias e tantos mais.

O impressionante, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, é que as mesmas empreiteiras casualmente estão envolvidas no sítio de Atibaia e no triplex do Guarujá, coincidentemente, as mesmas empresas que patrocinaram milhões de reais em pseudas palestras do ex-Presidente Lula, por certo, para esquentar a comissão que o caixeiro viajante recebia das empreiteiras e de países como Cuba e Angola.

Então, senhoras e senhores, não são apenas as pedaladas, mas por tudo aquilo que originou esta desobediência constitucional que não nos resta dúvida de dizer sim, a Presidente deve ser cassada e punida pelos crimes que cometeu e que ajudou a impor ao País, num dos maiores escândalos de corrupção do mundo.

Devemos elogiar o Juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal, Procuradores da República e a República de Curitiba, tão temida e criticada por Lula e seus seguidores. O brilhantismo do trabalho que o ex-Ministro Joaquim Barbosa desempenhou durante as investigações do mensalão, se repete agora pelo Juiz Sérgio Moro e sua equipe.



O *impeachment* da Presidente da República em nada impedirá a continuidade das investigações da Lava-Jato, e defendo que todos os políticos citados que comprovadamente tiverem envolvimento sejam cassados e punidos. O Brasil não suporta mais a corrupção, e a limpeza da política passa pelo *impeachment* da Presidente da República.

Aqui estão dizendo que nós queremos o ódio. Deputado Sachetti, a Deputada Tereza Cristina convocou aquele representante da CONTAG que lá no Palácio do Planalto ameaçou invadir os gabinetes dos Deputados e as propriedades rurais. Nós estamos fazendo isso ou eles estão dizendo isso? Agora a propriedade da Deputada Tereza Cristina está ameaçada de invasão. O MST está fazendo invasões. Hoje havia uma tropa de choque invadindo os gabinetes dos Deputados.

Isso é extremamente importante. A sociedade brasileira tem que ter cuidado, e que neste domingo nós possamos fazer a faxina necessária.

Vou aproveitar que se fala dos nossos agricultores, dos produtores rurais, para lembrar o tempo do Governo Fernando Henrique. Nós chegamos aqui em 1999, quando o Brasil havia colhido 93 milhões de toneladas de grãos. Em 2003, quando Lula colheu a safra que foi plantada em 2002, o Brasil já colhia 123 milhões de grãos, Deputado Jorginho. Subiu 50% em 5 anos. De Lula para cá, até agora, subiu 50%, em 12, 13 anos. Então, a agricultura que hoje brilha no Brasil começou no Governo de Fernando Henrique, com os Ministros Francisco Turra e Pratini de Moraes.

O mesmo acontece com a produção de carnes bovina, suína, de aves, de leite, frutas, cana, fumo, hortigranjeiros, setores responsáveis por quase 40% dos empregos diretos e indiretos no Brasil.



Esses produtores, que sofrem assédio do MST, dos quilombolas, dos índios invadindo suas propriedades, tomando suas terras, Deputado Sachetti, pagam o adubo mais caro do mundo, o defensivo mais caro do mundo, o *diesel* mais caro do mundo, a carga tributária mais alta do mundo, e ainda assim produzem 40% dos empregos e estão carregando o País nas costas. Por isso, nós temos que privilegiar essa gente que trabalha de sol a sol. E tanta gente aqui ainda vem criticar nossos produtores rurais! Essa é a gente que está fazendo esse serviço.

Ao Juiz Sérgio Moro, Deputado Júlio, repito, não interessa o Deputado, não interessa o Senador, não interessa o Ministro, não interessa o partido: se praticou crime, deverá ser punido com cassação, quem quer que seja. Temos que chegar a esse ponto e trabalharemos para isso. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal estão fazendo o que tem que ser feito pelo Brasil, Deputado Roberto Balestra.

Senhoras e senhores, disse Aristides Veras dos Santos, Tesoureiro da CONTAG:

“A bancada da bala no Congresso Nacional vocês sabem que é forte. E a forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo. A Contag e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso. Ontem dizíamos na passeata ‘vamos ocupar os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque se eles são capazes de incomodar um ministro do Supremo Tribunal Federal, nós



vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles'. Vai ter luta e não vai ter golpe."

Nós estamos fazendo a nossa parte para que o povo brasileiro possa ter esperança. E a esperança é no domingo, quando vamos ter a chance de tirar essa quadrilha que está hoje assolando o bolso dos produtores, dos empresários, dos trabalhadores brasileiros, como é o caso do caixa do Banco do Brasil, do atendente da Caixa Econômica Federal, do carteiro dos Correios, que está hoje sendo usurpado, surrupiado, porque o Presidente Lula e Luiz Gushiken, quando era vivo, manipularam os fundos de pensão e assaltaram o bolso de quase 500 mil contribuintes.

Esse povo deve ir às ruas cobrar de seus Deputados de qualquer Estado da Federação que façam alguma coisa. Da minha parte, pelos meus eleitores, pelo povo do Rio Grande do Sul, pelo povo do Brasil, "sim" ao *impeachment* no próximo domingo!

Muito obrigado.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero começar conceituando crime de responsabilidade. Eu queria lembrar, Deputado Caio Narcio, que a primeira vez em que crime de responsabilidade apareceu escrito na nossa Constituição foi em 1891. O que escreveu o legislador na época? Que a guarda e o uso constitucional do dinheiro público é missão outorgada ao governante, que deverá respeitar a Lei Orçamentária.

Todas as Constituições, Deputada Mariana Carvalho, que se sucederam vieram com a mesma regra, a regra constitucional de se observarem as leis



orçamentárias e de que o dinheiro público deve ser resguardado, salvaguardado pelo governante. Esse é um fundamento basilar do Estado, que se estrutura a partir desse princípio, das leis orçamentárias, porque, afinal de contas, ele se institui em função da sua capacidade de reunir o povo em torno de um propósito e de um orçamento.

Aliás, o Orçamento é também a questão basilar da diferença entre Poderes. Foi instituído no Parlamento inglês em 1215 exatamente para quê? Para controlar o orçamento, para fazer com que o rei não exproprie a riqueza através de tributos e taxas espoliantes, que espoliam o povo.

Estamos aqui, Sras. e Srs. Congressistas, exatamente em razão das leis orçamentárias, das limitações que o Parlamento deve, e tem o propósito, impor ao Executivo.

Na realidade, eu queria até lembrá-los, Presidente Eduardo Cunha e Relator Jovair Arantes, de um fato. Eu não sei se V.Exas. se lembram de uma entrevista da Presidente Dilma à *TV Anhanguera* que retrata bem o momento que estamos vivendo, Deputado Bilac Pinto. Entrevistada, Deputada Mariana, Deputado Caio, sobre uma questão de orçamento, ela ridiculariza Levy Fidelix e o Pastor Everaldo Pereira. Ela disse, Deputado Francisco: *“Os senhores não conhecem o Orçamento? O Orçamento do Brasil é de 5 trilhões de dólares”* — quando, na realidade, quem disse o valor correto do Orçamento foram Levy Fidelix e Pastor Everaldo. Eles haviam dito que o Orçamento brasileiro, Deputado Bilac, era de 2 trilhões e 480 bilhões de dólares.

Durante a campanha eleitoral, Deputado Mauro, várias vezes adverti que isso era gravíssimo, que era o mesmo que uma dona de casa desconhecer o orçamento



ou o salário do seu marido ou o próprio provento ou aquilo que lhe cabe administrar para arrumar uma casa.

Mas passou em vão, porque àquela altura a mídia, enfim, cobria com certo encanto o desenvolvimento desse populismo que se arraigou no Brasil. Aí se perdoou, como se fosse leve ou como se fosse pouco, a Presidente da República por desconhecer o Orçamento do Brasil.

Eu queria dizer também que não é de hoje que a Presidente Dilma faz isso. Meu amigo Deputado Jerônimo Goergen, do Rio Grande do Sul, que me ajudou a defender grande parte dessa saída do Governo, eu quero lembrar que foi no seu Estado, no Governo que teve início em 1999 e foi até 2002, no Governo Olívio Dutra, que como Vice-Governador, Miguel Rossetto, eles criaram essa tal de contabilidade criativa. Arno Augustin, que já era Secretário no Rio Grande do Sul, criou essa coisa de fantasiar números, de fazer maquiagens, e fez com que orçamentos e investimentos na previdência pública gaúcha fossem considerados investimentos.

De lá para cá, eles entenderam, Prof. Francisco, como genial a ideia de que poderiam maquiar os orçamentos públicos, esquecendo-se de que são um fundamento basilar do Estado, que é sobre eles que se sustenta o Estado, não só o Estado brasileiro, qualquer Estado, qualquer pátria. Eles agridem e afrontam a legislação não só do Rio Grande do Sul, vêm para a República e já em 2012 são advertidos pelos técnicos do Tesouro Nacional de que cometiam erros graves.

Em 2013, Deputado, um relatório do Banco Central diz claramente que o Brasil poderia receber um *downgrade* de todas as agências de *rating* se assim continuasse a proceder, porque escrevia e contabilizava de forma errada o Orçamento nacional. E assim eles continuaram.



Em 2014 nós tivemos 41 bilhões de descobertura de pagamentos do Bolsa Família. Enfim, são pagamentos a descoberto que hoje estão escriturados tanto no balanço do Banco do Brasil quanto no da Caixa Econômica Federal e que são inclusive razão de ação da Caixa Econômica Federal, na Justiça Federal, contra o Estado brasileiro, pelo ressarcimento de aproximadamente 300 milhões de reais. Isso não é pouco.

Quando o governante faz isso, ele incorre em crime de responsabilidade, previsto na Constituição, art. 85, inciso VII, ele atenta inclusive contra as leis penais, porque o crime é de caráter pessoal, não é de caráter institucional. Quem comete o crime é a pessoa, não é a instituição. Sendo a pessoa, a Presidente, de própria lavra e punho, autorizou os decretos que transgrediram a legislação orçamentária e agrediu os fundamentos do Estado.

É por essa razão que estamos aqui hoje tratando exatamente de punir, punir a Presidente da República, punir aqueles que contra o Orçamento trabalharam, punir aqueles que assaltam, roubam ou transgridem as leis nacionais, sejam elas orçamentárias, sejam elas discricionárias das suas funções.

Eu quero lembrar e pedir, Deputado Newton, que façamos essas punições com energia e vigor, mas que não as façamos com o sentido de vingança, de retaliação. Temos de punir a Presidente da República e seus comandados com o sentido de educação, de formação, de contribuição, porque essa pena é uma pena que restitui à Nação o compromisso da observação não só das leis orçamentárias, mas de toda e qualquer lei.

Temos que fazer com que possamos observar com mais clareza aquilo que é do Estado e aquilo que é privado. Temos confundido com frequência e com



veemência o que é do Estado, o que é público, com o que é privado. Essa confusão é absolutamente danosa para a constituição de uma sociedade livre, democrática, que tenha desenvolvimento.

Falo aqui então da necessidade de punir com firmeza. Mas quero dizer também que temos que exaltar e cumprimentar aqueles que com coragem se tornam heróis da Pátria, como, por exemplo, o Juiz Moro. Pelos seus atos de bravura e de coragem, ele deve sim ter o reconhecimento heroico do seu trabalho. A ele temos que dar o tributo pelo heroísmo, o reconhecimento pelo serviço pátrio, mas jamais podemos dar a ele a condição de salvador da Pátria, porque, se assim fizermos, isso será tão danoso quanto o momento que vivemos desse populismo desenfreado.

Assim deve o juiz continuar a proceder. Deve sim a sociedade continuar a aplaudi-lo. Mas com uma diferença entre o ato e o fato, porque todos nós, inclusive ele, cometemos erros e acertos. Pelos nossos erros devemos ser punidos e por nossos acertos, aplaudidos.

É importante, Sras. e Srs. Deputados, sociedade brasileira, que tenhamos claro que não podemos confundir o que é essencial e tornar salvadores da pátria aqueles que agem corretamente ou fazer com que o sentido da probidade seja em si uma qualidade. É condição precípua, é condição natural ser honesto, probo, ético, respeitar as leis. Não se pode vangloriar ninguém por probidade, responsabilidade, respeito ou ética. Isso nos cabe como dever.

Para terminar meu discurso, quero dizer o seguinte: alega-se sempre que ela teve 54 milhões de votos e que por isso deve governar. Eu quero dizer aos meus amigos do Congresso, companheiros que eleitos foram, que os votos não são uma



carta de alforria ou o direito à liberdade de tudo proceder ou fazer. Os votos são mais do que isso, são um título de responsabilidade que deve ser resgatado a cada dia, que nos cobra muita ação e responsabilidade, do amanhecer ao alvorecer, porque temos de proceder de acordo com o anseio da sociedade. Nós, o povo, é que devemos governar o País; nós, o povo, é que devemos dizer ao Governo o que fazer e como proceder.

Temos que fazer desta Pátria tão criativa e ilustre uma Pátria de empreendedores, e não de assistidos, de pedintes, de pessoas sem voluntariedade, sem capacidade de se autoprover e de se autoassistir. Os brasileiros são absolutamente capazes de empreender e desenvolver uma Nação diferente da que temos hoje.

Concluo dizendo: cidadão, cidadã, acredite que ninguém vai poder fazer pelo senhor ou pela senhora mais do que os senhores mesmos. Façamos juntos um novo País, uma nova Nação, com respeito àqueles que têm de ser punidos ou àqueles que têm de ser vangloriados, mas, sobretudo, com honra e responsabilidade pelo povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há dúvida de que este é um momento muito importante das nossas vidas. E talvez este microfone não tenha, daqui para frente, a mesma relevância que tem neste momento.

Pensei em trazer um discurso por escrito. Mas, nesta hora, o coração se soma à razão, e aqui tenho mesmo que dizer aquilo que sinto e aquilo que tenho percebido da vontade da sociedade brasileira ao longo dos últimos meses.



Sentado aqui no plenário, escutando o meu grande companheiro de trabalho e de luta, o Deputado Julio Lopes, lembrei-me da minha infância. Nem militante partidário ou político eu era quando, há 24 anos, Fernando Collor deixava o Governo do Brasil. Naquele momento, Deputado Adilton Sachetti, surgia uma estrela vermelha que encantava os jovens do Brasil, que vendia o cenário de um país ideal.

Na época, não era fácil, meu querido Deputado Mauro Pereira, integrar o Partido Progressista Brasileiro, oriundo da Arena, do PDS, da elite, como diziam. Mesmo assim, eu enfrentei as dificuldades e comecei a vida pública, Deputado Jorginho Mello. E quem diria que, passado esse tempo, aquele partido, dono da ética, da moral e da esperança no Brasil, hoje estaria legando aos brasileiros e àqueles que votaram nos seus quadros uma triste página da nossa história. Hoje vivemos esse momento.

Aqui estou eu, na tribuna da Câmara Federal, Deputado Evair de Melo, para trazer a voz de milhares de gaúchos — mais de 115 mil gaúchos —, que, quando o microfone da tribuna ao lado é utilizado, ficam pensando em que mundo vivem esses que defendem a Presidente Dilma, em que mundo vivem esses ligados aos partidos da base do Governo, porque insistem num único argumento: o golpe. Aliás, assim foi a história do PT: com várias mentiras ditas a todo o momento, que se consolidaram como verdade, com muitos dogmas que hoje caem por terra.

Temos, sim, que deixar claro — como já falei na Comissão Especial —, que não há dúvida de que as pedaladas fiscais por si só sustentam qualquer processo. Eu vejo, e aqui já foi dito, que os jovens brasileiros não podem mais estudar, porque foi usado o dinheiro do crédito, do FIES para as pedaladas. Os nossos agricultores, que sustentam este País, plantaram uma lavoura a 4 reais e estão vendendo a 3,20



reais — está sentado ali o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Como sustentar o agronegócio, sem crédito para a compra de insumos, para a compra de máquinas? Ora, esse dinheiro foi para as pedaladas, para sustentar um projeto de poder.

Para mostrar a incoerência principalmente do PT, que tanto brada e tanto fala — inclusive lá no Rio Grande também, como se todos os erros enfrentados pelo atual Governo do Estado tivessem sido criados agora —, eu trago um artigo de 1999, escrito por um gaúcho que agora quer fugir para o Rio de Janeiro, que não o quis também. E o seu partido diz que vai criar outro, mas não arruma gente para tal. Refiro-me a Tarso Genro, que quebrou o Rio Grande do Sul definitivamente, usando tudo o que podia para lá fazer, Deputado Julio Lopes, o que foi feito no Brasil.

Tarso Genro relata a incoerência do PT no dia 11 de março de 1999, num artigo intitulado *O presidente fora da lei*. Num trecho desse artigo, ele cita a Constituição quando fala que está previsto como crime de responsabilidade do presidente da República o atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo. Diz Tarso Genro:

“Tal atentado ocorreu flagrantemente na cooptação de parlamentares, por meio de vantagens políticas, e até na compra de votos para a reeleição (segundo informações levantadas pela Folha), bem como no esforço do presidente para impedir CPI destinada a investigar a matéria. Foi a mais grave denúncia que emergiu na cena pública brasileira (...)”



Lembrem-se do Delcídio! O que disse ele sobre a CPI? Prenderam outro Senador! Lembrem-se de que Lula está lá no Golden Tulip, um hotel de luxo aqui em Brasília! Ele está sentado num quarto de hotel, para comprar Parlamentares.

Aqui eu quero me dirigir aos meus colegas para dizer que teremos uma enorme responsabilidade no domingo. O nosso “sim” ou o nosso “não”, ditos ao microfone, terão um simbolismo de libertação, de um novo rumo para o Brasil.

Quero pedir àqueles que são contrários ao *impeachment* que pensem e repensem. E quero dizer à sociedade brasileira que o voto “não” tem suas consequências, que deverão ser assumidas por quem assim se manifestar. O Deputado que fugir deste plenário, que não tiver a coragem de vir aqui e de honrar o seu mandato, este, sim, nós iremos perseguir, porque o novo Brasil que surgirá no domingo não admitirá covardes e omissos, como muitos que percebemos negociando no hotel.

Quero trazer aqui o sentimento que vem também da base do meu Partido Progressista, aquele que criei na minha juventude, lá na minha Santo Augusto, aquele com que sonhei e pelo qual enfrentei posicionamentos contrários ao saudoso PT, para muitos aqui, àquele imaculado PT.

Hoje venho a esta tribuna como um Deputado que, há 1 semana ou 10 dias, quem sabe, tinha a maior vontade de deixar o próprio partido, em virtude do rumo que ele tomava. Era esse o meu sentimento. Quis o destino que aquele guri nascido em Palmeira das Missões e criado em Santo Augusto viesse para cá, enfrentasse tudo e se somasse à união da bancada gaúcha do meu partido.



Quero saudar os cinco Deputados da minha bancada e a Senadora Ana Amélia. Quero saudar a bancada estadual do Rio Grande do Sul, porque vivemos um momento diferente, um momento diferenciado.

Enquanto estou nesta tribuna, acontece uma reunião da Executiva Nacional do PP, para definir uma posição que era impossível pensarmos que o partido tomaria um dia. Estamos fechando uma posição para mostrar ao Brasil e a você, Lula — que está num hotel e, tenho certeza, está me ouvindo —, que aquele partido que, como outros aqui, você comprou no passado, está com a imagem manchada. Vocês nos fez ser investigados na Lava-Jato. E isso me fez mais corajoso para enfrentar este debate, para mostrar que tudo o que está sendo investigado traz a transparência dos erros de quem os cometeu. Espero que todos paguem pelos seus erros, sejam do meu partido ou de outros. Mas quem não deve não teme. Eu não precisei de um Ministério para fugir da Justiça. Eu fui lá e me coloquei à disposição.

Com isso, Deputado Adilton Sachetti, eu quero dar a minha contribuição e mostrar ao Brasil que não existe ninguém acima da lei. Chega de mentiras! Chega de desrespeito com a coisa pública! Chega de ver qualquer partido querendo comprar Deputados, como quer o PT, ao insistir que Deputados vão ao hotel.

Eu hoje resolvi ir lá ao tal hotel. Queria fazer um vídeo para mostrar aos brasileiros a imponência, a suntuosidade daquele estabelecimento. Mas, quando cheguei para gravar o vídeo, fui atacado por mais de 30 petistas e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

Aliás, o MST hoje tranca as estradas do Brasil. O povo está querendo produzir, e eles estão impedindo a passagem. Por que, D. Dilma, a senhora não sanciona logo a Medida Provisória nº 699, de 2015, que contém uma emenda de



minha autoria para que não sejam punidos só os caminhoneiros, os quais rapidamente, por decreto, o Governo puniu? Por que não punem o MST? Porque não convém. Logo veremos, no *Diário Oficial*, dinheiro saindo para abastecer esses absurdos que envergonham a sociedade brasileira.

É isto o que quero trazer aqui: um sentimento de Brasil. O Brasil que vai nascer no domingo será um novo Brasil. E nós, meus queridos colegas, temos uma responsabilidade enorme.

Sr. Presidente Eduardo Cunha, muitos dizem aqui que isso se trata de armação sua, que isso se trata de conchavo do Temer. Pois eu quero dizer muito claramente, Deputado Maurício Quintella Lessa — cumprimentando-o pela posição —, que o Deputado Eduardo Cunha nunca me pediu para votar de algum jeito, e muito menos o Temer. Eu estou aqui é trabalhando para tirar a Dilma e destravar o Brasil.

Aqui não há conchavo. Aqui há Deputados que se libertam de um esquema de corrupção que destruiu o Brasil e o sonho dos brasileiros.

Mas nós temos de saber que, após o dia de amanhã e o domingo, haverá uma tarefa que o povo ainda nos cobrará. Nós erramos na condução da relação do Parlamento com a sociedade. Vamos ter humildade para construir um novo cenário.

Quando a você, Dilma, eu queria muito que você fosse embora pedindo para sair. O povo não te quer. O Brasil não te precisa e não te merece. Você não pediu para sair, mas nós vamos te tirar para o bem do Brasil. Aqui não há mais o sentimento de que quem não é do PT não é gente ou não é povo brasileiro.

E você, Lula, já deu dois filmes à história do nosso País. Um é sobre a sua biografia, bonita até então. Aliás, pode fazer o segundo capítulo, o da sua manchada



trajetória. Você tem um filme sobre a sua vida, e vai dar ao Brasil o filme da Lava-Jato, de cuja história você é o roteirista. Você, que é o chefe, o quadrilheiro número 1, continua querendo roubar a esperança do povo brasileiro.

Mas, no domingo, nós vamos resgatar a nossa história. Vamos dar um basta! E vamos dar um viva ao Brasil, que vai voltar a ter futuro e esperança!

Votem “sim” no domingo, meus queridos colegas Deputados e Deputadas!

Um grande abraço. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como Líder do PROS, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, nós tivemos a oportunidade de ouvir a acusação e a defesa nesse processo de *impeachment*.

Vejam bem, Sras. e Srs. Deputados, eu prestei bastante atenção na defesa da denunciada, feita pelo competente Advogado-Geral da União, Dr. José Eduardo Cardozo. Eu foquei bastante essa defesa porque pensei: *“É aqui, na defesa da denunciada, que todas as dúvidas serão tiradas!”*

Mas houve um fato que me assustou. Ouvei o competente Advogado-Geral da União, com as suas palavras, dizer: *“O atraso no pagamento não configura empréstimo”*. Eu me assustei: *“Não! Espere aí! Não é possível que eu esteja ouvindo isso da defesa da denunciada!”*

Repito o que a defesa disse: *“O atraso no pagamento não configura empréstimo”*. Esperem um pouquinho aí! Se a defesa admite que houve atraso na operação de crédito, configurou-se aí um crime, porque houve uma operação de crédito com data para pagamento.

E vejam bem, Sras. e Srs. Deputados: o que se deixou de pagar não foi prestação de serviço. O que houve foi o fato de os bancos, as instituições financeiras fazerem pagamentos em nome da União. Ora, isso tem prazo para vencimento. Se isso, após vencido, não foi pago, houve inadimplência. Caso a Presidente tenha ficado inadimplente com instituição financeira que lhe deu o crédito para não se ficar inadimplente, isso é empréstimo. E a Lei nº 1.079, de 1950, no item 2 do art. 11, é clara quando diz que isso é crime de responsabilidade!



Então, vejam bem: ouvimos a defesa admitir o crime ao dizer que houve atraso no pagamento. Ora, se houve atraso, configurou-se crime. Eu acho que a defesa não poderia dizer isso se estava defendendo alguém que está sendo acusado de crime de responsabilidade.

Em operação de crédito com instituição financeira, não há outra resposta a dar a não ser a seguinte: não pagou na data do vencimento, prorrogou e ficou inadimplente, vai precisar de um empréstimo para cobrir a sua dívida. E foi exatamente isso o que aconteceu.

Sr. Presidente, por essas razões, estou eu convencido de que houve crime de responsabilidade. E, se houve crime de responsabilidade, está configurado que o *impeachment* não é golpe. O *impeachment* não é golpe porque está previsto na Constituição, está previsto nas leis do nosso País e no mundo jurídico.

Portanto, eu estou aqui, com muita tranquilidade, sem ódio e sem revanchismo, para votar pelo *impeachment*, porque estou convencido de que houve crime. E o defensor da Presidente, ao ocupar esta tribuna, admitiu o crime quando disse que houve atraso no pagamento. Portanto, se houve atraso, configurou-se o crime. E nós precisamos julgar como diz a Constituição, como dizem as nossas leis e o Regimento Interno. Eu terei muita serenidade, muita tranquilidade. Ninguém vai ver deste Parlamentar uma manifestação de ódio, de revanchismo. Em absoluto!

Lamentavelmente, a Presidente, talvez por falta de uma assessoria mais competente, cometeu um crime. E, no momento que nós estamos vivendo, não há outra saída para o Brasil e para este Parlamento a não ser votar “sim”, pelo *impeachment* da Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PSD, concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (Bloco/PSD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores, tenho acompanhado, nos últimos dias, a tentativa de se caracterizar o afastamento da Sra. Presidente como um golpe, feita lamentavelmente por aqueles que talvez não respeitem a Carta Magna. Como disse o orador que me antecedeu, o art. 85 da Constituição é muito claro em relação aos crimes de responsabilidade.

Mas, muito mais do que isso, existe o sentimento dos 513 Deputados desta Casa, que têm a obrigação, como representantes do povo, de ouvir a voz das ruas, dos segmentos da sociedade. Antes de tomar a minha decisão, ao lado do meu partido, consultei as minhas bases, porque, ao pedirmos voto para chegar a esta Casa, assumimos em praça pública o compromisso de representar o povo e defender os interesses da sociedade.

Neste instante, estamos acompanhando o sentimento das ruas no meu Estado, na minha cidade, através das redes sociais, através de *e-mails* enviados ao gabinete, através de contatos. Nas abordagens, o pedido que se faz é por nossa postura e nossa firmeza em relação ao afastamento da Sra. Presidente.

Outro fato lamentável que se vem colocando é o questionamento da capacidade do Vice-Presidente da República Michel Temer, o primeiro na ordem de sucessão. O Vice-Presidente já foi, por três vezes, Presidente desta Casa e é um homem experiente. Ele terá a obrigação, nesse processo de transição, de assumir



um governo de coalização, de união de forças. E esta mesma sociedade que apela pelo afastamento da Presidente também poderá ajudar o Governo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu venho me associar ao meu partido, posicionando-me pelo afastamento da Sra. Presidente.

O SR. EVANDRO ROMAN (Bloco/PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na política, a verdade deve esperar o momento em que todos precisam dela. Neste momento, chegou a oportunidade de a verdade aparecer. Esta verdade tem que aparecer não somente pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não somente como foi também na cassação do ex-Presidente Collor, por aquele Fiat Elba, e não somente pelas manifestações de 2013, mas porque este é um Governo que perdeu a credibilidade, a governabilidade e o respeito.

Eu digo aos senhores, sobre o certo e o duvidoso, que o certo está cheio de adjetivos negativos; o duvidoso me traz esperança, o duvidoso hoje me faz acreditar no Brasil melhor.

A pátria que queremos será aquela onde prevalecem os valores do trabalho, da liberdade, da honestidade e do respeito às leis, como nos ensinaram nossos pais em nosso querido Estado do Paraná.

O Presidente Temer, convocado a assumir o seu papel, terá em sua mão a Constituição e, principalmente, a forma de trabalhar.

Eu diria aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que, hoje, morre aqui um partido e nasce uma Nação; que enterramos a República do “pixuleco” e que está nascendo, sim, a República da esperança, em que nós acreditamos, e muito!



Senhoras e senhores, que tenhamos um final de semana histórico, que o Brasil realmente possa respirar a esperança do amanhã, de um Brasil de muita credibilidade.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não é o momento.

O SR. CESAR SOUZA (Bloco/PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, eu represento Santa Catarina nesta Casa e estava exercendo o cargo de Secretário de Estado, do qual me afastei para votar no processo de *impeachment* no próximo domingo.

Quero dizer que, em Santa Catarina, mais de 80% da população apoiam o *impeachment* do Governo atual. Cidades como Blumenau, Florianópolis, Balneário Camboriú fizeram as maiores manifestações de rua do Brasil. É impressionante ver o eleitor, a dona de casa, o jovem nos cobrar um posicionamento.

Eu estou aqui, nesta tarde, para dizer que nós votaremos “sim” ao processo de *impeachment*, que vai acontecer no próximo domingo.

Em nome do povo catarinense, da nossa gente de um Estado honrado, trabalhador, que é orgulho para este País, nós estaremos juntos. Dos 16 Deputados da bancada catarinense, 14 votarão pelo *impeachment* no próximo domingo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão de ordem, Deputado? Qual o artigo do Regimento e sobre qual matéria?



O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, art. 70 do Regimento Interno. Nós tomamos conhecimento, pois está sendo anunciado, de que haverá um pronunciamento da Presidente da República, hoje, às 20 horas. Sabemos também que esta sessão está sendo transmitida pela *TV Câmara* e por outras emissoras. Eu pergunto a V.Exa. se haverá interrupção da sessão, por 10 minutos, para que a sociedade possa acompanhar o pronunciamento, a exemplo do que fez o Supremo Tribunal ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso não é matéria de questão de ordem. A sessão vai seguir e não vai ser interrompida em nenhum momento. Para quem quiser ter outra atividade que não seja assistir ao Plenário, a televisão está aí para que possam optar.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Pinto, para falar como Líder, pela Minoria.

O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, a Câmara dos Deputados vai decidir sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Eu vou votar pelo afastamento da Presidente, porque ela cometeu graves crimes contra a Lei Orçamentária, que são classificados como de responsabilidade.

A Constituição Federal deixa claro que, quando o Presidente da República comete esse tipo de crime, deve o Congresso Nacional promover o seu impedimento. Eu tenho a certeza de que esta Casa, no próximo domingo, fará a sua parte, e eu, de minha parte, votarei pelo *impeachment* da Presidente da República.

Mas devo dizer, por questão de justiça, para todos os amigos de todo o Brasil e, particularmente, para os do meu Estado do Pará, que não será apenas por isso, pelos crimes de responsabilidade, que votarei pelo *impeachment* da Presidente. Votarei com a maior convicção de milhões de brasileiros que não aceitam a mentira, a incompetência e a corrupção, que se tornou marca deste Governo.

A Presidente da República elegeu-se mentindo deliberadamente para milhões de brasileiros, enganando a nossa população e promovendo enorme frustração que até hoje domina a população brasileira. Os mais de 80% dos brasileiros que condenam a administração de Dilma Rousseff sabem muito bem do que eu estou falando. Mas não será apenas por conta da mentira que votarei pelo *impeachment*, será por conta da corrupção.

O Partido dos Trabalhadores, desde que assumiu o poder, usou a corrupção como método de governo, fazendo com que o dinheiro subtraído faltasse na



educação, na saúde, na segurança e em todos os setores da vida pública nacional que poderiam melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

A corrupção se tornou, neste Governo, algo tão corriqueiro e tão banal que me impressiona ver, caro Deputado Caio Narcio, pessoas de bem justificarem a corrupção considerando-a algo natural, o que não é.

Corrupção no Governo não pode ser encarada como fatalidade, nem pode ser perdoada por qualquer viés ideológico que seja. Corrupção é péssimo para o País e para a população, seja em governo de direita, seja em governo de esquerda. Corrupção é inaceitável!

Não só pelo crime de responsabilidade, pela mentira e pela corrupção, eu tenho que votar pelo *impeachment* da Presidente, mas também pelo seu desgoverno, porque, graças à sua incompetência e ao desastre da sua administração, nós chegamos a um ponto em que ela perdeu totalmente a capacidade de governar e a credibilidade perante a população brasileira.

Por isso, eu digo aos meus colegas da Câmara dos Deputados e a todos que votaremos “sim” pelo *impeachment* da Presidente.

E digo ao meu povo do Pará que estaremos em defesa dessa causa neste domingo, que será o início da redenção da vida nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, brasileiros.

O SR. JOÃO PAULO PAPA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, triste é a nação que precisa depor o seu governante.

Se chegamos a esta parte do caminho, que é a votação do *impeachment* da Presidente da República neste Parlamento, é porque já percorremos dias nefastos



de desacertos, paralisia e desunião. Dias que colocaram o País de joelhos diante de um Governo incapaz de fazer a Nação ser feliz e acreditar no seu futuro; de um Governo que fez uso de métodos antirrepublicanos para atingir objetivos que não eram aqueles do interesse nacional.

Agora, cabe à política — à mesma política que este Governo o tempo todo menosprezou, descuidou, desvalorizou — decidir entre dois caminhos: a continuidade ou a mudança.

Continuar significa manter acesa a discórdia artificialmente implantada entre nossos concidadãos em nome de um projeto político que claramente necessita da divisão do País para se manter no poder.

Está em curso uma ação deliberada de colocar brasileiros contra brasileiros. Estamos sentindo os efeitos dessa ação nas ruas, nas famílias, no trabalho e, como não poderia deixar de ser, nesta Casa, que é síntese desse sentimento que corrói nossa nacionalidade, nossa unidade e identidade.

O atual Governo trabalha para dividir o povo brasileiro, incitando instituições e pessoas para defender um projeto político que não tem mais aprovação e apoio. É uma atitude irresponsável e desesperada. Isso, sim, é um verdadeiro ataque à democracia.

Esse não é o caminho. O caminho é o da mudança, oferecido e legitimado pela Constituição.

E mudar não significa apenas trocar o comando da Nação. Mudar é abraçar a causa da unidade nacional, como já fizeram no passado os grandes brasileiros. Mudar é fazer política inspirada pelos valores e anseios do nosso povo.



Precisamos de um novo caminho, de união e de estabilidade política, para tomar de imediato as medidas mais importantes e tirar o Brasil da crise econômica e moral na qual está mergulhado.

Nessa nova fase da nossa história, a tarefa mais urgente é combater a tragédia social que se abate sobre o Brasil, que é o desemprego; é devolver, ao setor produtivo, aos trabalhadores e trabalhadoras a confiança no País. Este é o pedido das ruas; é o pedido de quem gera emprego; e é o pedido de quem precisa de emprego.

Vamos colocar novamente a política a serviço do povo. O *impeachment* é um remédio amargo, mas menos amargo do que o gosto da derrota que esse Governo está impondo ao Brasil e aos brasileiros.

Triste é a nação que precisa depor o seu governante. Mais triste ainda será não colocar um fim a essa história.

Vamos dizer “sim” ao *impeachment*, em nome do povo brasileiro, da Baixada Santista, que eu represento, do Estado de São Paulo e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evair de Melo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

Em seguida, vamos chamar o PR.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu, que estreio no primeiro mandato, não vou dizer que este Governo acabou, porque aquilo que não começa não pode ter um fim.

A política não morreu! O que está morrendo é a velha política. Está em curso o nascimento de uma nova política. É visível o processo de evolução e aperfeiçoamento institucional que ocorre no País. Esse será o enredo do novo Brasil.

O Brasil está descobrindo homens e mulheres de bem que, nas suas atribuições públicas, nos orgulham de seus atos.

Estamos redescobrando nossa Polícia Federal, que está trabalhando na plenitude de suas funções. Delegados, agentes e tantos outros servidores fazem-nos acreditar que o que é público tem utilidade e apresenta soluções para a nossa sociedade.

O Brasil do Judiciário, na pessoa do Juiz Sérgio Moro, apresenta um brasileiro comum que, no uso de suas atribuições, exerce a plenitude de seu cargo, com preparo, coragem, tranquilidade e acima de tudo com determinação e com liderança, em nome de um País mais justo.

Que fique registrado aqui, em nome do Partido Verde, nosso reconhecimento e nossa confiança nessa e em tantas outras instituições que orgulham este País.

Que País queremos? Qual a nova política?



Sras. e Srs. Deputados, nós acreditamos num País mais cooperativo. O cooperativismo é, sim, a grande escola de um país que dá certo.

Desde sua origem até os dias atuais, acreditamos que a sociedade organizada, com os princípios e com os valores do cooperativismo, é o Brasil que queremos. O cooperativismo é a sociedade organizada, com distribuição de renda e oportunidades, na ampla aplicação da participação democrática.

Onde há cooperativa, há um Brasil que dá certo.

O cooperativismo, junto com a ciência e com a tecnologia, está transformando a área rural brasileira.

Queremos um Brasil mais cooperativista e mais sustentável. Esta é a agenda da nova política.

Queremos convocar todos os brasileiros para que continuemos mobilizados, exigindo segurança jurídica, exigindo transparência, deixando claro que o crime não compensa.

Precisamos, nessa nova agenda, abrir um campo de oportunidades para todos nós, pautada na meritocracia. Nós precisamos, sim, das atuais e das futuras boas políticas públicas, mas, acima de tudo, precisamos de gestão, com eficiência no Governo. A má gestão trouxe o Brasil ao caos.

Nós teremos coragem de trocar este Governo, mas estaremos de pé aqui, cobrando do novo Governo respeito aos capixabas e aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou conceder a palavra aos Líderes do PCdoB, do PP e, em seguida, do PR.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Pereira Júnior, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, funcionários da Casa, imprensa e galerias, estudei o processo de 1992: o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. Quanto mais estudo o que aconteceu em 1992, mais clara fica a enorme diferença entre aquele processo e este, inclusive no seu nascimento.

A denúncia contra o ex-Presidente Fernando Collor nasceu a partir do relatório de uma CPI Mista do Congresso Nacional, que trabalhou por 4 meses. Encontraram depósitos na conta bancária da família do Presidente e na conta da secretária que pagava todas as despesas domésticas.

Este processo nasce de uma denúncia, de uma tentativa de encontrar um crime de responsabilidade.

A dificuldade, Sr. Relator, é porque não há uma única investigação de qualquer ato que possa manchar a conduta ilibada da Presidente Dilma Rousseff. Isso é atestado pelos próceres de oposição. Esta denúncia, do ponto de vista jurídico, é fraquíssima.

Vou além, o *impeachment* é feito para os períodos de consenso. Quando há resistência, não há *impeachment*. A maior diferença deste processo para o de 1992 é que, naquela época, a votação unia o Brasil. Todo o Brasil queria aquela votação.



Agora, Sras. e Srs. Deputados, qualquer que seja o resultado, infelizmente o Brasil estará dividido, a começar pela Esplanada dos Ministérios com esse muro. Isso simboliza a divisão que há hoje e que não havia em 1992. Em 1992, 30 dias antes da votação, havia uma lista de adesão: dois Deputados tinham que dizer de que lado estavam. Trinta dias antes já havia uma assinatura além do número necessário.

Hoje em dia nem lista de adesão há, porque quem está atrás dos votos sabe que não há 342 votos. Por isso este *impeachment* não prosperará.

Naquele tempo não havia ódio; havia irreverência, povo na rua.

Agora a resistência veio para dizer que este *impeachment* não passará!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Covatti Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, hoje é um momento histórico para a minha vida pessoal e para a minha vida familiar, que sempre contribuiu para a política do Rio Grande do Sul e para a política brasileira.

Eu hoje estou com a consciência tranquila, com a alma lavada, sentindo-me orgulhoso. Em primeiro lugar, sinto-me orgulhoso do meu Partido Progressista, que neste momento está reunido para fechar questão em favor do *impeachment* da Presidenta Dilma. O meu partido vai proibir os demais Parlamentares de votar contra essa definição — e inclusive poderá haver punição para esses colegas Deputados.

Estou orgulhoso de estar aqui representando o Rio Grande do Sul, que tem um povo de muita história, um povo que sempre lutou pelas suas ideologias, independentemente de maragatos e chimangos. E lá atrás, na Guerra Farroupilha, um dos grandes motivos foi a alta de impostos promovida pelo Governo imperialista, a corrupção existente no Governo imperialista.

Toda aquela nossa revolta, toda aquela postura gaúcha de hombridade, de sempre levar no seu peito a bandeira do Rio Grande do Sul, de muitas vezes proclamar a República rio-grandense, nos dá força para hoje assumir o papel do Rio Grande do Sul por motivo de orgulho.

E hoje, graças a Deus, com essa bandeira brasileira que está aqui na minha frente, eu estou aqui levando o verde, o amarelo e o azul, mas principalmente levando uma das estrelas que está nessa bandeira, que é a estrela do Rio Grande do Sul. Isso me dá orgulho e incentivo para ir em frente.



Eu digo, olhando a manifestação de alguns Deputados que defendem o *impeachment*, que defender ou discutir com esses colegas é a mesma coisa, Deputado Mauro, que jogar xadrez com um pombo. O pombo vai lá e esculhamba o tabuleiro; vai lá e derruba as peças; vai lá e é capaz de fazer as necessidades em cima do tabuleiro; e ainda sai de peito estufado achando que ganhou o jogo. Por isso nós temos para ir para o enfrentamento.

Agora, quero encerrar com um poema do Rio Grande do Sul, maragato, assim como eu sou:

*“Velho tropeiro Vicente,
que amas tuas origens...
fibra de velhas raízes,
em solo duro e ingrato.
Teimoso remanescente
duma raça em extinção...
És caudilho maragato
sem armas nem munição,
peleando valentemente
na defesa deste chão!”*

Por isso, o Rio Grande do Sul e eu votamos “sim” ao *impeachment*. (Palmas.)

Ouviremos agora o nobre Deputado Simão Sessim.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que nos veem e nos ouvem, falo em nome da Liderança do PP.

Confesso que nenhuma alegria me acompanha neste momento. É triste ver o Brasil entregue a uma crise para a qual parece não haver saída. Estou nesta Casa há 40 anos, a cumprir 10 mandatos consecutivos. Aqui participei de momentos importantes da história do Brasil. Alguns deles, poucos, graças a Deus, sob o medo de uma nova rotura institucional, porque a democracia ainda engatinhava. Tornou-se adulta em 1988, quando elaboramos a Constituição Cidadã.

Assisti à posse de todos os Presidentes da República eleitos ou reeleitos pelo povo depois de 1964. Fui chamado ao microfone para dar o meu voto para a abertura do processo de *impeachment* do primeiro Presidente eleito. É um sentimento ruim encaminhar a favor do encurtamento de um mandato de um Presidente eleito.

Agora, novamente, estou aqui para decidir o início de um processo contra uma Presidente. Se o processo contra o ex-Presidente Collor representava muito para a história, por ter sido ele o primeiro Presidente eleito, o processo agora carrega o peso de ser contra a primeira mulher na Presidência da República, que lá chegou no embalo do Governo mais importante para a história do povo mais humilde, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, não há em mim nenhuma alegria. Mas a vida do político só admite alegria com responsabilidade. E é ela que me colocou na posição de votar pela



abertura do processo de *impeachment*. Percebo, com absoluta clareza, que o Brasil estará travado enquanto não resolver esse assunto.

A opinião pública está alerta, acompanha as atitudes políticas de nós Deputados com a esperança de que a Nação tenha garantidas tranquilidade e esperança. O Governo tem a oposição da maioria do povo brasileiro, e, como dizia o Dr. Ulysses Guimarães, entre aspas: "*Quando o Brasil quer, o Brasil muda*".

O Brasil quer, e a Câmara jamais se colocou em confronto com a Nação. Lamentavelmente, por um rosário de motivos, a Presidente perdeu legitimidade.

Com base nisso, em favor do retorno da paz e das oportunidades para a população, principalmente para os mais jovens e mais pobres, que não podem viver a incerteza do desemprego, enfatizo, para que haja paz no Brasil, em nome da minha família, em nome da minha cidade, Nilópolis, que votarei "sim".

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para discutir o parecer da Comissão Especial, convido o PR, que indicou os seguintes Parlamentares: Maurício Quintella Lessa, Cabo Sabino, Bilac Pinto, Laerte Bessa e Aelton Freitas.

O tempo será corrido. O partido se encarrega do revezamento.

Está iniciado o tempo do PR, 60 minutos.

Tem a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, inicialmente, agradecer ao meu Líder Aelton Freitas e ao meu partido por me conceder o direito de falar desta tribuna neste momento histórico e delicado da vida nacional. Sem dúvida nenhuma, este pronunciamento figurará como o mais importante que farei na minha vida — e tenho certeza de que da vida de todos os que estão aqui hoje, pelas posições assumidas.

Queria parabenizar os membros da Comissão Especial nas pessoas do Presidente, Deputado Rogério Rosso, do Relator, Deputado Jovair Arantes, dos Vice-Presidentes, Deputado Fernando Bezerra Coelho e Deputado Carlos Sampaio.

Naquela Comissão, ouvi os denunciantes, pessoas do povo brasileiro, que trouxeram a denúncia ora em análise por este Plenário para a Câmara dos Deputados, dissecando, com muito cuidado, a defesa da Presidente Dilma Rousseff; ouvi os Parlamentares na Comissão; e, em última análise, pude tomar conhecimento do relatório tão bem produzido pelo Deputado Jovair Arantes. Na Comissão, eu fiz o meu convencimento.

Por que não votei na Comissão Especial? Porque naquele momento do voto na Comissão Especial eu liderava com muito orgulho um partido, o Partido da



República, que conta com 40 Deputados Federais. Aqui, quero agradecer de coração à minha bancada pela oportunidade, pela honra que me deu de liderá-la até aquele momento.

Eu tinha uma orientação com relação ao meu convencimento. Não era correto, naquele momento, eu manifestar ali na Comissão o meu voto. Renunciei à Liderança do meu partido; saí do Governo da Presidente Dilma Rousseff; anunciei ao meu partido, em rede nacional, que sairia do Governo Dilma Rousseff.

Fiz tudo isso para ter liberdade de votar segundo o meu convencimento. Fiz isso para dar conforto aos membros da minha bancada, que também estavam angustiados. Fiz isso principalmente para fazer as pazes com o meu travesseiro, o melhor amigo da consciência de um homem.

Defendo aqui a posição da Executiva do meu partido. O meu partido tem uma aliança com o Governo há 14 anos e tem mantido a sua coerência. Parabenizo o Ministro Antonio Carlos Rodrigues pela posição firme em defesa de um governo no qual ele acredita. Parabenizo todos os que fazem a Executiva do partido. Porém, numa votação dessa natureza, nós, Deputados, que viemos à tribuna e que vamos votar no domingo, não temos esse vínculo inquebrantável, por várias razões. Nosso partido, por exemplo, há pouco tempo, recebeu vários Deputados que já tinham convencimento adquirido em outros partidos e anunciado a sua posição.

No meu caso e no caso de vários outros Deputados, ao contrário da Executiva, nós não temos esse vínculo de 14 anos com o Governo que aí está e com o partido que lidera o Governo. Não temos! Também acho que essa é a questão mais importante, porque esta não é a votação de uma matéria comum; isso aqui é um julgamento de admissibilidade de crime de responsabilidade cometido



pela Presidenta da República. Nós aqui nos tornamos juízes e, como tais, não podemos, jamais, votar contra a nossa consciência, o nosso convencimento.

E qual é o fato concreto que todos nós analisamos aqui? Qual é a pergunta que todos nós devemos fazer? Cometeu a Presidente da República crime de responsabilidade? Sim. A meu ver, a Presidente da República cometeu vários crimes de responsabilidade e, por isso, no domingo, vou votar pela admissibilidade do processo.

Vou delimitar a minha análise neste momento, para entrar nos crimes de responsabilidade, conforme determinou ontem acertadamente o Supremo Tribunal Federal. Só vou tratar daquilo que a denúncia traz e que o Presidente da Câmara acatou.

Dilma editou uma série de decretos, em 2015, para abertura de crédito suplementar, sem aprovação do Congresso, de modo a garantir que as metas de superávit do Orçamento fossem atingidas. A abertura de créditos suplementares não é em si um problema; pelo contrário, é um instrumento feito para lidar com gastos e imprevistos. O crime de responsabilidade está em dois aspectos: no primeiro aspecto, a meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, foi desconsiderada. A Presidente gastou bem mais do que o aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo, o crédito suplementar foi mais uma vez emitido sem aprovação parlamentar, em violação clara ao Orçamento da União.

Qual é a principal atribuição do Congresso Nacional? É definir o Orçamento da União. É aqui que estão os representantes do povo. São os representantes do povo, na República e no sistema presidencialista, que definem como o dinheiro do povo deve ser gasto. Na hora em que o Orçamento atropela o Congresso Nacional,



ou se confunde com o Congresso Nacional, a Presidente da República, responsável direta por esse ato, ela ofende frontalmente a nossa Constituição, no Orçamento, no princípio da democracia e em vários outros artigos da Lei nº 1.079, de 1950.

Quanto às pedaladas fiscais — e eu aqui não vou mais me alongar em relação a essas questões, porque vou respeitar o tempo dos meus colegas —, o fato de o Governo deixar de registrar dívidas com o BNDES, para o Programa de Sustentação de Investimento — PSI, e com o Banco do Brasil, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, tudo isso se constituiu também em crime de responsabilidade fiscal.

Para finalizar, quero aqui dizer ao povo brasileiro, aos alagoanos e aos meus colegas quais foram as consequências desses crimes: a perda de credibilidade do Governo, interna, com o seu povo, e externa, pois fomos rebaixados, rebaixaram o Brasil nas agências internacionais, nós perdemos o selo de bom pagador, o que causou um prejuízo imenso à nossa credibilidade; o descontrole da inflação; a queda do PIB, da atividade econômica; o fechamento de empresas, de indústrias, do comércio; o desemprego; só para citar algumas consequências.

Por fim, o que eu acho mais triste em todo esse processo: votar o *impeachment* para mim não é uma coisa fácil. Não é uma coisa fácil, como todos sabem. Por muito tempo, eu tive muita dúvida, muito constrangimento interno. Era preciso que, realmente, eu estivesse convicto de que o crime estava consumado, e está, para poder fazer a minha convicção política.

E faço a minha convicção política não só por todas essas consequências, mas porque a Presidente, com a sua incapacidade de governar, dividiu o povo



brasileiro. Ela dividiu o povo brasileiro. Surgiu daí uma intolerância nunca vista antes no Brasil, nunca vista antes no Brasil!

Se nós aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, no próximo domingo, não estancarmos, nós levaremos este País, nos próximos 2 anos e meio, ao caos social.

Voto “sim”. Voto “sim” à admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff; voto “sim” pelo futuro de Alagoas; voto “sim” pelo futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alex Canziani, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. CABO SABINO (Bloco/PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, a mídia aqui presente, quero em primeiro lugar parabenizar o meu partido pela postura que adotou, mesmo eu não concordando com o mérito.

Mas o PR, como o meu ex-Líder citou, foi um partido que começou neste Governo. Há 14 anos, o PR trazia à Vice-Presidência da República o saudoso José Alencar. E nesses 14 anos, o PR esteve em momentos bons e ruins, mostrando que é um partido digno e verdadeiramente reconhecido como um grande parceiro.

Também quero agradecer ainda mais ao meu partido, por reconhecer e não ter fechado questão sobre o assunto *impeachment*; por entender que no domingo nós seremos juízes, julgadores, não apenas legisladores. E não podemos julgar a não ser de acordo com nossa consciência. Por isso, a bandeira partidária não pode se sobrepor a uma consciência tranquila, para se votar honestamente.



Dito isso, falo ao povo brasileiro que, durante anos, décadas, fui simpatizante do PT, do Partido dos Trabalhadores. Eu comecei desde a minha adolescência as lutas representativas de classe, em grêmios estudantis, e, depois, associativas. Chego ao Parlamento com esse sentimento de representatividade. A sigla do Partido dos Trabalhadores trazia em mim um sentimento de um partido diferente, que ia além das questões políticas, que tinha um sentimento, que ia além da velha política, representava as pessoas mais humildes, tinha paixão, tinha amor, saía às ruas em defesa da classe trabalhadora.

E eu acreditava que, ao chegar ao Governo, o PT representaria a verdade, a justiça social, os menos favorecidos, e combateria acima de tudo a corrupção, a desigualdade, a roubalheira, a falcaturia. Era o partido que não precisava comprar votos, pois tinha militância.

Mas, nesses 14 anos, o que nós conseguimos ver foi um PT que perdeu a sua essência. A sua identidade e as suas características partidárias foram para o espaço. O que pude ver foi um partido que viveu tudo ou quase tudo daquilo que ele atacou. O que sempre foi errado, quando o PT assumiu o poder, passou a ser correto. Decepção, vergonha, escândalos, desvio, corrupção, compra de votos e roubalheira marcaram muito mais do que as ações que porventura tenham sido positivas nesses 14 anos.

A Presidente Dilma vendeu o que não podia entregar, prometeu aquilo que não podia cumprir e, pior ainda, ignorou o Parlamento, editando decretos para que ela pudesse contrair empréstimos para pagar os rombos, inclusive os de sua campanha. Ela cometeu, sim, os crimes de responsabilidade administrativa.



E mesmo neste momento nebuloso e vergonhoso, a Presidente Dilma e seu Governo não conseguem pensar no povo, mas somente em si. Está mais do que comprovado que o projeto não foi para o Brasil e não foi para o povo; foi pessoal, de poder pelo poder. E para continuar no poder, mais uma vez, ela não pensa no povo. Fatia o patrimônio do povo brasileiro como se dela fosse; negocia cargos em troca de votos para se perpetuar no poder.

Para a atual Presidente e seu Governo, não importam os meios, e sim o resultado. Não importa o preço, pois o dinheiro não sairá do seu bolso nem da sua conta bancária, mas do bolso do cidadão brasileiro e dos cofres desta Nação.

Ministérios são negociados e entregues não pela capacidade administrativa de quem os possa assumir, e sim pelo quantitativo de votos contrários ao *impeachment* que possa dar. Não tem importância se o povo brasileiro sofrerá ou não pela incompetência de quem possa assumir tais Ministérios. O que importa é se a Presidente estará bem, porque é ela em primeiro lugar, depois o resto, e para ela o resto é o povo.

Eu quero dizer que se ventila nesses corredores que alguns Deputados negociaram o seu voto, o voto do *impeachment*, pela troca de cargos. Aqueles que assim o fizeram ferem o seu eleitor, ferem a Constituição e ferem a moral. Nós não podemos vir aqui pela troca de votos. Nós assumimos um compromisso na rua com o povo brasileiro de representá-lo com a verdade e com a justiça.

Quanto àqueles que estão indecisos, eu quero chamar a sua atenção. Votar a favor da Presidente Dilma é ser avalista de um cliente falido. E acredite, meu amigo, essa fatura tem dia para ser cobrada: em outubro de 2018. Você não vai ter como pagar essa fatura, e o seu credor é o eleitor. Ele não vai deixar barato, e você vai



entrar para o SPV. Isso mesmo, não é SPC, mas SPV — Serviço de Proteção ao Voto.

Não perca o seu voto. Não vote à toa. Vote por você, vote pelo seu eleitor, vote pelo Brasil. Vote “sim” ao *impeachment*.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. BILAC PINTO (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Jorginho Mello, Deputado Caio Narcio, Deputado Julio Lopes, Deputado Alberto Fraga, Deputado Delegado Waldir, Deputado Fábio Ramalho, Sras. e Srs. Deputados que estão aqui conosco nesta tarde, nossos companheiros da Câmara dos Deputados, por designação do Líder do nosso partido, o Deputado Aelton Freitas, eu ocupo esta tribuna talvez em um dos momentos mais delicados da história do nosso País.

Represento nesta Casa Legislativa o povo do Estado de Minas Gerais, um povo maduro na essência e consciente do seu espírito público, um povo do qual sempre me orgulhei e do qual sempre obtive a devida confiança em meu trabalho pela honorabilidade, principalmente, de minhas ações e conduta.

Vivemos, Sras. e Srs. Deputados, um momento grave na história da República, sendo premente a necessária reestruturação em várias áreas de nossa sociedade, a mudança de rumos que penso ser urgente.

Precisamos de um pouco de luz sobre a desoladora descrença do povo brasileiro. Estamos presenciando a deterioração dos nossos costumes, a deterioração da boa administração pública, a deterioração da saudável convivência política, a deterioração e a perda de costumes como a cordialidade e o respeito que regem a boa convivência entre os contrários.



Nosso País está sendo posto à prova, instigado em divisões: pobres contra ricos, nordestinos contra sulistas, brancos contra negros. Nós não podemos mais suportar esse tipo de comportamento e de divisão na nossa sociedade.

Nosso ambiente político foi contaminado com o que pode haver de pior na construção de uma nação. Temos um compromisso seriíssimo: precisamos manter a esperança de passar o País a limpo! Não temos o direito de deixar o País se decepcionar conosco!

Usa-se essa divisão como forma de desagregação, com o intuito de beneficiamento político. Isto precisa e deve acabar! Fala-se muito em golpe, usa-se esta expressão de forma oportunista, na tentativa de ludibriar a opinião pública com a intenção de mais uma vez mascarar uma realidade acachapante, uma realidade de total quebra da boa administração pública, uma realidade que demonstra a corrupção estabelecida em todos os ambientes do atual Governo, com valores jamais encontrados na história desta República.

Tem sido dito que nós temos aqui o espectro do golpe. Golpe é deliberadamente mentir para a população com o interesse de eleger-se e de manter-se no poder. Isso, sim, é golpe!

Golpe, Deputado Maurício Quintella Lessa, é tentar esconder a real situação do nosso País, é mascarar a realidade das finanças públicas, a realidade da boa administração de nossas empresas públicas e a realidade com a prática da cooptação política, usada nos dias de hoje, aquela que se faz dentro de hotéis.

Golpe é, acima de tudo, fazer com que 10 milhões de desempregados fiquem à espera de um emprego, passando fome junto com a família, dentro de sua casa.



Afirmo sem medo de errar: o PT e seu sistema de propaganda tentam vender uma ideia perversa de que tudo e todo mundo é igual, ou seja, que ficar contra a presente calamidade política, econômica e social em que se encontra o País é perda de tempo, pois, com este ou com outro, o Governo vai ser sempre a mesma coisa. Propagam isso a todo momento, como se isso fosse uma verdade absoluta.

Mais uma vez deliberamos sobre as escolhas e os caminhos nossos a serem traçados. Temos responsabilidade na construção do destino do nosso povo, para honrar nossos mandatos, para honrar consciências e atitudes, Deputado Fábio Ramalho.

Pela segunda vez, o País, de forma madura, está sendo posto à prova em sua maturidade política e institucional. Agora nos é instado decidir sobre mais um pedido de impedimento do Presidente da República, e o faremos respeitando a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito.

Encerro minhas palavras dizendo ao povo brasileiro que nós não podemos nunca perder a nossa capacidade de nos indignar.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE BESSA (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria cumprimentar a minha bancada do PR, que está aqui presente, e dizer a V.Exas. que o nosso partido está isento de qualquer barganha, de qualquer negociata com este Governo corrupto.

O PR continua na base. Foi a decisão da nossa Presidência, foi a decisão do nosso Ministro Antonio Carlos Rodrigues. E nós a respeitamos, porque foi a decisão de pessoas de bem que ficaram na base, que não abandonaram o barco. Não é o



meu caso. Eu não ficaria na base, mesmo porque jamais participei de acordo com esse partido.

Posso dizer a V.Exas. que no PR há 75% de votos “sim” ao *impeachment* da Presidente da República, que o PT quer canonizar. O PT quer canonizar a D. Dilma Rousseff. Por quê? Porque está dizendo que ela é uma santa, e ela é simplesmente desonesta.

Por que eu estou dizendo que Dilma Rousseff é desonesta? Porque ela aplicou estelionato eleitoral e barganhou a venda da usina de Pasadena. Também sabemos muito bem que se elegeu em 2014 com dinheiro da empresa Andrade Gutierrez, o que foi divulgado na semana passada, quando os executivos da empresa delataram que a D. Dilma Rousseff simplesmente usou dinheiro de propina na campanha eleitoral de 2014 para se eleger. E é bom saber que a denúncia de recebimento de propina por ela foi feita por Otávio Marques, ex-Presidente da Andrade Gutierrez, que comprovou isso com planilhas e outras provas. Por si só, isso já é motivo para a cassação do mandato desta Presidenta, que, infelizmente, levou o País à bancarrota.

Eu queria também, nesta oportunidade, parabenizar o meu ex-Líder Maurício Quintella Lessa, que teve a hombridade de abandonar a Liderança do nosso partido pelo motivo de não votar com esse partido que está se locupletando com os bens do nosso País.

Parabéns, Deputado Quintella! Foi uma atitude de homem! Nós estamos com V.Exa., como também estamos com o nosso Presidente, que optou por ficar do lado do PT.



Quero esclarecer também que, semana passada, eu vim aqui falar do PMDB. O PMDB é um partido do qual eu posso falar porque tenho motivos suficientes. Tenho credenciais para falar do PMDB. Eu entrei na vida política através de um grande amigo meu, o Tadeu Filippelli, que foi ex-Governador do Distrito Federal, e também através do Vice-Presidente do País, o nosso querido Michel Temer. É o nome de que nós dispomos para comandar o País. Michel Temer é uma pessoa de bem, é uma pessoa honesta. Jamais ouvi alguém falar qualquer coisa que desabonasse a sua conduta. Eu nunca ouvi falar que o nosso amigo Michel Temer se envolveu com o mensalão, eu nunca ouvi falar que Michel Temer se envolveu com a Operação Caixa de Pandora, eu nunca ouvi falar que Michel Temer se envolveu com a Operação Lava-Jato. Então, nós temos um homem íntegro para comandar o País. Estamos com ele porque sabemos que Michel Temer é o homem que pode comandar o País e tirá-lo da crise.

Houve um balanço no PMDB, é claro. E, se não fosse a retirada, a saída do PMDB do Governo, nós não poderíamos estar cantando vitória em relação à votação do próximo domingo. Eu tenho certeza de que no domingo nós vamos votar a favor, vamos simplesmente abrir o processo de *impeachment* contra essa Presidenta que está no poder.

É bom dizer que o Líder do PMDB, recentemente, andou rateando, andou negociando, barganhando, com a Presidenta da República, cargos, Ministérios, mas parece que, depois do puxão de orelha que levou do Senador Romero Jucá, ele voltou às boas e agora vai votar a favor do *impeachment*. Nós precisamos do PMDB para aprovar o *impeachment*.



Eu queria dizer também, Sr. Presidente, nesta oportunidade, que nós devemos muito, por esta situação, a de tirar o PT do nosso País, a de tirar o PT da nossa vida, ao nosso Presidente Eduardo Cunha. Vamos falar do que foi bom nesses 2 anos de seu mandato na Presidência da Casa pelo seguinte fato: o Presidente Eduardo Cunha deu independência a esta Casa, deu autonomia aos Deputados. *“Ah, mas o Eduardo Cunha está envolvido... tem dinheiro na Suíça.”* Nós não estamos aqui para discutir isso. Isso está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal. Nós temos que dizer aqui hoje que, se não fosse esse Presidente para nos dar autonomia e bancar aqui na Casa o *impeachment* dessa bandida da Presidente da República, nós não teríamos condições para, no domingo, retirar o PT da nossa vida.

E vamos tirar porque é uma questão de honra para o Brasil. Vamos votar pelo *impeachment*. Não temos alternativa, mesmo porque jamais poderemos admitir que o Brasil seja vendido para outros países esquerdistas, como os que há na América do Sul e na América Central. Nós sabemos muito bem que parte do nosso patrimônio foi entregue a esses países. Vamos nos livrar deles com o início dos trabalhos aqui, com o desfecho, no domingo, quando nós vamos simplesmente tirar o PT da vida do povo brasileiro.

Viva o Brasil!

Fora, PT! Fora, Dilma!

O Sr. Alex Canziani, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha querida bancada do PR, que se faz aqui presente, senhoras e senhores, telespectadores da *TV Câmara* e de toda a mídia que transmite esta sessão para o Brasil, meus cumprimentos.

A despeito de eventuais repulsas lado a lado, a contraposição qualificada de argumentos antagônicos no Parlamento sempre reivindica alto senso de justiça, isenção e sobretudo firmeza de propósitos. No âmbito de um processo da gravidade de um *impeachment*, somos chamados à responsabilidade e cobrados por nossas consciências.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que não estamos discutindo apenas e tão somente o direito de uma Presidente da República de seguir no cumprimento do seu mandato. O que está em jogo aqui, senhoras e senhores, em última análise, é a decisão que determinará a qualidade e o futuro da jovem democracia brasileira.

Este nosso trabalho, no contexto histórico de uma Casa que examina um pedido de *impeachment* sob holofotes, tem a responsabilidade de guarnecer, com honestidade de princípios, o Estado Democrático de Direito.

Sr. Presidente, a defesa do Estado Democrático de Direito não se limita à simples submissão a uma lógica formal, subordinada à letra da lei, obediente às vedações legais.

Por esta e outras razões, a classe dirigente, numa democracia, não tem o direito de ensurdecer, como acontece nos regimes totalitários.

Contudo, o mergulho na amplitude de teses que foram expostas neste colegiado não nos dá direito à cegueira. Ainda que esta cegueira seja patrocinada pela mais honesta, porém ingênua, convicção cívica.



Ao alegar que o *impeachment* no presidencialismo é uma situação de absoluta excepcionalidade institucional, a defesa da Presidente Dilma Rousseff despeja sobre nós uma contradição de origem da proposta de *impeachment*, cuja natureza revela irrefutável crise de identidade.

Como enunciou o Advogado-Geral da União, o Dr. José Eduardo Cardozo, o presidencialismo é um sistema de governo em que seu chefe não pode ser afastado por uma mera decisão política, por uma situação episódica de impopularidade.

A eventual fuga de tais pressupostos, Sr. Presidente, implicará o reconhecimento de conduta em desacordo com a natureza do nosso regime e sistema de governo.

Por conseguinte, a excepcionalidade do afastamento de um chefe de governo no regime presidencialista estará condicionada às normas da Carta Constitucional.

O irrecorrível parecer do Prof. Cardozo ainda esclareceu, aqui mesmo, nesta Casa, que crime de responsabilidade fiscal previsto para a admissão do *impeachment* exige que o ato do Presidente da República seja por ele diretamente praticado.

Portanto, Ministro Patrus Ananias, Sras. e Srs. Deputados, a defesa da Presidente Dilma Rousseff nesta Casa alerta para a eventual inspiração parlamentarista do pedido de afastamento em pleno sistema presidencialista. Está claro, senhoras e senhores, que, em algum momento, houve a prevalência de parâmetros voláteis, que tomaram emprestado do parlamentarismo um espírito normativo alheio ao nosso ordenamento jurídico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o espírito da legalidade é condição basilar para a prosperidade do Brasil como Nação civilizada, sobretudo depois de



viver, por mais de 20 anos, submetido ao totalitarismo, que sacrificou vidas, que acabou com biografias e uma Carta constitucional promulgada.

Refiro-me, Sr. Presidente, a um retrocesso protagonizado por um período de truculência política e jurídica, patrocinado por um golpe de Estado tramado nas reiteradas conspiratas contra a ordem constitucional, uma inspiração, senhoras e senhores, que patrocinou o golpe militar de 1964, uma aspiração golpista, senhoras e senhores, que tinha origem no atentado contra a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 50. Naquele ano que antecedeu o período virtuoso de JK, a democracia brasileira era sabotada pelo sentimento nefasto de maus perdedores. Era gente, Sr. Presidente, que pretendia chegar ao poder sem a legitimidade do sufrágio universal, gente disposta a rasgar a Constituição para impedir a posse do Presidente JK, eleito pela indisfarçável maioria dos votos deste País.

Sras. e Srs. Deputados, naquela ocasião, a escola golpista mostrava a sua face deletéria. Aquela sabotagem advogava um golpe sob a alegação de que o Presidente JK não teria conseguido a maioria absoluta dos votos naquela eleição, uma exigência, senhoras e senhores, que não passava pela cabeça do Constituinte de 1946. Queriam tirar daquele mineiro o direito de tomar posse, porque a sua votação não alcançara a maioria absoluta dos votos nacionais.

Ainda que o resultado ostentasse a maioria dos votos para JK, a ânsia golpista atentaria contra a legalidade ao inventar um dispositivo estranho à Constituição brasileira daquele tempo.



A coragem de JK e do General Lott, para a felicidade do Brasil, foram mais fortes que o golpismo que pretendeu impedir o ciclo de desenvolvimento patrocinado pelo mais importante líder político da história brasileira.

Essa inspiração nefasta, Sras. e Srs. Deputados, ainda gestaria a tentativa de antecipação do golpe de estado de 1964 já em 1961, quando pretenderam impedir a posse de um Presidente constitucional, por ocasião da injustificável renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as alegações contrárias ao afastamento da Presidente Dilma Rousseff, no âmbito do processo de *impeachment* sob exame nesta Casa, reivindicam corajosas reflexões. Sua análise apurada implicará o reconhecimento de aspectos constitucionais que não admitem dúvida no âmbito da admissibilidade desse processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

Trata-se de argumentação que nos compele a reconhecer o equívoco de percepções e sentimentos de nós mesmos, ainda que motivados pelo mais impetuoso patriotismo.

Quem de nós, honestamente, deixaria de conhecer a inspiração parlamentarista do movimento pelo *impeachment* que ocupou as nossas ruas neste ano de 2016? *Grosso modo*, senhoras e senhores, alheias ao paralelo histórico, legiões de bem-aventurados ganharam as ruas com bordões que ignoraram o caráter excepcional do afastamento de um chefe de governo em pleno regime presidencialista.

Estou convencido, Sras. e Srs. Deputados, de que os eleitores brasileiros do plebiscito de 1993 escolheram o sistema presidencialista com falsas expectativas.



Ninguém disse para o eleitor que o afastamento de um chefe de governo só não é uma excepcionalidade no sistema parlamentarista. Nós vivemos hoje o presidencialismo.

Sr. Presidente, estou certo de que boa parte da maioria dos eleitores do presidencialismo não estava devidamente esclarecida sobre as reais peculiaridades do seu funcionamento. Era natural que o *impeachment* fosse tratado pelo subconsciente coletivo como circunstância da rotina do sistema presidencialista, sobretudo porque, alguns meses antes do plebiscito, o País seria atropelado pela ocorrência do afastamento do primeiro Presidente eleito desde 1960. É relevante ressaltar, Sras. e Srs. Deputados, que o plebiscito brasileiro que escolheu o presidencialismo como sistema de governo sofreu forte influência do processo de *impeachment* registrado no ano anterior, um *impeachment* que inclusive afastou o Presidente que afundava o Governo numa asfixiante impopularidade.

Portanto, senhoras e senhores, é forçoso reconhecer que a população tenha admitido, pelo menos inconscientemente, que seria típico do regime presidencialista o afastamento de chefes de governo que chegassem ao fundo do poço nas consultas de opinião pública.

O fato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que em 1992, ao contrário do que acontece hoje, quase ninguém conhecia o inteiro teor das alegações que fundamentavam o pedido de *impeachment* contra o ex-Presidente Collor.

Está claro que, no mundo real, basta o desabamento dos índices de aprovação de um governo para que as ruas sejam tomadas por manifestantes que exercem o inalienável direito ao protesto. Mas, num regime presidencialista, Sras. e Srs. Deputados, a rua cheia não é motivo para o afastamento de um chefe de



governo. É preciso, Sr. Presidente, como ressalta o Ministro José Eduardo Cardozo, que haja um ato doloso, que seja um atentado à Constituição, uma violência excepcional, capaz de abalar os alicerces do Estado.

Não foi por acaso, senhoras e senhores, que o Constituinte estabeleceu todo um conjunto de ingredientes necessários para a configuração de um processo de *impeachment* no presidencialismo. Fora desses pressupostos, qualquer processo de *impeachment* é inconstitucional!

Portanto, população brasileira, meus caros e nobres edis, Sr. Presidente, só no sistema parlamentarista teremos um governo que pode ser afastado por sua impopularidade ou pela desconfiança de uma parte do Congresso.

Entretanto, Sr. Presidente, a eventual solução de inspiração parlamentarista que paira nesta Casa como remédio para uma crise política estabelecida e consolidada enseja a reedição do filme a que o Brasil já assistiu em 1961.

Sras. e Srs. Deputados, não é por acaso que o Brasil rejeitou a tese do parlamentarismo nos plebiscitos de 1963 e de 1993. A inspiração parlamentarista, a essa altura, já trazia a marca da sabotagem que limitou o Governo do Presidente João Goulart. Como ocorreu em 1961, a inspiração parlamentarista brasileira não resulta de discussões em universidades ou da mobilização da sociedade civil organizada. Ela foi tratada como saída política que, em 1961, afastaria o risco de uma guerra civil já declarada pelo Governador Leonel Brizola, a partir do Rio Grande do Sul.

É fato, Sras. e Srs. Deputados, que o parlamentarismo é um sistema vacinado contra as crises, uma vez que basta um voto de desconfiança do Congresso Nacional para que um governo e o seu primeiro-ministro sejam afastados. É um



sistema maleável que, na prática, divide entre dois titulares de cargos nacionais as conhecidas funções que são atribuídas a uma única pessoa no sistema presidencialista.

No parlamentarismo que governou o Brasil republicano entre 1961 e 1963, o Chefe do Governo foi escolhido pelos Deputados e pelos Senadores. Mas isso só aconteceu, Sras. e Srs. Deputados, depois que foi aprovada a emenda constitucional que aboliu o presidencialismo e implantou o Parlamentarismo.

Portanto, Sr. Presidente, a defesa da legalidade não admite a sabotagem que pretende autorizar o espírito parlamentarista numa conspiração contra o presidencialismo brasileiro. Enquanto não houver um sistema de governo parlamentarista implantado no Brasil, este Plenário ainda terá de se render à verdade que condiciona o *impeachment* ao registro de um atentado à Constituição, um ato doloso, uma excepcionalidade capaz de abalar os alicerces do Estado, conforme vaticínio do Prof. Eduardo Cardozo.

Sr. Presidente, até os mais desatentos entenderam a salvaguarda institucional guarnecida pelo Dr. José Eduardo Cardozo ao enumerar um conjunto de ingredientes jurídicos necessários ao estabelecimento de um processo de *impeachment*. Está claro, minha gente brasileira, que a desobediência a esses pressupostos implicaria um paradoxo constitucional de consequências imprevisíveis.

Sras. e Srs. Deputados, a simples inexistência de um atentado contra a Constituição Federal caracteriza uma relevante impossibilidade de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, a lembrança do Ministro Cardozo da ausência de uma ação dolosa, da intenção de dolo da Presidente, por si só, já descaracteriza o crime de



responsabilidade, previsto na Constituição como pré-requisito para o *impeachment*. Está claro que não houve dolo, sobretudo quando a Presidente assinou decretos de crédito ou nas chamadas pedaladas fiscais, que atrasaram repasses para os bancos oficiais.

Não houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque a Presidente confiou no juízo do Tribunal de Contas da União, que reiteradamente aprovou as contas de Governos anteriores que adotaram o mesmo expediente fiscal. Não houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque os pareceres técnicos de órgãos oficiais de assessoramento da Presidência da República garantiram a legalidade dos créditos e da retenção de repasses devidos aos bancos do Governo.

Sr. Presidente, o esclarecimento dos fatos aqui relacionados ao pedido de *impeachment*, sob exame nesta Casa, dirime todas as dúvidas.

Não me parece apropriado, Sr. Presidente, que este Parlamento seja lembrado pela atribuição de eficácia aos argumentos marcados pela invalidez de origem, sobretudo depois que ficou claro que houve mudança de jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre as chamadas pedaladas fiscais.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não há controvérsia no que diz respeito à improcedência apontada pela defesa da Presidente Dilma Rousseff, aqui mesmo, nesta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, temos o dever de zelar pela paz e pelo progresso de nosso País. O Brasil espera de nós uma postura destituída de oportunismo, uma conduta que reconheça a responsabilidade preliminar de guarnecer, com honestidade, de princípios o Estado Democrático de Direito.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, será a partir do nosso trabalho que o Brasil encontrará meios para enfrentar a crise econômica, que só poderá ser vencida quando a crise política der sinais de inanição. O restabelecimento de um viés de crescimento e a retomada da geração de empregos estão na razão direta da nossa capacidade de produzir uma situação de consenso duradouro.

O interesse dos investimentos externos no Brasil, Sr. Presidente, foi coibido pelo aprofundamento da guerra política, ocasionada pela iminência de um pedido de *impeachment* que não encontra argumentos sólidos para sua sustentação.

Inspirados no ideal de um Brasil mais forte, soberano e socialmente justo, reiteramos o compromisso do Partido da República com o desenvolvimento, a partir do edifício que celebrou a união do trabalho e do capital produtivo, para a construção de um país novo.

Coerentes com a necessidade de um novo círculo virtuoso, pela via de conciliação nacional, entendemos que o pedido de *impeachment*, sob análise nesta Casa, deve ser rejeitado o mais rapidamente possível e, de preferência, com uma brevidade que permita o restabelecimento da normalidade indispensável para o Brasil vencer este momento de crise.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Líder do Governo, o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais um vez, no dia de hoje, ocupo a tribuna para continuar defendendo aquilo que, para a minha história, é fundamental: a democracia e a legalidade democrática, princípios sem os quais nós não lograremos êxito no debate que estamos fazendo aqui.

Começo dizendo aos Srs. Parlamentares e ao País que, em primeiro lugar, fazendo uma referência àquilo que foi dito aos quatro cantos por alguns Líderes da Oposição, a decisão do Supremo retificou aquilo que a Câmara fez. O Presidente Eduardo Cunha havia decidido, na terça-feira, com relação ao rito, que a chamada dos Deputados seria feita iniciando-se pelos do Sul até os do Norte. Depois, na quarta-feira, já prevendo a votação no Supremo, o Presidente recuou e anunciou a nova ordem de votação.

Foram importantes os questionamentos que os Deputados do PT fizeram naquele momento. O Supremo acolheu aquilo que nós levantamos, Deputado Glauber Braga, na terça-feira e na quarta-feira. Em sua decisão, o Supremo inclusive retirou todas as pegadinhas que estavam contidas no relatório do Sr. Relator — todas.

A Câmara, portanto, vai decidir uma única coisa, Deputado e Ministro Patrus Ananias: se as tais pedaladas constituem crime de responsabilidade ou não.

Eu vou começar dizendo ao País o que são essas pedaladas, diferentemente do que disse aqui o Líder do PSDB.



O que são essas pedaladas, Deputado Patrus Ananias? Sabe o que são, cidadão que está me ouvindo lá no meu Ceará, no Nordeste, no Piauí, em Pernambuco, na Bahia? A Presidenta Dilma resolveu não atrasar o pagamento do Bolsa Família, dos benefícios sociais, do Minha Casa, Minha Vida, do Garantia-Safra. Para não atrasar esse pagamento, a Presidenta autorizou que os bancos públicos antecipassem o pagamento da dona de casa que recebe o Bolsa Família. Depois repassou o dinheiro para os bancos públicos.

Ora, há crime de reponsabilidade em gesto tão importante como este?

Inclusive, meus caros Parlamentares, o Relator que deu o parecer ao PLN, o Deputado Luiz Carlos Busato, no final do ano, votou dizendo que não era crime de responsabilidade, legalizando aquilo que estava sendo dito pelo TCU, que era uma orientação para desaprovar as contas da Sra. Presidenta.

Isso é crime de responsabilidade? É claro que não! Criou-se uma fantasia.

Na tribuna, meus caros Líderes do PSDB, V.Exas. atacaram tanto! Quando falarem em corrupção, cuidem do que V.Exas. praticam ou praticaram nos seus Estados. Cuidem do mensalão mineiro! Cuidem do merendão em São Paulo! Digam para o País o que vocês fizeram nesses casos todos!

A diferença é que agora o País está sendo passado a limpo, doa em quem doer, em nós e em todos os quadrantes da política brasileira, porque o nosso Governo permite apuração, não se constitui de “engavetadores-gerais” da República e permite, com autonomia, que os órgãos de controle possam apurar tudo.

Dizer, portanto, que se justifica afastar a Presidente da República é algo deplorável. O mundo inteiro está olhando para o Brasil, Deputado Henrique Fontana, e está escandalizado com o que pode acontecer.



É claro que eu estou convencido.

Ontem fizeram jantares, fizeram de tudo para dizer que já ganharam a votação aqui na Câmara dos Deputados. Sentaram na cadeira antes do tempo. Aliás, há um exemplo lá em Fortaleza, relacionado ao grande Paes de Andrade, que não vou citar por respeito, porque ele já não está mais vivo. E, também, há o do Fernando Henrique, em São Paulo. Sentam na cadeira antes do tempo, e isso não é bom, não é correto, não é justo.

Anteciparam a vitória. De onde vem a vitória? Alguns meios de comunicação estão propagandeando que eles já ganharam. Eu duvido. Eu não sei o que vão dizer no domingo de madrugada.

Deputado Rossi, mesmo com a minha divergência na Comissão, muitas vezes fiz prognósticos com V.Exa., fizemos vários prognósticos. Eu estou seguro. Eu duvido que a Oposição, que está cantando aí, tenha 342 votos no domingo. Eu duvido! Nós não precisamos de 300 votos ou de 200 votos. A turma da Oposição é que precisa de 342 votos, e eu duvido que os tenha.

Lembram o veto do Judiciário? A imprensa dizia aos quatro cantos que o Governo perderia, e nós ganhamos aquela votação por 251 votos. Lembram as pressões que foram feitas?

Neste momento o País está dividido. Mas, hoje mesmo, onde estão os representantes de V.Exas. nas ruas? Os movimentos sociais ocuparam as ruas para dizer que se está consolidando, junto à opinião pública brasileira, à sociedade civil organizada, a posição de que não vai haver golpe. Isso está carimbado, porque não se faz afastamento sem crime, sem dolo. Aliás, tudo isso já foi dito aqui.



O que eu quero manifestar é a segurança que eu tenho num momento como este, brasileiros e brasileiras. Se nós fizermos um retrospecto das últimas 48 horas, Deputado Rogério Rosso... Eu conheço muito este Plenário, Deputado Fontana. Eu já tive várias reações de segunda-feira para cá, até porque quem me conhece sabe que eu faço política com paixão, no sangue, na alma. Eu faço isso. Eu já tive várias reações, e a cada dia há uma.

Mas eu quero confessar para o Brasil — Deputado Fontana, eu estou muito animado — e para V.Exas. que eu estou seguro da vitória. Estou seguro, porque eu também sei me relacionar com este Parlamento. Eu conheço os Parlamentares. Nós estamos dando a volta por cima de uma construção falsa. Disseram que já tinham 344 votos — e falam até em 450 votos! Será que esta Casa tem 700 Deputados? Não é possível!

Eu estou convencido, Deputado Glauber Braga, do PSOL, de que as coisas estão evoluindo. Nós estamos seguros disso. É um trabalho silencioso. Não é com manchete de jornal, Deputado Jovair Arantes, com todo o respeito, que nós vamos aprovar ou derrotar o seu relatório. Mas é com trabalho, com diálogo, convencendo as pessoas e todos se convencendo de que esse não é o caminho.

O caminho que nós temos que trilhar, a partir de segunda-feira, é o da repactuação do País. E quero, como Líder do Governo, chamar a todos para repactuarmos o País a partir de segunda-feira. O País tem que ter mudanças profundas, Deputado Glauber Braga, e isso tem que ser sinalizado. Acho que esse processo vai ser interessante e está sendo interessante.

Tiramos leite de pedra, como se diz no meu Ceará — e eu sou nordestino. Não é com ataques vis e desrespeitosos à Presidente da República, Deputado Julio



Lopes, que nós vamos ganhar aqui dentro. Nós vamos ganhar aqui é com o diálogo e a humildade.

Viva a democracia!

Estamos convencidos da nossa vitória!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PPS, concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, quando possível, eu quero pedir a palavra — não vejo problema em aguardar. No momento oportuno, quero pedir a palavra para apresentar uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu lhe apresento questão de ordem, com base no *caput* dos arts. 95 e 218. V.Exa. pode me ouvir neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu a estou ouvindo. Quais são os artigos?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Arts. 95 e 218. O *caput* dos dois artigos.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem baseia-se na responsabilidade que temos — e certamente V.Exa. é o mais atento a isso, pela responsabilidade que tem de conduzir a Casa — de cumprir as decisões do Supremo Tribunal Federal, neste caso no que diz respeito à ADPF 378 e ao Mandado de Segurança nº 34.130, que diz que é imperativo que seja concedida à defesa a oportunidade de se manifestar, como último ato antes da votação da denúncia neste Plenário.



Nesse sentido, Sr. Presidente, caso o Relator faça uso da palavra no próximo domingo, no dia da votação — o que seria também legítimo, porque sabemos que num procedimento como este o Relator tem a possibilidade de uso da palavra em diferentes momentos —, nós requeremos, com base nos arts. 95 e 218 e no cumprimento do disposto na ADPF 378, que, após a fala do Relator, V.Exa. passe a palavra para a defesa, para o advogado da Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada, não há questão de ordem. Eu entendo como um pedido de esclarecimento de V.Exa. Já houve manifestação por escrito, que foi respondida por escrito. Seguindo a ADPF, justamente vamos seguir o rito do *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. É o que nós estamos fazendo até agora. No *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, na primeira sessão, em 28 de setembro de 1992, houve a palavra do denunciante e o espaço reservado à defesa. E na sessão de 29 de setembro de 1992, ao fim do processo de discussão, houve a palavra do Relator, o encaminhamento de Líderes e a votação. O rito que está sendo seguido é igual ao que foi seguido no caso do ex-Presidente Collor.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu estou usando o tempo da liderança do meu partido e não posso me furtar de deixar registrado que na tarde de hoje um colega Parlamentar, quando usou a tribuna, falou que o meu partido, o PPS, estaria mancomunado. Eu quero dizer que o PPS não está mancomunado com ninguém. O PPS não aprova a corrupção e quer que todas as denúncias sejam apuradas, quer envolvam o Executivo, quer envolvam a nossa Casa ou qualquer espaço de Governo. Não dá para permitir que a corrupção continue se alastrando no País.

Estamos vivendo uma situação que toca na questão do respeito nas redes sociais. E, na tarde de hoje, lamentavelmente, a partir do meio dia, algumas pessoas que pensam de forma contrária àqueles que estão defendendo o processo de *impeachment* — o mesmo pode estar acontecendo com os que não estão defendendo — começaram a nos ligando para pedir para votarmos de outra forma. Isso pode, sim, acontecer, mas o respeito precisa ser superior a isso. Não dá para aceitar, de maneira alguma, Sr. Presidente, a forma como estão se dirigindo ao conjunto de Parlamentares desta Casa. Defendam as suas ideias e o contraditório, mas respeitem as nossas posições. Não usem palavras de baixo calão, que não dá para pronunciar ao microfone por serem vergonhosas. Isso não é bom para a democracia, não é bom para o momento que estamos vivendo.

Este não é um momento de alegria e de júbilo, muito pelo contrário. Gostaríamos que o País estivesse crescendo, se desenvolvendo, que a economia



estivesse avançando, que não houvesse desemprego, que não houvesse inflação. Mas, lamentavelmente, houve as conhecidas pedaladas fiscais e os decretos legislativos sem autorização desta Casa. Fizeram com que a economia ficasse mascarada no Orçamento da União. Com isso, quem está pagando o preço é a população brasileira como um todo.

Não estamos cometendo nenhum golpe. Estamos cumprindo o que determina a Constituição Federal. Isso precisa ficar muito claro. Não é golpe, não; é respeito à Constituição Federal, à Lei Maior do nosso País.

A Lei Maior prevê que casos envolvendo equívocos ou crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e contra as finanças sejam apurados. O que nós estamos fazendo neste período é apurando isso.

Nós nesta Casa vamos acolher o pedido de *impeachment*. O resultado será no domingo. Não podemos permitir que a população brasileira...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Baldy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento histórico para o Brasil, um momento em que nós aqui na Câmara dos Deputados, representantes dos cidadãos e cidadãs que nos elegeram, que aqui nos colocaram como representantes de todo o Brasil, do meu Estado de Goiás e de todas as demais Unidades da Federação, para atender aos seus anseios, assistimos a dias cada vez mais tenebrosos de um Governo Federal desgovernado, assolado pela corrupção em suas instituições, em seus Ministérios, em suas empresas, em suas autarquias.

Por onde olhamos o que vemos são atos de corrupção; atos de subtração de recursos públicos, atos contra o patrimônio público de um País cuja população paga impostos altíssimos.

Ainda assim a Presidente da República, Dilma Rousseff, com o seu Partido dos Trabalhadores, o PT, se comprometeu nas eleições de 2014 a não aumentar impostos e a conter a inflação para que os brasileiros pudessem manter seu padrão de consumo, ter sua moradia, o seu veículo, o seu alimento na mesa, o seu emprego.

A realidade de hoje, Sr. Presidente, é que o povo não tem emprego. Aproximadamente 10 milhões de brasileiros estão desempregados. Somente nos últimos meses 3 milhões de brasileiros foram demitidos. E qual é a luz? Nenhuma.

Esse é um Governo que não possui diretriz, que não possui agenda, que não possui legitimidade para reconstruir o Brasil, que não tem credibilidade para que o consumidor consuma, para que o empreendedor empreenda, para que o industrial



invista, para que a economia possa prosperar, para que o emprego possa aumentar, para que as famílias brasileiras possam recuperar a sua vida e seu poder de consumo e para que a nossa produção se reestabeleça.

O produtor rural, na agricultura e na pecuária, do qual meu Estado de Goiás é altamente dependente, sofre menos, mas sofre com muita força; sofre com expressividade; sofre com a queda da movimentação nos portos, com a falta de infraestrutura.

O Governo prometeu investir expressivamente com o PAC, mas não o faz! É um Governo que realmente não consegue recuperar o Brasil.

Num ato democrático, previsto na Constituição Federal, próprio do Estado Democrático de Direito, que lutamos para construir, hoje a Câmara dos Deputados discute o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Mas esta não é uma luta somente de Deputados e das Deputadas, é o anseio de todos os cidadãos e cidadãs de Goiás e de todo o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, peço a cada um dos Deputados e Deputadas, indecisos e contrários, que lute pelo Brasil, que lute pelos brasileiros que estão se morrendo nas portas dos hospitais, pelos que não conseguem escola para seus filhos, pelos desempregados, pelos que não têm a sua vida hoje tal qual se prometia ou tal qual o Governo vendeu durante as eleições.

Isso, sim, foi um golpe! As eleições de 2014 foram um golpe contra a população brasileira. Precisamos corrigir isso de acordo com a lei, de acordo com a Constituição!

Por isso, devemos dizer “sim” ao *impeachment*. Fora, PT! Fora, Presidente Dilma!



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu gostaria de insistir com V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Após a fala da Líder eu vou conceder a palavra a V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Cristiane Brasil, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

A SRA. CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, resolvi aproveitar estes minutos concedidos pela Liderança do partido para dar voz aos meus amigos, àqueles que me procuram nas redes sociais e nos *e-mails*.

Portanto, vou ler os depoimentos, as falas e o desejo dos meus amigos brasileiros e brasileiras que hoje vão se fazer ouvir nesta Casa de Leis.

“Chegou o momento de mudar a ideia de que quem tem ética parece ser anormal, de que o Brasil é uma Nação de espertos reunidos, de que o patriotismo é o último esconderijo do patife. É hora de mudar radicalmente, dizendo ‘não’ à má gestão, ‘não’ ao furto disfarçado, ‘não’ a tudo que parece ser real, mas que está mascarado. Devemos mudar o rumo de nossas frustrações que existem atualmente: a primeira de que quem tem poder, mas não tem competência para exercê-lo e a segunda de quem tem competência, mas não tem o poder. Políticos que estão no comando, é hora de mostrar que vocês têm o poder e que sabem exercê-lo para o bem, que sabem exercê-lo para tentar mudar a história do País. Votem a favor do impeachment, pelo respeito ao povo brasileiro.”

Lívia Saihg é advogada.



“O sofrimento faz crescer. Muitos ainda vão sentir por um tempo suas feridas: empresas fechando, desemprego aflorando, mas todo sofrimento faz crescer, amadurece. O Brasil nascerá mais unido, com mais força para construir novos alicerces políticos, econômicos e, principalmente, morais. A união faz a força, sim. E o Brasil nascerá mais forte!

Quem vota ‘sim’ vota pelo Brasil, vota pelas mudanças que são necessárias para que juntos possamos reconstruir um Brasil melhor, com mais oportunidade para todos. Quem vota “sim” está fazendo história, está na luta por salvar um País que foi devastado. Está na hora de mudar, está na hora de nos unirmos”.

Renata D’Aguiar, de Brasília, economista.

“É um momento para termos coragem; chegou a hora; é o fim de um círculo vicioso; é viciado, é a ruptura de uma cultura corrupta que perdura por mais de uma década.

Vamos mudar, vamos dizer “sim” ao fim de uma era vermelha. Vamos ser e viver o Brasil”.

Fabiana Cruz, paraibana apaixonada por política.

“Domingo vai ser a vitória da real democracia sobre uma ‘democracia comprada’, do povo brasileiro



consciente sobre uma máquina alimentada por dinheiro sujo.

A partir de segunda teremos um Brasil ainda em dificuldades, mas muito menos egoísta! Que continuem as investigações e, assim, poderemos ser um País melhor.”

Renato Franco, do Rio de Janeiro.

“Cris, torço e acredito que domingo será o dia de uma grande vitória para o Brasil, o dia em que o gigante que já tinha acordado finalmente se levantou! O que vem a seguir é um povo muito mais consciente da força que tem quando unido e um governo com mais respeito e compromisso, justo e transparente.”

Bianca Medeiros, da Paraíba.

“Neste domingo esperamos o reconhecimento, por parte dos Deputados, das irregularidades cometidas desde 2011 envolvendo responsabilidade fiscal, dos valores repassados indevidamente para financiamento de campanhas políticas e do conhecimento e envolvimento das práticas ilícitas relativas à PETROBRAS.

Espera-se uma posição dura dos Deputados que possibilite a realização de uma apuração justa, afastando a Presidente de suas funções.

E o que se espera após o impeachment? Espera-se a responsabilidade do próximo governante, oferecendo



autonomia ao Banco Central, realizando as reformas necessárias e a intolerância com atos de corrupção.”

Mariana Guedes, de Rondônia, pelo Facebook.

Camila Miranda, também pelo Facebook:

“Eu sou do Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil.

Eu sou pobre também, mas a favor do impeachment. Parem com essa besteira de dizer que quem é contra a Dilma é rico, porque é mentira. Antes das nossas condições financeiras, somos cidadãos, independente de cor ou de raça. E eu quero o impeachment.”

Da mesma maneira que o povo brasileiro se manifesta a favor do *impeachment*, eu peço a V.Exas.: não é hora de esmorecer!

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Henrique Fontana. Qual é o artigo em que se baseia sua questão de ordem, Deputado?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Formulo a questão de ordem a V.Exa. com fundamento no art. 95 do nosso Regimento Interno e no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, bem como no acórdão da ADPF 378.

Passo, então, a formular a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

No cronograma distribuído por V.Exa. em relação aos trabalhos previstos para o dia 17 de abril, domingo, data da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, consta tempo reservado para a fala do Relator, Jovair Arantes, e dos Líderes partidários. Verifico, Sr. Presidente, que não será oportunizado à defesa da Presidente Dilma Rousseff tempo para sua derradeira manifestação antes da votação.

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, exarada em sede da mencionada ADPF, a defesa tem o direito de se manifestar após a acusação. É inequívoco, nessa esteira, que o Relator, ao encampar a tese da admissibilidade jurídica e política da acusação e opinar pela conseqüente autorização para a instauração pelo Senado Federal do processo por crime de responsabilidade, atue como espécie de parte processual imprópria. A defesa de seu relatório, sujeito à apreciação pelo Plenário, somente será legítima caso reste permitida, *a posteriori*, a réplica de defesa pela autoridade denunciada. Essa é a melhor exegese das



garantias do contraditório e da ampla defesa, mormente em processos que tenham o condão de acarretar restrição de direitos.

Para que a fase do processo de *impeachment* que tramita na Câmara dos Deputados não seja eivada de vícios e para não ferir os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, insculpidos no art. 5º da Constituição Federal, é imprescindível que haja paridade de armas. Ou seja, o Relator desse processo, ao encampar os argumentos narrados na denúncia e acolher o pedido dos denunciantes, se subroga na função de denunciante. Na prática, ele será a voz dos denunciantes minutos antes de os Parlamentares, que estarão desempenhando o papel de julgadores, votarem a matéria.

Assim, no momento em que os olhos da Nação se voltam para o Parlamento, apenas uma das partes, a que é favorável ao impedimento da Presidente da República, terá voz uníssona. Não haverá contraponto, não haverá contraditório, não haverá amplo direito de defesa.

Pergunto a V.Exa.: qual é o prejuízo nesse processo com o franqueamento da palavra ao Advogado-Geral da União para falar em defesa da Presidente da República pelo mesmo tempo destinado ao Relator dessa matéria? Na minha visão, não haveria prejuízo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, peço, por gentileza, que conclua sua questão de ordem, porque V.Exa. já extrapolou o tempo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nesse sentido, agiu corretamente o Presidente da Comissão Especial, Deputado Rogério Rosso, que, em homenagem aos princípios constitucionais já mencionados, garantiu a manifestação da defesa logo após a fala do Relator.



Portanto, para concluir, em cumprimento ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 378 e no Mandado de Segurança nº 34.130, é imperioso que seja concedida à defesa a oportunidade de se manifestar como último ato antes da votação da denúncia por crime de responsabilidade no plenário da Câmara.

Assim, caso haja manifestação do Relator da Comissão Especial antes da votação da denúncia pelo Plenário da Câmara, é necessário que seja aberta a palavra ao advogado da Presidenta no momento seguinte, com o mesmo tempo de fala.

Esta é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAX FILHO - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há contradita porque não há questão de ordem. Não conheço...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu recorro, então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, não vai recorrer...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu recorro da decisão de V.Exa. Até uma questão de ordem V.Exa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. pode deixar eu concluir a resposta? Eu vou concluir a resposta.

Em primeiro lugar, não conheço como questão de ordem e não recebo como questão de ordem. Informo que a mesma matéria já foi objeto de outra questão de ordem, já foi objeto de requerimento da AGU ao Plenário, já foi respondida por escrito.



Relator não é acusador, Relator é julgador. Os arts. 19 e 20, no seu § 2º, art. 21...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, tem que ter educação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Infelizmente, não há. Mas já estamos habituados a isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Ele só quer falar, não quer ouvir. Tem que ter educação. Escuta, Deputado! Escuta!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Escuta! Escuta!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A isso nós já estamos habituados. Isso não vai tumultuar o trabalho.

A minha decisão é: não conheço como questão de ordem. Já houve...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Art. 95, Sr. Presidente. V.Exa. não pode...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não cabe reclamação, Deputada. Não é questão de ordem. Não recebo como questão de ordem.

A decisão da Presidência é:...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se V.Exa. quiser ouvir, eu apenas direi. Se quiser que eu justifique... Não haverá justificativa para que V.Exa. possa judicializar a questão, como V.Exas. sempre fazem.



Não conheço como questão de ordem. Relator não é acusador; é julgador.

Em segundo lugar, já foi objeto de questão de ordem anterior, também não conhecida.

Em terceiro lugar, já foi objeto de requerimento da defesa, respondida por escrito.

Em quarto lugar, a ADPF 378 determinou, seguindo o seu julgamento, o rito do julgamento do ex-Presidente Collor, que teve, na fase, antes da votação, a palavra do Relator.

Em quinto lugar, estamos seguindo o rito da Lei nº 1.079, cujo art. 21 diz:

“Art. 21. Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.”

Pela lógica, a defesa teria que falar depois do Relator a cada um. Então, nós estamos aqui num processo em que o Relator é julgador. Não há por que conceituar Relator como acusador.

É a decisão da Presidência.

Concedo a palavra ao Deputado JHC, por 2 minutos, antes de encerrar a sessão. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JHC (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já dizia Santo Agostinho, a esperança tem duas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JHC - Há orador na tribuna. Por favor, Deputado.



Como dizia Santo Agostinho, *“a esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”*.

Portanto, com essa frase, nós estamos aqui para fazer história. Eu, na qualidade de representante da Geração Y, que deseja uma política com ética, com transparência, vim aqui para imprimir essa dinâmica e essa marca da nova geração, que pode sofrer com uma década perdida por ações de um Governo perdulário.

Já existem vítimas das pedaladas: os meus pais, nós que estamos aqui, porque os nossos bancos estaduais sofreram com a má administração e tiveram que ser absorvidos pela União.

Portanto, Sr. Presidente, até hoje nós estamos vivendo as consequências dos atos irresponsáveis cometidos lá atrás.

Não poderia deixar de destacar o que o professor e Ministro José Eduardo Cardozo tentou nos impor nesta tribuna ao dizer que todos nós somos golpistas quando...

(Desligamento automático do microfone.)



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sexta-feira, dia 15 de abril, às 18h59min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)